



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM
EDUCAÇÃO**

SAMARA GRATIVOL

**EDUCAÇÃO “PRÉ-ESCOLAR” EM DOURADOS: A ESCOLA
SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL - SEI (1980-1995)**

DOURADOS

2017



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

SAMARA GRATIVOL

**EDUCAÇÃO “PRÉ-ESCOLAR” EM DOURADOS: A ESCOLA
SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL - SEI (1980-1995)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do curso de Mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados na linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, sob Orientação da Professora Doutora Magda Sarat.

DOURADOS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G772e	<p>Grativol, Samara. Educação “prés-escolar” em Dourados : a escola Serviço de Educação Integral – SEI (1980-1995). / Samara Grativol. – Dourados, MS : UFGD, 2017. 116f.</p> <p>Orientadora: Prof. Dra. Magda Sarat. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. História das instituições. 2. Infância. 3. Mato Grosso do Sul. I. Título.</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

COMISSÃO JULGADORA

Dourados, 27 de abril de 2017.

Professora Doutora Magda Sarat – UFGD

Professor Doutor Ademilson Batista Paes – UEMS

Professora Doutora Maria do Carmo Brazil – UFGD

SUPLENTE

Professor Doutor Ademir Gebara - UFGD

Dedico este trabalho aos meus pais e a meu esposo, pois foram meu alicerce emocional no processo de elaboração e escrita desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pela oferta deste nível acadêmico de educação pública e gratuita.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul, (FUNDECT) por financiar este projeto de pesquisa.

À Escola SEI Serviço de Educação Integral e, toda a sua equipe de trabalho que nos permitiu entrar em seus arquivos escolares e realizar a pesquisa.

À minha orientadora, Magda Sarat, pelos caminhos que me ajudou a trilhar e percorrer durante todo o processo, sendo companheira e amiga em diversos momentos.

À querida amiga e “irmã de orientação” Eliana Maria Ferreira, pelas valiosas contribuições neste trabalho.

Aos professores Ademilson, Ademir e Maria do Carmo que me ajudaram com ricas sugestões na “lapidação” da escrita e melhor compreensão do trabalho.

À minha Família, pelo amor, compreensão e carinho durante este percurso.

Ao Ado, meu Esposo e companheiro, pelo apoio e encorajamento sempre.

[...] a tarefa não é ver o que ninguém viu ainda, mas pensar aquilo que ninguém pensou a respeito daquilo que todo mundo vê.

Arthur Schopenhauer (2010, p. 156-157)

RESUMO

Pretendeu-se, nesta pesquisa, apresentar uma experiência de Educação Infantil no estado de Mato Grosso do Sul a partir da história de uma instituição, a Escola Serviço de Educação Integral – SEI (1980-1995). A periodização eleita demarca 1980 até 1995 e se justifica pelo ano da criação da instituição até 1995, por anteceder a atual Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996, que propôs mudanças significativas que se refletiram na educação infantil por todo o país. O objetivo central foi compreender a concepção de criança e de trabalho pedagógico presente na escola SEI, nos seus quinze primeiros anos de atuação no cenário educacional de Dourados. A metodologia esteve pautada na Nova História Cultural ligada à História do Tempo Presente com fontes primárias compostas por documentos administrativos, burocráticos e também fontes iconográficas. A documentação informa que a concepção de criança presente nas práticas da Escola SEI, esteve organizada no sentido de tomar a criança como o ponto de partida, colocá-la como o centro do planejamento e das atividades. Buscou-se o desenvolvimento da criança a partir de diferentes linguagens, enfatizando sua ludicidade. A referida instituição esteve presente na formação de gerações e sua história contribui com novas perspectivas de investigação na História da educação local e regional.

Palavras - chave: História das instituições; Infância; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

The text aims to present an experience of Early Childhood Education in the state of Mato Grosso do Sul from the history of an institution, the School Service of Integral Education - SEI (1980-1995). The elected periodization demarcates 1980 to 1995 and is justified by the year of creation of the institution until 1995, prior to the current Law of Guidelines and Bases 9394/1996, which proposed significant changes that were reflected in children's education throughout the country. The main objective was to understand the conception of children and the pedagogical work present at the SEI school, during its fifteen years of work in the educational setting of Dourados. The methodology was based on the New Cultural History linked to the History of Present Time with primary sources composed of administrative documents, bureaucratic and also iconographic sources. The documentation informs that the conception of children present in the practices of the SEI School was organized in order to take the child as the starting point, to place it as the center of planning and activities. The development of the child was sought from different languages, emphasizing their playfulness. The institution was present in the formation of generations and its history contributes with new perspectives of investigation in the History of the local and regional education.

Keyword: History of the Institutions; Childhood; Mato Grosso do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Maquete da Escola Normal. Caetano de Campos Jardim de Infância/anexo	24
Figura 2 – O Estado de MS, em destaque o município de Dourados	48
Figura 3 – Escola Presbiteriana Erasmo Braga, 1960.....	49
Figura 4 – Irmãs franciscanas da Escola Franciscana Imaculada Conceição (1956)	51
Figura 5 – Fachada do primeiro prédio da escola SEI, 1981	58
Figura 6 – Fachada do prédio próprio da Escola SEI, 1993.....	59
Figura 7 – Vista aérea do prédio próprio SEI.....	59
Figura 8 – Crianças do pré-escolar, 1981.....	64
Figura 9 – Primeira equipe de professores, 1981	65
Figura 10 – Professor de Educação Física com crianças do pré-escolar, 1981	66
Figura 11 – Sala de arquivos Escola SEI	67
Figura 12 – Arquivo de fotografias.....	69
Figura 13 – Atividade no pátio com professor de educação física, 1981	73
Figura 14 – Crianças após brincar na Parede Mágica, 1981	79
Figura 15 – Crianças brincando na Parede Mágica, 1990.....	81
Figura 16 – Crianças na Piscina, 1981	81
Figura 17 – Área externa da Escola SEI, Bosque, 1981	82
Figura 18 – Formatura pré-escolar, 1983	85
Figura 19 – Crianças da pré-escola rito de passagem para o Ensino Fundamental 1990.....	86
Figura 20 – Primeira festa junina SEI, 1981	88
Figura 21 – Festa do Dia das Mães, 1981	89
Figura 22 – Festa de Páscoa, década de 1980	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Órgãos de atendimento à infância (1919-1975).....	27
Quadro 2 – Pesquisas em instituições de atendimento educacional à criança pequena dos PPGEd do MS (2006-2014)	40
Quadro 3 – Crianças do pré-escolar da Escola Presbiteriana Erasmo Braga (1969 – 1973) ..	50
Quadro 4 – Documentos selecionados no Arquivo Escolar SEI	69
Quadro 5 – Organização das turmas do pré-escolar - SEI	74
Quadro 6 – Crianças matriculadas por turma e ano – SEI (1981-1995).....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Expansão pré-escolar: Brasil (1980-1993).....	36
Tabela 2 – População e matrícula no pré-escolar por regiões – Brasil (1991).....	37
Tabela 3 – População de Mato Grosso do Sul, 1980-1991	49

LISTA DE SIGLAS

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEIM - Centro Municipal de Educação Infantil

CF - Constituição Federal

CODEPRE - Coordenação de Educação Pré-Escolar

COEPRE - Coordenadoria de Educação Pré-Escolar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MS - Mato Grosso do Sul

MEC - Ministério da Educação

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PPGEEd - Programas de Pós-Graduação em Educação

SEI - Serviço de Educação Integral

SEPRE - Setor de Educação Pré-Escolar

SINTED - Sindicato dos Trabalhadores em Educação

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E DA INFÂNCIA BRASILEIRA	23
1.1 Atendimento às crianças pequenas no Brasil.....	23
1.2 A educação da criança pequena: aspectos legais (1980-1995).....	32
1.3 Dados brasileiros da educação pré-escolar (1980-1995).....	35
2 EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM MATO GROSSO DO SUL E DOURADOS	39
2.1 Educação infantil no Mato Grosso do Sul: um levantamento da produção	39
2.2 Educação pré-escolar em Mato Grosso do Sul (1980-1995).....	43
2.3 Educação pré-escolar em Dourados: as origens institucionais	47
2.4 O cenário educacional de Dourados - 1980.....	52
3 A ESCOLA SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL (SEI): IMAGENS DA HISTÓRIA E DAS MEMÓRIAS	55
3.1 A história da instituição na documentação escolar	60
3.2 “Baús” da memória: o arquivo escolar do SEI	66
3.3 Histórias e memórias da organização do trabalho pedagógico do SEI	71
3.4 Memórias e imagens das práticas pedagógicas na educação pré-escolar.....	78
3.5 Os rituais e celebrações escolares como parte das práticas pedagógicas	83
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS.....	103

INTRODUÇÃO

Ingressei na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no curso de licenciatura em Pedagogia no ano de 2010. A primeira opção de curso não foi a docência. Nem cogitava passar pela Pedagogia, termo que só fui compreender nas fases de inscrição do vestibular com o auxílio de uma amiga que considero a inspiração por escolher tal profissão. Meu interesse era pela área das ciências biológicas, que até hoje me desperta curiosidades. Mas afinal, por que o interesse pela infância e educação infantil?

O interesse foi se revelando nos primeiros semestres de faculdade em consequência do trabalho docente nas disciplinas de Fundamentos da Educação Infantil, Currículo da Educação Infantil e Estágio Supervisionado na Educação Infantil. A partir dessas disciplinas, as discussões dos textos, os exemplos acerca do trabalho nas instituições e a abordagem das professoras em relação à temática, me despertou o interesse em estudar o universo infantil. Esta experiência me fez refletir sobre os aspectos que foram sendo construídos no decorrer da minha formação social, familiar e cultural.

Realizei o estágio de iniciação à docência por meio do Programa PIBID/CAPES (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), como estagiária no maternal I, o que me possibilitou conhecer mais de perto a rotina da Educação Infantil, e no ano de 2014 fui aluna especial na disciplina História da Infância e da Educação Infantil no programa de pós-graduação da mesma universidade. Assim, a inserção no PIBID e a disciplina cursada como aluna especial, fizeram com que decidisse pela pesquisa nessa área, enfocando, naquele momento, a história da educação, e mais especificamente da educação infantil.

Fui aprovada na seleção de 2015, podendo dar início à pós-graduação na mesma instituição em que concluí a graduação. Os estudos teóricos, tanto na graduação, quanto no mestrado, possibilitaram refletir sobre minha formação enquanto “professora de educação infantil”, profissional que tem a criança como sujeito de interação profissional.

Ser criança na sociedade atual é um processo cada vez mais complexo, pois, como afirma Elias (2012), ainda não sabemos ao certo como ajudar as crianças a se

ajustarem às sociedades que em nada são infantis. Portanto, tais temáticas precisam ser contempladas na formação do profissional de educação das crianças pequenas¹. Um educador precisa saber respeitar o tempo, o limite, o espaço, a cultura e o lugar de cada criança. Porém, historicamente nem sempre as crianças tiveram atendimento adequado e de qualidade, embora não devemos desconsiderar as importantes iniciativas desenvolvidas em diversas instituições. Como futura professora de educação infantil, a partir da minha experiência acadêmica e de pesquisa, pretendo fazer parte de um grupo de profissionais que respeitam as crianças e buscam desenvolver trabalhos que as têm como protagonistas da ação pedagógica. Experiências que justificam a investigação.

A literatura da área indica que o século XX ficou conhecido como o século da criança devido o reconhecimento de direitos e a promulgação de legislações universais, como a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959) e a Convenção Mundial dos Direitos das Crianças (1989), porém mesmo com avanços dentro da temática, a educação pré-escolar no Brasil foi marcada pela ausência e escassez de instituições na esfera pública de atendimento educacional, especialmente nos primeiros anos de vida. Portanto, aqui justifico que o título deste trabalho fala em educação pré-escolar por considerar a nomenclatura utilizada no período histórico investigado, qual seja 1980-1995. Atualmente temos um contexto legal que será exposto mais adiante indicando que a educação das crianças menores de 6 anos no país se intitula “Educação Infantil”, onde estaria contida a creche e a pré-escola.

Historicamente no país, a infância foi objeto de políticas assistencialistas, em geral de baixo custo, ficando à margem das políticas de educação, desconsiderando-as enquanto um direito social, condição fundamental para a garantia dos demais direitos (MACÊDO E DIAS, 2012). Assim, as primeiras iniciativas de atendimento a essa parte da população tiveram um caráter familiar/particular e religioso (asilos, orfanatos, roda dos expostos², creches). Somente ao final do século XX, mais especificamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 1996, que a responsabilidade do atendimento pré-escolar passou a ser do Estado proposta como Educação Infantil. Destacamos que a educação pré-escolar no Brasil, como objeto de atenção do Estado, aparece em 1988

¹Entende-se por crianças pequenas as menores de 6 anos de idade.

² “Roda dos expostos” foi como ficou conhecida uma instituição que recebia crianças através de um dispositivo em forma de roda. A criança era colocada do lado de fora da instituição nesse objeto e ao girá-lo ela ia para o interior da mesma, com isso era preservada a identidade da pessoa que colocava a criança na roda.

com a promulgação da Constituição Federal especialmente em três artigos: art. 7 - garantia de atendimento gratuito aos filhos e dependentes de pais trabalhadores, urbano e rural, em creches e pré-escolas; art. 208 - a educação infantil como um dever do estado brasileiro na garantia de sua oferta; e art. 227 - afirma, entre outros, o direito da criança à educação (PEIXOTO, SHUCHTER E ARAÚJO, 2015).

Neste trabalho, nos propomos a apresentar a experiência pré-escolar de uma instituição da rede particular de ensino do município de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul, a Escola Serviço de Educação Integral (SEI)³ que teve sua origem no ano de 1980, período no qual, creches e pré-escolas se expandem no país em meio às lutas dos movimentos sociais⁴. Nesse momento, quando a educação voltada à criança pequena buscava espaço em todas as vertentes, tanto nas áreas médicas, higienistas, biológicas como também nas educacionais, a Escola SEI iniciou seu trabalho enfatizando o atendimento à criança em idade pré-escolar.

Segundo Silva (2007), no ano de 1981 a Escola SEI atendia turmas do maternal, passando pelo Jardim, Pré I e Pré II, sendo a primeira escola privada de Dourados que nasceu somente com o intuito de atender crianças de 0 a 6 anos, com ênfase nos aspectos lúdicos/educativos. Atualmente a escola atende até o 9º ano do ensino fundamental.

No ano de 2016, a escola SEI completou 36 anos de história, mantendo sua filosofia e concepção educativa e contribuindo para a história da educação do município. Focaremos nesta investigação nos primeiros 15 anos de sua existência, de 1980 a 1995, como nosso recorte temporal. O ano de 1980 por ser a implantação da escola, e o ano de 1995, por anteceder a atual LDB nº 9394/1996, que trouxe mudanças consideráveis à educação das crianças menores de 7anos.

Nosso objetivo neste estudo foi compreender a concepção de criança e de trabalho pedagógico presente na escola SEI nos seus quinze primeiros anos de atuação, especialmente considerando a pré-escola. Para tanto, buscamos respostas para as seguintes indagações: Qual a concepção de criança e trabalho pedagógico presente na pré-escola do SEI entre os anos de 1980 a 1995? Como foi organizada a educação pré-escolar para atender as demandas do período? De que modo a escola tratou e concebeu

³ Este projeto de pesquisa tem aprovação de bolsa da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) aprovado no edital nº 07/2015.

⁴ A luta pelos direitos das crianças e da infância como também o das mulheres, movimentos feministas e das mães trabalhadoras configuraram esse momento.

o atendimento à criança pré-escolar, num período quando em termos legais este atendimento não era prioridade, mas somente uma recomendação da legislação?

Buscando responder esses e outros questionamentos, durante a realização da pesquisa, utilizamos como fontes: os documentos originais da implantação da escola, documentos administrativos como cadernos de matrículas, atas, estatutos, projetos pedagógicos, panfletos, histórico de professores, além do vasto acervo fotográfico.

Nossa justificativa está pautada na problemática da História das Instituições de Educação Infantil da cidade de Dourados-MS, em especial a Escola SEI, que surge para atender, a princípio, a educação das crianças menores de 6 anos. A história da escola no cenário educacional informa que várias gerações de munícipes e região foram formadas por ela. O trabalho junto às crianças pequenas segue até os dias atuais e a mesma preserva um vasto acervo documental desde sua implantação. Tal acervo, do qual tivemos acesso, nos permitiu responder algumas problemáticas da pesquisa.

Portanto, a pesquisa se justifica não somente pelo acesso ao acervo, mas também pela parca produção sobre história da educação no município de Dourados em relação à educação pré-escolar, que tem se constituído como campo novo de investigação. Nos Programas de Pós-Graduação em Educação (tanto de mestrado como de doutorado) das Universidades Católicas Dom Bosco, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul encontramos apenas um trabalho que se referia à história de uma instituição para a educação da criança pequena no município de Dourados.

O trabalho é intitulado “A história da ‘Casa Escola O Infantil do Bom Senso’ em Dourados (1973-1986)” de Ronise Nunes dos Santos, uma dissertação de mestrado, defendida no ano de 2015, inserida na linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD. O objetivo do trabalho foi analisar a história e a constituição da referida instituição pré-escolar no delimitado recorte temporal proposto. Este fato reforça nossa afirmativa de que a temática educação infantil, educação pré-escolar, é um campo recente em pesquisas no município, tendo em vista que essa pesquisa foi finalizada no ano de 2015.

Ainda sobre a temática, encontramos um único trabalho de final de curso de graduação que toma a escola SEI e seus agentes como campo de pesquisa intitulado: “História e Memória da Educação Infantil: os 25 anos de atuação da escola SEI –

Serviço de Educação Integral (1980-2005) no município de Dourados” de autoria de Michelly Fermino da Silva (2007), apresentado há dez anos.

Nesse sentido, esta pesquisa almeja contribuir para a construção da História das Instituições de Educação Infantil da cidade de Dourados, considerado um cenário de pouca produção, principalmente na área da História da Educação. Assim tomamos o acervo preservado pela instituição a fim buscar respostas acerca da cultura escolar produzida pela instituição e seus atores. Tais fontes foram discutidas à luz do referencial teórico-metodológico da Nova História Cultural ligada à História do Tempo Presente, bem como autores da história da criança e a educação infantil. Entre estes: Burke (2005); Pesavento (2005); Kishimoto (1988; 1990); Kramer (1982; 2003); Kuhlmann Jr (2001; 2004); Sarat (2006); e Sá (2007).

Importa agora falar sobre as idas e vindas para a coleta dos dados. No ano de 2015, as visitas na escola ocorreram a partir do mês de setembro. Inicialmente, visitamos o acervo escolar uma vez por semana por três meses. Posteriormente, as visitas aconteciam de forma mais eventual, ou quando havia a necessidade de conferir melhor algum item. Estivemos presentes e participamos também de alguns eventos da escola.

Destacamos que no evento comemorativo do aniversário de criação da escola – 35 anos – elaboramos um memorial escolar, com fotografias contando a história da escola pelas suas imagens. Nessa exposição fotográfica, enfatizamos as origens e as atividades mais marcantes relacionadas à pré-escola. No dia do evento, foi muito interessante ver pais procurando e se reconhecendo nas fotos da sua infância passada nesta escola, e avós reconhecendo filhos e filhas lembrando o período que estudaram na escola.

As visitas foram agendadas (via telefone) com antecedência, gostaríamos de apontar que todas as nossas atividades foram supervisionadas, até porque como o arquivo era muito vasto, e não tinha uma organização arquivista profissional, poucas pessoas sabiam onde encontrar determinados documentos. Por isso, era preciso ajuda para encontrá-los, pois não tínhamos livre acesso para folhear a documentação que considerássemos necessária. Uma vez selecionados, nós os fotografávamos e digitalizávamos, salvando-os em arquivos no computador particular.

Essa supervisão, que de algum modo era feita por uma pessoa da escola, nos auxiliava a compreender os eventos, as datas, as comemorações, entre outros aspectos

presentes na documentação, e assim sua presença era constante. Em um primeiro momento, nos sentíamos limitados e receosos por não poder adentrar o acervo com liberdade, pois acreditamos que “achados”, “vestígios” ou “evidências” poderiam estar ao nosso alcance. No entanto, percebemos que a pessoa da escola destinada a fazer esse trabalho comigo era muito solícita e estava disposta a ajudar no que fosse preciso. Destacamos que vários membros da equipe da escola estão atuantes, desde a sua abertura em 1980 – alguns cargos de liderança da escola são praticamente os mesmos até o presente. Tal dado aponta a preocupação da escola em fazer-se presente na pesquisa.

A primeira etapa da pesquisa foi dividida em três fases: primeiro conhecer o campo da investigação, quais documentos apresentados, do que se tratavam, seu estado de conservação, seu acesso, entre outros; a segunda fase foi a catalogação desses arquivos em tipo de documento, ano de produção, assunto, quantidade etc.; e a terceira e última fase foi a seleção da documentação para a pesquisa, onde buscamos os documentos referentes à pré-escola que compreendessem o período buscado – 1980 a 1995. As fases iniciais proporcionaram, enquanto historiadora da educação, um avanço no conhecimento das fontes e registros do passado – tal experiência acompanhou todo o processo da escrita e de compreensão dos arquivos e como estes se constituíram.

Paralelamente a essa primeira etapa, ocorria também a segunda parte da pesquisa, que se constituía nas leituras e a escrita do trabalho. Apesar de acreditar e necessitar da ajuda das pessoas da escola com a documentação, tínhamos uma sensação de que a leitura dos documentos estava sendo controlada e, de certo modo, essa sensação interfere nos resultados da escrita, pois o cuidado com o que se escreve é permanente para não incorrer em problemas discutindo as concepções pessoais, sociais, culturais e ideológicas da parte pesquisada. No entanto, entendemos que esse é um dos dilemas e limites de quem trabalha com a história do tempo presente, no qual as fontes, os registros, as análises, o passado estão tão próximos e, por vezes, parecem nos assombrar com suas imagens.

O arquivo de fotografias que recebemos, uma caixa de papelão grande (com medidas em torno de 80 cm x 60 cm x 50 cm), onde era possível encontrar uma infinidade de assuntos do meio escolar. Assim como se guarda fotos em caixas de memórias e recordações, ali repousavam uma infinidade de histórias. Podemos dizer que havia mais de trinta anos de história naqueles álbuns e caixas, umas dentro de

outras, contendo uma quantidade enorme de registros e de memórias da escola em seus diferentes tempos.

Para a seleção das fotografias utilizadas na pesquisa, elencamos alguns critérios: a qualidade da fotografia e sua nitidez, já que seria impossível analisá-las sem esses requisitos básicos; as imagens em grupos ou individuais de desenvolvimento de atividades pedagógicas foram priorizadas, pois nossa ênfase era a concepção e o trabalho pedagógico da escola; terceiro e último, a partir da recorrência com que determinadas atividades eram fotografadas, ou seja, levando em consideração aspectos como a coloração da imagem, cortes de cabelos e vestimentas, anotações no verso etc. marcas do tempo que nos indicavam o período pesquisado quando não estava explícito na imagem.

Teórica e metodologicamente fizemos opções fundamentadas nas perspectivas do que a bibliografia nos apresenta como Nova História Cultural. O termo “cultura”, desde o século XIX, passou por mudanças que Burke (2005) chama de “virada cultural”. Nos anos 1980 essa abordagem passou a ser revista e ampliada, introduzindo novos aspectos culturais nos quais se podia investigar a cultura em todos seus aspectos. “Estamos a caminho da história cultural de tudo: sonhos, comida, emoções, viagem, memória, gesto, humor, exames e assim por diante” (BURKE, 2005, p. 46).

Todas essas nuances configuram a Nova História Cultural, permitem que as possibilidades de pesquisa se ampliem, trazendo temáticas relevantes para pensar e investigar a história, sobretudo na história da educação. Além disso, a Nova História Cultural está relacionada a outras áreas do conhecimento, pois segundo Barros (2011, p. 39) são produzidos “diálogos interdisciplinares mais específicos, envolvendo as relações da História com outros campos do saber, como a antropologia, a linguística, a psicologia ou a ciência política”.

Entre as possibilidades alcançadas pela Nova História Cultural, está a História do Tempo Presente considerada “uma história ainda não acabada, em que o historiador não cumpre o seu papel de reconstruir um processo já acabado, de que se conhecem o fim e as consequências.” (PESAVENTO, 2005, p. 56), mas pode também ser vista como uma “[...] intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo” (DOSSE, 2012, p. 6).

Neste contexto teórico da historiografia, a investigação foi desenvolvida com documentos do arquivo passivo⁵ da instituição, sob supervisão de uma funcionária. Os principais funcionários (coordenadores, diretores, vice-diretores, secretários) estão em atividade desde 1980 quando iniciou o processo de autorização de funcionamento da escola, de algum modo, estes se constituem em fontes vivas de experiências na instituição. Informamos que não utilizamos depoimentos ou outra metodologia que trabalhe com esses dados, somente a documentação do meio escolar.

Trabalhamos com arquivos que foram disponibilizados por pessoas da instituição e que, de certo modo, acompanharam a pesquisa⁶. Tal aspecto infere nos limites da elaboração de uma pesquisa isenta de análises subjetivas, considerando o tempo presente, a história em curso e as pessoas envolvidas. O intuito é problematizar sem ferir as representações e as práticas culturais dos indivíduos e grupos que compõem a instituição. Leite (2011, p. 614), informa que para alguns pesquisadores, tal situação pode:

[...] comprometer a qualidade da análise histórica e ampliar as possibilidades de expor as fragilidades da produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, a provisoriidade da verdade histórica, bem como o peso da subjetividade em relação à objetividade histórica torna-se mais evidente.

Desse modo, fazemos um exercício ao tratar tais abordagens de forma cautelosa para que os graus de subjetividade do pesquisador e dos pesquisados –, não invadam as análises e prejudique os resultados. Mas é claro que a interpretação dos dados em si já consiste em subjetividade, ou seja, é praticamente impossível se isentar totalmente. Mas em defesa da proximidade do historiador e seu objeto, a bibliografia informa que não se configura como algo negativo, pelo contrário, o historiador se encontra em uma posição privilegiada na construção do conhecimento, ao permitir uma aproximação física entre sujeito e objeto de estudo, pois “um medievalista ou um modernista. (...) deve recompor uma realidade que lhe escapa fisicamente.” (LEITE, 2011, p. 615).

O historiador “se dispõe a fazer as coisas falarem” (PESAVENTO, 2005, p. 59). A história do tempo presente para alguns autores está associada à pesquisa de sujeitos

⁵ Mais conhecido como “arquivo morto”, este tem a finalidade de manter guardados alguns documentos da cultura escolar sem uma organização/catalogação específica.

⁶ Todo acesso a documentação esteve condicionado aos funcionários da escola que liberavam e entregavam os documentos conforme pedíamos. Não tivemos acesso irrestrito à documentação.

que viveram em determinadas épocas, e podem fornecer entrevistas para a coleta de dados e também de fontes escritas. Fontes como revistas, livros didáticos, fotografias, desenhos, pinturas, brinquedos, prédios todos imersos em redes de significações e representações, muitas vezes encontradas no espaço escolar, e que se configuram como locais de pesquisa permitem compreender os diversos aspectos do cotidiano escolar, entre estes destacamos o trabalho pedagógico, suas práticas e suas concepções.

A partir do levantamento das fontes localizadas na instituição⁷, utilizamos na análise da documentação o cenário histórico, social, cultural, econômico e político em que determinados documentos foram produzidos. Segundo Cellard (2012) tais aspectos devem ser considerados em todas as etapas, tanto em investigações de passado distante quanto nas de passado recente, como na História do Tempo Presente.

Tais aspectos serão destacados ao longo do trabalho. No entanto, consideraremos uma parte da grande quantidade de fotografias disponíveis no acervo a escola, contendo registros de inúmeras atividades. Seleccionamos 95 fotografias antigas e recentes, e pretendemos analisá-las a partir dos estudos acerca da utilização da fotografia histórica como fonte. Para Kossoy (1989, p. 34) a fotografia é um gênero da história que perpassa a “ciência e a arte”, ela faz parte do processo histórico e atua como meio de expressão e comunicação, de modo a representar a realidade. O pesquisador ainda pode contar com essa fonte “como meio de conhecimento visual da cena passada e, portanto, como uma possibilidade de descoberta.”

A partir da segunda metade de século XIX a fotografia passou a ser largamente difundida com as novas técnicas que surgiam. Tal difusão permitiu sua preservação, principalmente em grupos minoritários, mulheres, negros, indígenas, crianças etc, e determinados eventos (SANTINI, 2012). Já no século seguinte, além da modernização das técnicas, foi possível também o acesso às imagens fotográficas, pois o mercado fotográfico se expandia consideravelmente, sobretudo na produção de fotografias destinadas aos meios de comunicação, como jornais e revistas (LIMA e CARVALHO, 2009).

Para analisar as fotografias neste trabalho, faremos uso da análise iconográfica, indicada por Kossoy (1989), porém ela será abordada somente em relação ao conteúdo fotográfico, ou seja, o “assunto da fotografia” que registra os aspectos internos da instituição. Portanto, consideramos que toda reprodução fotográfica foi tirada com uma

⁷ Aspecto mais explicitado no subitem “Arquivo Escolar – SEI”.

finalidade e intencionalidade, se constituindo em um meio de informação e conhecimento de valor documental e iconográfico. A imagem representa um testemunho visual e material, pois “[...] é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos.” (KOSSOY, 1989, p. 22)

A presente pesquisa se constitui da utilização dessas fontes iconográficas e documentais reunidas, buscando dar respostas à investigação que indaga quais as concepções de criança e trabalho pedagógico da instituição pesquisada, considerando especialmente a periodização dos quinze primeiros anos (1980-1995). Para tanto, este trabalho compõe-se de três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos como a infância foi acolhida no Brasil em suas diversas instituições, além do contexto legal do nos anos 1980-1995. No segundo capítulo, apresentamos um levantamento da produção realizada nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de Mato Grosso do Sul acerca de pesquisas desenvolvidas em instituições educacionais para a infância, como também as origens institucionais da pré-escola em Dourados. No terceiro capítulo, apresentamos a instituição pesquisada, “Escola SEI”, enfocando aspectos das origens, das motivações da sua criação, a filosofia e a concepção de educação contida na documentação, os rituais e as celebrações realizadas pela instituição, as atividades de rotina e cotidianas, bem como, aspectos do seu arquivo e fontes, apontando na documentação as práticas e organização do trabalho pedagógico, a participação da família e a estrutura físico-administrativa da escola. E finalizamos com as considerações finais, onde situaremos nossas análises.

1 EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E DA INFÂNCIA BRASILEIRA

Nesta seção abordaremos o atendimento educacional oferecido à criança menor de 6 anos no Brasil desde o final do século XIX e a legislação que ampara essa educação, sobretudo na década de 1980, período quando foi fundada a escola objeto desta pesquisa.

1.1 Atendimento às crianças pequenas no Brasil

O século XIX foi marcado por grandes mudanças, entre elas, a necessidade da criação de instituições de atendimento às crianças devido à entrada das mulheres no mundo do trabalho⁸, o que implicou em novos cuidados em relação à educação das mesmas. Tais estabelecimentos tinham por função, acolher as crianças enquanto as mães fossem trabalhar, tornando-se lugares de guarda e proteção da infância. Muitos destes locais dedicavam-se ao cuidado das crianças pobres com uma perspectiva assistencialista e tinham por denominação as palavras “creches”, “escolas maternais” ou “asilos” e ficavam a cargo de ações de caráter familiar/particular e religioso com aspecto majoritariamente filantrópico (SARAT e SILVA, 2015).

A maioria dessas instituições eram exclusivas aos pobres, pois a pedagogia para a educação das crianças das camadas populares tinha caráter pedagógico de submissão com o objetivo de “disciplinar e apaziguar as relações sociais”, sendo a formação voltada para a conformação e obediência (KUHLMANN JR, 2004, p.181). As diferenças nas ações entre a educação para crianças da elite e a educação para crianças pobres se torna ainda maior quando surgem os *Kindergartens* com uma proposta educacional conduzida de forma diferenciada e em sua maioria destinada às crianças mais abastadas. Para Kuhlmann Jr (2001, p. 10):

O jardim de infância, a mais bem-sucedida das instituições, desponta como um contraponto às demais, tratando às vezes como se fosse o detentor exclusivo de uma concepção pedagógica. Froebel, que abriu o primeiro *Kindergarten* no alvorecer da década de 1840, em Blankenburgo, pretendia não apenas reformar a educação pré-escolar,

⁸ Sobre o tema história do atendimento à criança pequena no Brasil, temos o trabalho pioneiro de Anália Franco entre o final do século XIX e início do século XX. A referida professora desenvolveu várias iniciativas de atendimento à infância pobre, sendo considerada por alguns autores uma personagem fundamental na luta pela educação infantil no Brasil. (OIVEIRA e KUHLMANN JR, 2006)

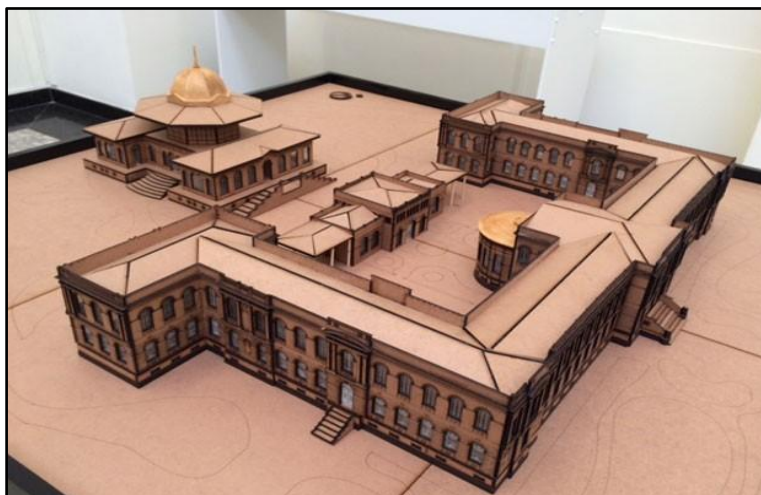
mas por meio dela a estrutura familiar e os cuidados dedicados à infância [...].

O “jardim da infância” foi criado por Froebel em meados do século XIX, tinha por característica o contato com a natureza e o atendimento infantil deveria ser apropriado à criança no sentido de propor atividades “livres e espontâneas, dirigidas para um fim útil, onde o educador deveria explorar a curiosidade da criança, sua necessidade de tocar, de agir e criar. Apregoava a liberdade do brincar como uma atividade primordial e de significação profunda” (SÁ, 2007).

O primeiro “jardim da infância” no Brasil surgiu de iniciativa privada idealizada por Joaquim Menezes Vieira e sua esposa Carlota, no ano de 1875, na Corte do Rio de Janeiro (KISHIMOTO, 1990), e destinava-se a crianças do sexo masculino. O “jardim” tinha como objetivo atender os filhos da classe alta carioca com atividades de ginástica, pintura, desenho, exercícios de linguagem e cálculo, atividades de escrita, leitura, história, geografia e religião.

Posteriormente, foi aberto o Jardim de Infância Caetano de Campos, anexo à Escola Normal Caetano de Campos. A instituição foi criada no dia 18 de maio de 1896 na cidade de São Paulo, cercada por um vasto jardim e constituída por quatro salas e um grande salão para as festas e solenidades da instituição, contando este salão com espaço de 225 m². Um dos objetivos da criação do “jardim” era constituí-lo em espaço de estágio para futuros professores. Enquanto as professoras eram licenciadas, suas auxiliares estudavam na escola Normal (KUHLMANN JR, 2004).

Figura 1 – Maquete do complexo educacional Escola Normal Caetano de Campos com Jardim de Infância anexo (2014)



Fonte: Portal de notícias G1: <<https://goo.gl/Obr8Ir>>.

Esse “jardim” foi instituído pelo Decreto 342 de 1896, sendo a primeira unidade pré-escolar instalada com recursos do governo, onde atendia crianças de 3 a 7 anos de idade sob a metodologia froebeliana (KISHIMOTO, 1988). O Jardim de Infância funcionou em um prédio antigo alugado (construção menor do lado esquerdo da imagem – Figura 1), localizado na Rua Ipiranga, na cidade de São Paulo. As primeiras vagas foram amplamente concorridas: 300 candidatos para 102 vagas. Para matrícula foram selecionadas crianças das “melhores famílias” da cidade de São Paulo. As atividades no “jardim” começaram com uma média de 95 alunos (MARCELINO, 2004). Mesmo os Jardins de Infância da esfera pública de concepção froebeliana no Brasil eram, inicialmente, destinados às classes de elite, como afirma Real (2004, p. 52):

[...] no caso do Jardim de Infância público, instalado anexo à Escola Caetano de Campos, [...] possibilitava a dicotomização na institucionalização da educação das crianças de 0 a 6 anos. Enquanto as creches e as salas de asilos atendiam os filhos de alguns operários, de empregadas domésticas e as crianças carentes e abandonadas, com fins predominantemente assistenciais, os jardins de infância atendiam os filhos da elite com uma metodologia froebeliana.

Membros do Partido Republicano Paulista, da alta sociedade e de cargos de prestígio do estado tinham seus filhos matriculados no Jardim de Infância Caetano de Campos. Segundo Kuhlmann Jr (2004) “durante muito tempo, o Jardim contou com esse tipo de clientela: como escola-modelo, o Jardim acabava por reservar o privilégio de seu espaço e materiais à elite paulistana”.

Em contrapartida aos jardins de infância, as creches e as escolas maternas eram destinadas às crianças pobres. Sua educação era voltada para a formação moral e física, sendo organizadas inicialmente em concepções médico-higienistas, jurídico-policiais e também sob influência religiosa, desenvolvendo ações direcionadas para a infância moralmente abandonada.

Kuhlmann Jr (2004, p. 202) chama a atenção no sentido de que não devemos interpretar a “educação como o lado do bem e a assistência como o império do mal, assim como se estabelece uma posição inconciliável entre ambas”, porque segundo o autor não são as instituições que têm o caráter educacional, e sim os órgãos que as administra e as propostas pedagógicas desenvolvidas no seu interior.

As creches desempenharam um papel de cuidado para as crianças das classes menos favorecidas, de forma que a “educação” oferecida às mesmas fossem a de conformação e disciplina para que essas crianças, no futuro, se tornassem contidas e civilizadas, ou seja, que essas crianças tivessem um “[...] comportamento social aceitável [...]” (ELIAS, 2011, p. 107). Mas não podemos desconsiderar a contribuição dessas instituições na contenção dos índices alarmantes de mortalidade infantil.

Nesse contexto, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), fundado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, no ano de 1899. Essa instituição desenvolvia ações de ordem médica e higiênica como proteção à mulher grávida pobre, higiene da/para a gestante, assistência ao parto em domicílio e ao recém-nascido e incluía a distribuição de leite diariamente, quando preciso, construção de creches, consultas às gestantes, higiene na primeira infância, vacinação, exames, entre outras atividades. Esse instituto teve importante participação para as crianças pobres brasileiras e em trinta anos contava com 22 filiais espalhadas pelo país, sendo que 11 dessas filiais, com creches (KUHLMANN JR, 2004).

Segundo Kuhlmann Jr (2004), as áreas que atuavam em prol da infância passaram a ter espaço em congressos destinados à criança no Brasil. Desse modo, pode-se dizer que a criança brasileira passou a ter importância social, com ações que visavam cuidado, educação, proteção, inclusive estando presente na legislação. No caso dos Congressos Internacionais realizados no Brasil, eles envolviam a preocupação com a infância, entre os quais: Congresso Jurídico Americano (1900); Congresso Científico Latino-Americano (1905) e o Congresso Médico-Latino Americano (1909), ambos realizados no Rio de Janeiro; Congresso de Mutualismo Sul-Americano, realizado em São Paulo (1911); e o Congresso Americano da Criança, realizado em 1922 também na cidade do Rio de Janeiro. Não é por acaso que o século XX ficou conhecido como o “século da criança”, pois nesse período muitas atenções de diversas áreas se voltaram para a infância.

Sendo assim, permitiu a entrada da chamada fase médico-higienista, a partir de então no Brasil, e tais ações passam a fazer parte do cotidiano educacional das crianças. Mas o que levou médicos e higienistas a voltarem atenções para a infância foi a existência de altas taxas de mortalidade infantil. As ações desenvolvidas por esses profissionais eram consultas a lactantes, ligas de combate à mortalidade infantil e programas como gotas de leite. Tais profissionais das áreas da saúde passaram a ter papéis sociais de destaque na vida das famílias, principalmente a partir de resultados positivos de suas ações.

Nesse contexto, normas de cuidados com a infância também foram propagadas como, por exemplo, a Puericultura⁹, conhecida como a ciência da família que se estabelece a partir de uma relação de confiança entre o médico e a mãe. A puericultura adotava princípios de eugenia¹⁰, uma perspectiva preconceituosa e discriminatória que ganhava espaço no período, especialmente no início do século XX. Este período foi marcado pelas teorias de branqueamento da população, com a abolição do trabalho escravo e a chegada de imigrantes para substituir a força de trabalho. Assim, as populações pobres e marginalizadas eram culpadas pela sua condição social de saúde e higiene.

Questões de cunho jurídico-policia l descritas por Kuhlmann Jr (2004) tinham por finalidade desenvolver ações a fim de evitar a criminalidade que poderia derivar da criança moralmente abandonada, fazendo parte de um rol de ações em prol da proteção à infância. Entre as instituições com influência jurídico-policia l estavam os Patronatos de Menores, fundado em 1909. Os objetivos dessas instituições, além de fundar creches e jardins de infância, era também auxiliar os juizes de órfãos no amparo e proteção das crianças, e ainda: cuidar da proibição das vendas de produtos por menores; codificar as causas que acarretavam a cessação do pátrio poder; evitar a convivência dos menores de ambos os sexos e a criação de depósitos com aposentos separados para ambos os sexos; promover assistência para menores detentos; tratar da reforma das prisões de menores; e, juntar esforços para que se realizasse a fiscalização em todos os asilos e institutos de assistência pública e privada (KUHLMANN JR, 2004).

Um quadro apresentado por Kramer (2003) aponta os órgãos que foram criados no Brasil, desde o início do século XX, de ordem pública nacional, particular, internacional/privada que estavam sob as influências descritas acima:

Quadro 1 – Órgãos de atendimento à infância (1919-1975)

Órgão	Ano de Criação	Vinculação	Modificações/Extinção/Situação em 1980
Departamento da Criança no Brasil	1919	(Setor privado) Instituto de Proteção e Assistência à Infância	Continuava a existir em 1938.

⁹ Ciência que reúne fisiologia, higiene e sociologia, disciplinas capazes de favorecerem o desenvolvimento físico e psíquico das crianças desde o período da gestação até a puberdade.

¹⁰ A puericultura se desenvolvia em torno da política de controle racial, de branqueamento da população brasileira, nesse contexto a chamada eugenia.

Departamento Nacional da Criança (DNCr.)	1940	(Setor público) Ministério da Educação e Saúde Pública	Subordinado ao Ministério da Saúde a partir de 1951. Transformado em Coordenação de Proteção Materno-Infantil em 1970. Atual Divisão Nacional de Proteção Materno-Infantil ¹¹ .
Serviço de Assistência a Menores (SAM)	1941	(Setor público) Ministério da Educação e Negócios Interiores	Extinção em 1964. Surge em 1964 a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, vinculada à Presidência da República. FUNABEM é vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, a partir de 1974.
Fundo das nações Unidas para a Infância (UNICEF)	1946	(Internacional) Organização das Nações Unidas	Torna-se órgão permanente da ONU em 1964.
Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP)	1948	(Internacional/setor privado)	Criação do Comitê-Brasil da OMEP em 1953, ligado ao setor privado.
Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN)	1972	(Setor público) Ministério da Saúde	
Projeto Casulo	1974	(Setor público) Legião Brasileira de Assistência (LBA)	LBA é vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, a partir de 1974.
Coordenação de Educação Pré-Escolar (COEPRE)	1975	(Setor público) Ministério da Educação e Cultura	

Fonte: Kramer, 2003, p 52.

Na segunda metade do século XX, no Brasil, especialmente a partir da década de 1970, tivemos outros modelos e propostas de educação para as crianças se configurando em perspectivas e políticas educacionais compensatórias inspiradas em outros países. Com origens na Europa e nos Estados Unidos na década de 1960, a educação compensatória tinha como proposta compensar as “carências” advindas das classes populares. Sobre a temática Kramer (2003, p.24) afirma:

[...] as crianças das classes sociais dominadas (economicamente desfavorecidas, exploradas, marginalizadas, de baixa renda) são

¹¹ Esses dados são até 1975 de acordo com a pesquisa de Kramer (2003).

consideradas como “carentes”, “deficientes”, “inferiores” na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido. Faltariam a essas crianças, “privadas culturalmente”, determinados atributos, atitudes ou conteúdo que deveriam ser nelas inculcados. A fim de suprir as deficiências de saúde e nutrição, as escolares, ou as do meio sócio cultural em que vivem as crianças, são propostos diversos programas de educação pré-escolar de cunho compensatório.

No Brasil, no fim dos anos 1970 e início da década de 1980, a educação pré-escolar ficou caracterizada pela influência dessa “nova educação”, destinada a compensar as carências de crianças das populações pobres e apoiadas em recursos da comunidade visando poupar investimentos do Estado para sua expansão (ANDRADE, 2010). Essa nova característica educacional foi implantada através dos discursos pedagógicos que estavam no auge e tinham inspirações norte-americanas, resquícios esses da ditadura instaurada em 1964 com o golpe militar.

A literatura da área (CAMPOS, ROSEMBERG E FERREIRA, 1995; KRAMER, 1989) indica que na pré-escola brasileira a difusão dessa pedagogia foi a partir do Projeto Casulo¹² que teve como objetivo atender com baixo custo o maior número possível de crianças aproveitando recursos da comunidade. Nesse sentido Campos, Rosemberg e Ferreira (1995, p.32) argumentam dizendo que as creches eram “[...] instaladas em equipamentos simples, aproveitando espaços “ociosos” da comunidade e orientadas por uma concepção preventiva e compensatória do atendimento infantil”. O Projeto Casulo também tinha por objetivo evitar a mortalidade e a desnutrição infantil. No início, esse projeto teve caráter experimental, alcançando sua expansão quatro anos depois e se tornou o principal programa de atendimento pré-escolar do país.

Entendida como medida de solução de problemas para o primeiro grau, a pré-escola passou a compreender aspectos dessa educação para que pudessem superar os “déficits culturais” provindos do meio onde as crianças estariam inseridas. O conceito de “privação cultural” se configura por tomar as crianças das classes populares como carentes que apresentam desvantagens socioculturais de ordem intelectual, linguística e também afetiva, em relação a outras crianças e tais aspectos provocariam insucesso no processo de educação formal.

¹² O projeto Casulo, de inspiração compensatória, foi criado em 1977. Foi a primeira instituição pré-escolar do Brasil desenvolvida com recursos do governo e teve sua expansão em 1981, alcançando todos os estados brasileiros. O tema será abordado posteriormente.

Para “corrigir” essa defasagem, a educação compensatória vinha propor métodos pedagógicos “adequados”, diminuindo as diferenças entre as crianças no desempenho escolar. Basicamente o objetivo da educação compensatória seria intervir precocemente para reduzir ou eliminar as desvantagens provenientes da privação cultural das crianças pequenas (KRAMER, 2003). O discurso e as práticas no pré-escolar, nesse período, eram influenciados por essas teorias, da privação cultural e da educação compensatória, com o papel de suprir necessidades de ordem física, material, social e psicológica, “além de ocupar o lugar da falta moral, econômica e higiênica da família, a creche também terá que dar conta da carência afetiva, social, nutricional e cognitiva da criança” (HADDAD, 1991, p.114), ou seja, havia um modelo de criança a ser seguido: a da classe média que possuía todos os requisitos necessários para o bom desempenho escolar.

Com isso, outras preocupações que envolviam essa criança passaram a ser questionadas pela psicologia, já que o aspecto emocional da criança estaria propenso a desequilíbrios: “A psicanálise fortalecia as intensas discussões existentes em torno da maior ou menor permissividade que deveria existir na educação das crianças, trazendo à discussão temas como frustração, agressão e ansiedade” (KRAMER, 2003, p. 26). A proposta da educação compensatória atendia as pesquisas da época, indicando que o fracasso escolar estaria associado às crianças vindas de grupos minoritários da população:

[...] teriam sofrido grandes desvantagens em termos de falta de estimulação no seu ambiente familiar [...] ao chegarem à escola elementar, essas crianças fracassariam por não terem vivido experiências anteriores à escolarização fundamentais para o êxito no desempenho escolar (KRAMER, 2003, p. 28).

Diante desse contexto, a pré-escola passa a configurar a solução dos problemas da escola regular. Ela funcionaria como uma “mola propulsora” da mudança que se esperava na questão social. Segundo a autora o fracasso escolar¹³ acontecia porque as crianças não estariam suficientemente preparadas para aproveitarem a escola. Em geral, a carência era entendida como um atraso intelectual ou uma distorção emocional que provinha de um meio frágil e de um contexto social pouco estimulante.

¹³ Segundo Kramer (1982), as crianças de origem pobre, não estariam suficientemente preparadas para tirarem proveito satisfatório da escola, o que conseqüentemente levaria ao fracasso no desenvolvimento escolar.

Portanto, a proposta era de que as crianças que frequentassem a pré-escola nesses moldes compensatórios teriam melhores condições de aprendizado na escola formal, tendo elas participado de um processo “democrático” de oportunidades educacionais na pré-escola e a “[...] educação compensatória deveria corrigir supostas defasagens que provocariam os fracassos das crianças” (KRAMER, 1982, p. 54). Nesse sentido, a percepção era de uma criança cuja família não era capaz de suprir suas carências de alimentação, habitação e afetividade, entre outras. Para Freitas e Biccas (2009, p. 297):

A criança pobre e sua família tornavam-se os “grandes vilões” e responsáveis pelo insucesso na alfabetização. A estrutura da escola não era questionada, tampouco as distâncias sociais que favoreciam aquela situação eram postas em evidência. [...] A solução, investida de uma simplicidade enganosa, encaminhou-se para a mudança e adequação dos currículos e programas que foram submetidos a ajustes especiais para a criança carente com o objetivo de compensar suas “deficiências”.

Para Kramer (2003), colocar a pré-escola como a solução para os problemas educacionais expressa uma maneira de negar os reais problemas sociais advindos dos contextos políticos e econômicos complexos que o país enfrentava no período. Outra questão levantada pela autora aponta a falta de acesso mais democrático e igualitário à escola e as possibilidades de ascensão. A igualdade de oportunidades e de condições não estava garantida, considerando os níveis de desigualdades sociais no país no referido período histórico.

No Brasil, o atendimento educacional à pequena infância por muito tempo serviu apenas como local de guarda onde as mães deixavam seus filhos para irem ao trabalho. Tal contexto começa a mudar na década de 1980, com uma série de aparatos legais que passaram a propor mudanças na educação pré-escolar. Entre as legislações, temos o caso da Constituição Federal de 1988. Nesta, a educação passa a ser obrigatória cabendo ao Estado a garantia de vagas para crianças em creche e pré-escola.

Em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/90 que garantiu diversos direitos, entre eles a educação às crianças pequenas. Tais dispositivos legais contribuíram para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394, promulgada em 1996, apresentasse avanços para a educação da criança pequena, colocando a educação infantil como a primeira etapa da educação básica.

1.2 A educação da criança pequena: aspectos legais (1980-1995)

Na década de 1980 do século XX, os movimentos dos trabalhadores, das mulheres, das lutas por creches e de redemocratização do país, entre outros, desencadearam um processo de elaboração de ações legais em relação aos direitos de mulheres e crianças, incidindo principalmente sobre a educação pré-escolar.

No entanto, na prática a educação da pequena infância não estava formalizada nos moldes da nova Constituição a qual área governamental assumiria essa educação. Segundo Campos, Rosemberg e Ferreira (1995) até o ano de 1989, a educação dos pequenos estava a cargo de cinco ministérios: Educação, Interior, Justiça, Saúde e Trabalho, sendo que até 1980 os três primeiros ministérios legislavam sobre o atendimento às crianças pequenas.

No Ministério do Interior as ações voltadas ao atendimento da criança ficaram a cargo da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada em 1964 e atuante por 26 anos. A sua criação partiu de diversas lutas de setores do governo e também da igreja, desde meados do século XX, que tinham em comum o interesse em reformular o atendimento ao menor abandonado¹⁴, pois acreditavam que o atendimento às crianças era feito de forma inadequada. (CAMPOS, ROSEMBERG E FERREIRA, 1995).

No Ministério da Educação (MEC), mesmo com pouca visibilidade, a educação pré-escolar aparece muito timidamente na Lei 5.692/1971. O MEC desenvolveu algumas ações contemplando a educação da criança menor de 7 anos. Por meio de um grupo de estudos criado em 1974, o ministério legislou criando e modificando vários órgãos que faziam a gestão da educação pré-escolar. Entre eles estava a Coordenadoria de Educação Pré-Escolar (COEPRE), criada em 1975, mas que antes de se efetivar como tal, passou por algumas modificações. Nesse mesmo ano, esse órgão passou a se chamar Setor de Educação Pré-Escolar (SEPRE) e logo depois se transformou em Coordenação de Educação Pré-Escolar (CODEPRE), até ser transformado em coordenadoria.

O primeiro programa instalado pela iniciativa pública para educação das crianças em massa foi o Projeto Casulo, criado em 1977 (REAL, 2004). Esse projeto foi

¹⁴ O menor abandonado é entendido como a criança em situação vulnerável, em situação de rua, órfã, sem responsável ou sendo este julgado incapaz de sua guarda, mas que de alguma forma pode trazer problemas a sociedade (SÁ, 2007).

implantado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e visava atender, a baixo custo, o maior número possível de crianças, aproveitando recursos da comunidade e diminuindo os números alarmantes de desnutrição e mortalidade infantil.

Na década de 1980, o MEC firmou parcerias com as secretarias de educação estaduais a fim de expandir o atendimento pré-escolar no Brasil. A visão de expansão dessa educação nesse momento estava vinculada ao baixo custo da educação, com prestação de serviços e ajuda voluntária da comunidade. Nesse contexto, no ano de 1981, o MEC lançou o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar integrado ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que foi responsável por 50% do atendimento pré-escolar no Brasil.

Em 1988 foi criada pelo MEC a Coordenadoria de Apoio Pedagógico a Educação Pré-Escolar assumindo questões pedagógicas. Para Campos, Rosemberg e Ferreira (1995) até 1989 no organograma do MEC, a pré-escola não passou de uma coordenadoria.

Seja no plano jurídico, administrativo, orçamentário; seja na elaboração de metas e programas, ou, ainda, na produção e sistematização de estatísticas educacionais, o MEC parece não ter incorporado a pré-escola como parte integrante e legítima do sistema educacional regular (CAMPOS, ROSEMBERG E FERREIRA, 1995, p.54).

Foi em 1988, a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira que as crianças de 0 a 6 anos passaram a integrar os sistemas de ensino e a terem visibilidade legal. No texto constitucional, a educação dos pequenos menores de 6 anos teve avanços no que se refere à superação da visão assistencialista sobre a educação dos mesmos e “no caso específico das creches, tradicionalmente vinculadas as áreas de assistência social, essa mudança é bastante significativa e supõe uma integração entre creches e pré-escolas” (CAMPOS, ROSEMBERG E FERREIRA, 1995, p. 18). Essa educação passou a ser denominada “educação infantil”, evitando assim confusões em termos escolares devidas à nomenclatura e passou a ser a primeira etapa da educação básica brasileira (CAMPOS, ROSEMBERG E FERREIRA, 1995). Sobre as creches incluídas no Capítulo da Educação, na CF 1988, Mathias e Paula (2009, p. 14) observam:

A Lei afirma, portanto, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. A inclusão da creche no capítulo da

educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função do cuidar e educar. Essa inclusão constitui um ganho, sem precedentes, na história da Educação Infantil em nosso país.

Essas autoras ainda complementam que, embora a educação dos pequenos tenha mais de um século de história, somente nos anos 1990 essa educação foi firmada como um direito de todas as crianças.

Pela primeira vez a Constituição Federal faz referências claras a direitos específicos das crianças, sendo a educação em creche e pré-escola para menores de 6 anos um direito das mesmas e não mais direito das mães trabalhadoras: “Enquanto as constituições anteriores limitavam-se a expressões como ‘assistir’ ou ‘amparar a maternidade e a infância’, a nova Carta nomeia formas concretas de garantir, não só esse amparo, mas, principalmente, a educação dessa criança” (CAMPOS, ROSEMBERG E FERREIRA, 1995, p. 18).

No dia 13 de julho de 1990, foi instituída no Brasil uma nova lei de amparo às crianças e adolescentes, a Lei 8.069, intitulada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo Silva (2010), com a promulgação dessa lei as crianças e os adolescentes passam a gozar dos direitos fundamentais dos seres humanos, sendo-lhes garantida proteção integral, na qual a família, a sociedade e o poder público devem fazer efetivar tal direito. Além desse, os direitos referentes “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” são garantidos (SILVA, 2010, p. 138).

Outra construção legal importante na educação e atendimento à infância foi o ECA de 1990 sendo resultado de processos construídos ao longo da história, acerca dos direitos da criança e do adolescente, desdobrando-se desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Constituição Federal (1988), como também da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Esse documento se caracteriza como um instrumento jurídico inovador tanto em seu conteúdo como também pelo tratamento destinado à criança e ao adolescente, ou seja, um novo olhar e lugar nos quais as crianças e os adolescentes são considerados pessoas em condição especial de desenvolvimento e sujeitos de direitos (SILVA, 2010).

O documento foi lançado com o intuito de discutir e mudar alguns paradigmas relacionados às crianças e aos adolescentes. Ele substituiu o Código de Menores instituído pelo Decreto 6.697/1979 que entendia a infância, principalmente das crianças

pobres, como perigosa ou em perigo, passando a ser reconhecidas como sujeitos de direitos (EDUARDO e EGRY, 2009).

Com influências vindas dessas duas últimas leis de suma importância para a educação da criança e das discussões que levaram a elas, em dezembro de 1996 foi promulgada a nossa atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394. Quando pensamos em avanços na educação das crianças pequenas nos remetemos também a este aporte legislativo. Através dele, foi possível organizar o atendimento educacional para as crianças menores de 6 anos. Na LDB a educação infantil “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade” (ANDRADE, 2010. p. 146).

Um dos pontos centrais da LDB coloca a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. No entanto, não os aprofundaremos nessa legislação e seus desdobramentos, pois nosso recorte temporal é até 1995, ano anterior à mesma.

1.3 Dados brasileiros da educação pré-escolar (1980-1995)

Na década de 1980 o estado brasileiro passa por uma série de mudanças principalmente no que diz respeito à participação popular acerca dos direitos civis, em especial aos das crianças, pois como afirma Silva (1999, p. 41):

[...] o país passa por uma série de modificações no sentido de reconstrução das identidades de representação da sociedade civil, de ampliação dos espaços de participação dos setores populares, de reorientação no plano político-administrativo; enfim, é o momento de ampliação do espaço democrático. Por outro lado, é o período em que há, nacionalmente, a expansão da rede de atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Essas diversas mobilizações da sociedade civil estavam em consonância com os anseios de grupos que discutiam o contexto do país. Tais movimentos, como movimentos de bairro e sindicatos nas grandes cidades, lutavam por acesso a creches e pré-escolas. Profissionais e especialistas da educação mobilizavam-se no sentido de propor novas diretrizes legais, e prefeituras procuravam corresponder à demanda crescente por creches e pré-escolas, criando e/ou ampliando o atendimento em todo país (CAMPO, FÜLLGRAF E WIGGERS, 2006).

Essas ações desencadearam importantes resultados para a educação pré-escolar brasileira, de modo que o MEC implanta em 1981 uma nova proposta para o atendimento, conhecida como Programa Nacional de Educação Pré-Escolar. Ele era destinado à criança com idades entre 4 e 6 anos e tinha o compromisso de oferecer educação oficial e formal para as mesmas, estabelecendo metas de atendimento, destinação de recursos financeiros do orçamento do ministério, propondo e elaborando programas estaduais e municipais para a educação pré-escolar.

Nesse documento, o MEC interpreta a educação pré-escolar como parte do sistema de ensino. Segundo ele: “A educação pré-escolar é agora considerada como a primeira fase da educação, pois estabelece a base de todo processo educativo” (BRASIL, 1981, p. 5). O motivo entendido pelo MEC, para essa necessidade educacional, é o fato primordial dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano e também pelas precárias condições de vida a que a maioria da população estavam sujeitas, nesse sentido a educação pré-escolar supriria essas necessidades: “A educação pré-escolar é relevante, tanto pelo seu impacto pedagógico quanto pela possibilidade de influenciar as condições de nutrição, de saúde e de higiene das crianças e das famílias” (BRASIL, 1981, p. 12). A partir daí, o Brasil expande o atendimento nos estados como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Expansão pré-escolar: Brasil (1980-1993)

Ano	Estimativa populacional (0-6)	Total de matrículas (A partir de 0)	0 a 3 anos	4 a 6 anos
1980	22.536.396	1.335.317	151.285	441.225
1981	21.994.879	1.543.822	176.158	512.017
1982	22.830.755	1.866.868	189.203	637.867
1983	23.266.679	2.084.109	227.708	684.506
1984	23.334.177	2.481.848	201.769	900.538
1985	23.618.510	2.524.000	272.398	804.477
1986	23.759.776	3.083.997	297.303	1.016.508
1987	23.805.397	3.296.010	322.143	1.098.425
1988	23.407.707	3.375.834	305.450	1.035.690
1989	23.133.083	3.396.074	331.599	1.148.304
1990	-	3.740.512	254.255	981.798
1991	23.391.541	3.628.285	340.326	1.185.456
1992	-	3.058.486	240.081	1.101.109
1993	-	4.086.112	355.784	1.284.813

Fontes: IBGE. Censo Demográfico 1980 e 1991 e MEC/SEEC. Censo Escolar. Real (2004). Elaboração própria / Dados não encontrados.

Na tabela anterior, podemos perceber a demanda para a pré-escola existente no período delimitado. Além das matrículas de crianças de 4 a 6 anos de idade nas redes municipais, estaduais e federais de ensino, ainda contém dados de crianças com mais de 6 anos de idade até 7. Observamos que nos anos 1980, o número de matrícula oscila entre mais e menos, mas o quantitativo pouco muda. Já nos anos 1990 esse número se torna expressivo, dando diferença de quase um milhão de inscritos na educação pré-escolar brasileira, em especial nos anos 1992 e 1993. Isso se deve ao fato do atendimento ter se tornado um direito após a Constituição Federal. Com isso, recursos foram destinados às redes de ensino em todo país, permitindo a expansão e a oferta de mais vagas.

As matrículas destinadas às crianças de 0 a 3 anos, não foram tão priorizadas quanto a das crianças de 4 a 6. Ao compararmos os dados das duas colunas, percebemos uma grande diferença entre uma e outra no quantitativo de inscrições. Em nenhum momento elas se aproximam ou se igualam. Isso mostra a prioridade em atender, primeiramente, crianças em idade próxima da inserção na escola regular, no sentido de preparação para essa etapa. Esses dados não variaram na relação regional de matrículas para o atendimento. Havia grande demanda e pouca oferta.

Tabela 2 – População e matrícula no pré-escolar por regiões – Brasil (1991)

Região	População de 0 a 6		Taxa de Atendimento (%)
	Total	Na pré-escola	
Norte	2.068.475	194.195	9,39
Nordeste	7.723.331	1.104.339	14,23
Sul	3.251.640	433.095	13,32
Sudeste	8.826.368	1.434.157	16,25
Centro-Oeste	1.521.727	163.746	10,76

Fonte: MEC, 1994.

Nas matrículas por região, o Sudeste se destaca com o maior número e porcentagem, não só pelo fato de ser a região mais populosa de todas, mas historicamente, sabemos que esse local sempre foi sinônimo de progresso e desenvolvimento, onde se localizam as duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo esta última capital do Brasil durante o período imperial e na República até a mudança para Brasília. Desse modo, a destinação de recursos para a educação era viabilizada devido a seu histórico em infraestrutura e economia.

Em contrapartida, a região Norte se encontra com o menor número de matrículas e percentual, mesmo tendo uma população de 0 a 6 de idade superior à dos estados do Centro-Oeste. O fato de grande parte dessas crianças serem ribeirinhas e de origem indígena, geralmente distante dos centros urbanos, torna o acesso a esse atendimento dificultado. Porém, ao contrário da região Sudeste, não foram destinados recursos para o desenvolvimento dessa região como nas demais.

Por ter sido desbravada tardiamente, o histórico de exploração da região com produtos originários da floresta e de sua fauna levou ao atraso nas políticas de povoamento e desenvolvimento urbano local. Conforme Pereira (2008) esse processo só foi acontecer de maneira efetiva no decorrer do século XX, quando foram implantadas medidas econômicas e de infraestrutura (estradas, pontes, portos, educação, etc.).

Na região Centro-Oeste, objeto de interesse aqui, o quantitativo de matrículas e seu respectivo percentual, fica em penúltimo lugar no nosso ranking. Por motivos parecidos com os descritos anteriormente, os investimentos em povoação foram tardiamente sendo implantados. A exploração, como o ouro e a erva-mate, fomentou o desenvolvimento da região, porém não por muito tempo, tendo em vista o declínio dessas atividades.

A partir do “Programa Marcha para o Oeste¹⁵” e da construção de Brasília, os olhares se voltam novamente para essa região com a finalidade povoar e desenvolver economicamente o local. Consequentemente, investimentos foram sendo implantados em programas de educação e saúde (TEIXEIRA E HESPANHOL, 2006). Tais fatos justificam alguns dados do atendimento educacional para a criança pequena no Brasil.

Cada estado e seus respectivos municípios foram se adequando a fim de atenderem a demanda por creches e pré-escolas em suas localidades, sendo bem difundidas nas regiões centrais e nas capitais do país. No entanto, no interior tal atendimento foi implantado de forma gradual, nem sempre atendendo a todos os aspectos pedagógicos preconizados pela documentação do MEC, como foi dito anteriormente. E assim foi sendo construída a história do atendimento e da educação das crianças pequenas no país.

¹⁵ “Marcha para Oeste” foi um programa desenvolvido no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas no final da década de 1930, com o objetivo de ocupar e desenvolver o interior do país. Dentro desse programa, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943.

2 EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM MATO GROSSO DO SUL E DOURADOS

Nesta seção, apresentaremos brevemente o cenário de como se desenvolveu a educação pré-escolar no estado de Mato Grosso do Sul, apontando as principais instituições que ofereciam esse atendimento, os programas implantados pelo governo do estado a partir do ano de 1980 e de que modo essas formas de atendimento estiveram presentes no município de Dourados (MS), a partir de uma documentação pesquisada e produzida nos programas de pós-graduação do Estado.

2.1 Educação infantil no Mato Grosso do Sul: um levantamento da produção

Com o objetivo de conhecer a produção acadêmica do estado de Mato Grosso do Sul (MS) acerca das pesquisas realizadas em instituições de Educação Infantil, elaboramos um levantamento dessa produção nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do estado. O termo utilizado nesse tópico para designar o atendimento educacional à criança pequena vai de encontro àqueles termos utilizados pelas autoras e autores em suas pesquisas, isso também garante uma uniformidade na escrita.

Nesse contexto, percebemos que as pesquisas acadêmicas desenvolvidas nos PPGE das universidades do estado de Mato Grosso do Sul, no âmbito das instituições de Educação Infantil, apontam para temáticas como as práticas pedagógicas, os direitos das crianças, as políticas públicas e a profissão docente.

No quadro, a seguir, situamos as pesquisas desenvolvidas nos PPGE do estado de Mato Grosso do Sul no período de 2006 a 2014. Gostaríamos de esclarecer que optamos por pesquisar apenas nos programas de pós-graduação em educação de Mato Grosso do Sul. Acreditamos que existem diversas e importantes pesquisas nos demais programas brasileiros, mas como recorte metodológico optamos focar somente os do estado.

As dissertações foram localizadas por meio dos títulos nos sites das instituições. Encontramos um total de dez trabalhos de mestrado e nenhum de doutorado, o que já nos diz muito sobre a pesquisa da área e a necessidade de continuar nessa temática. As Instituições pesquisadas foram as seguintes: PPGE Universidade Católica Dom Bosco

(UCDB)¹⁶, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)¹⁷ unidade Paranaíba (MS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)¹⁸ e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)¹⁹. Com base nos capítulos de análises, metodologias e considerações elaboramos um quadro sobre o mapeamento dos trabalhos encontrados.

Quadro 2 – Pesquisas em instituições de atendimento educacional à criança pequena dos PPGEd do MS (2006-2014)

Autor	Título	Nível	Ano de defesa	Orientador	Instituição
Carla Graciete Lima dos Santos	As relações pedagógicas e sociais no contexto da educação infantil: o papel/lugar da criança na perspectiva do professor	Mestrado	2014	Professora Dr ^a Marta Regina Brostolin	UCDB
Ana Cristina Cantero Dorsa Lima	A atuação do coordenador pedagógico no Centro de Educação Infantil	Mestrado	2014	Professora Dr ^a Marta Regina Brostolin	UCDB
Denise Tomiko Arakaki Takemoto	Educação Infantil e Tecnologia: um olhar para as concepções e práticas pedagógicas dos professores	Mestrado	2014	Professora Dr ^a Marta Regina Brostolin	UCDB
Alessandra Muzzi de Queiroz Chaves	Professores Iniciais da Educação Infantil: percursos e aprendizagens da docência	Mestrado	2013	Professora Dr ^a Maria Aparecida de Souza Perrelli	UCDB
Rosângela Sueli Bruno	Ensino da Leitura e da escrita na Educação Infantil em Paranaíba/MS (1989-2006): prática de alfabetização ou de	Mestrado	2013	Professora Dr ^a Estela Natalina Montovani Bertoletti	UEMS

¹⁶ Mestrado em Educação da UCDB criado em 1994, doutorado em 2010, suas dissertações estão disponíveis *online* desde 1996.

¹⁷ Mestrado em Educação da UEMS, unidade de Paranaíba (MS), teve sua primeira turma formada em 2011 e desde então suas dissertações estão disponíveis *online*.

¹⁸ Mestrado em Educação da UFGD, começou suas atividades no ano de 2008, fez o doutorado no ano de 2014. Suas dissertações estão disponíveis *online* desde 2010, turma 2008.

¹⁹ Mestrado em Educação da UFMS em Campo Grande (MS) e um pólo no campus de Corumbá (MS). O primeiro teve suas dissertações disponíveis *online* desde 1999, mas foi implantado em 1988. O segundo teve suas dissertações disponíveis *online* desde o ano de 2011 e sua implantação em 2009.

	letramento?				
Eliana Maria Ferreira	“Você parece criança!” Os espaços de participação das crianças nas práticas educativas	Mestrado	2012	Professora Dr ^a Magda Sarat	UFGD
Arlei Guedes de Souza Arruda	Educação Infantil: dos direitos legais à prática cotidiana em um CEI da rede pública municipal de Corumbá-MS	Mestrado	2011	Professora Dr ^a Anamaria Santana da Silva	UFMS
Michelle Alves Müller Proença	Ludicidade na educação Infantil: relações da prática docente no processo de aprendizagem da criança no município de Coxim-MS	Mestrado	2011	Professora Dr ^a Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra	UFMS
Georgea Suppo Prado Veiga	Formação em Serviço: a construção de profissionalidade de agentes educacionais de um centro de educação infantil do município de Paranaíba-MS	Mestrado	2008	Professora Dr ^a Leny R. M. Teixeira	UCDB
Leusa Melo Secchi	Um tempo vivido, uma prática exercida, uma história construída: o sentido do cuidar e do educar.	Mestrado	2006	Professora Dr ^a Ordália Alves de Almeida	UFMS

Fonte: Elaboração própria.

No quadro anterior podemos observar que a produção acadêmica que envolve instituições de educação infantil foi desenvolvida em período inferior a dez anos, com intervalos de 2 a 3 anos a partir da primeira pesquisa (SECCHI, 2006; VEIGA, 2008 respectivamente). Após 2011 as pesquisas sobre o tema se tornaram mais regulares (PROENÇA, 2011; ARRUDA, 2011; FERREIRA, 2012; CHAVES, 2013; BRUNO, 2013; TAKEMOTO, 2014; LIMA, 2014; SANTOS, 2014). Destacamos ainda que o ano de 2014 apresenta maior incidência de produções, ou seja, as pesquisas acadêmicas desenvolvidas em instituições de educação infantil tornam-se mais recorrentes.

Entre as temáticas mais presentes cito, com maior número de pesquisas: Prática Pedagógica (LIMA, 2014; TAKEMOTO, 2014; BRUNO, 2013; FERREIRA, 2012;

PROENÇA, 2011; SECCHI, 2006), Direito das Crianças (SANTOS, 2014; ARRUDA, 2011); Políticas Públicas (VEIGA, 2008) e Profissão Docente (CHAVES, 2013).

Dentre as pesquisas do levantamento apresentado, gostaríamos de destacar um trabalho produzido no programa da UFGD, em Dourados-MS, que juntamente com esta dissertação pretende compor o quadro da investigação na região e contribuir com a história das instituições da Educação Infantil locais.

Destacaremos este trabalho, pois pretendeu ouvir as crianças e denunciar a invisibilidade das mesmas não só na sua própria educação como nas pesquisas da região, embora tenhamos trabalhos sobre a infância e a educação básica que também pesquisam sujeitos infantis, mas a especificidade da educação infantil do 0 a 6 ainda é restrita.

Portanto, enfatizamos a investigação de Ferreira (2012) que pretendeu dar visibilidade às crianças pequenas e sua educação a partir do conhecimento dos espaços de participação das crianças no contexto das práticas educativas em um centro de educação infantil local, a partir da voz das crianças. A pesquisa mostrou que as crianças utilizam diversas estratégias que vão desde a construção de espaços em que elas tentam driblar as situações que limitam seus modos de ser e fazer, criando espaços de participação de forma autônoma em ações de resistência ao tomar parte nas decisões.

A pesquisa foi realizada em um centro municipal de educação infantil, na cidade de Dourados, que atendia 115 crianças distribuídas em sala de berçário, maternal I e II, jardim e pré-escola. Os sujeitos da pesquisa eram crianças, com idades de 3 a 4 anos, juntamente com a professora e as assistentes pedagógicas. A observação foi realizada por seis meses, com frequência semanal de 3 a 4 dias numa vertente de pesquisa com inspiração etnográfica. A coleta de dados foi feita através de filmagens, fotografias e diário de campo, além de documentos legais, atas de fundação, resoluções entre outros.

Ferreira (2012) constatou que as crianças no contexto das práticas educativas não são participantes e nem coadjuvantes, mas sim meros figurantes sob a autoridade da professora e das assistentes. No entanto, afirma que as crianças criavam estratégias de participação. Sobre tais práticas, Ferreira (2012, p. 110) diz:

[...] as crianças são alvos de práticas educativas descomprometidas por não perceberem que elas estão num processo de transformações. Atos, falas e atitudes são prescritivas de muitas significações, pois estão carregados de valores e refletem nas formas de agir e de pensar das crianças.

Assim, a pergunta inicial da pesquisa, sobre como é a participação das crianças nas práticas educativas no Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM), foi observada e respondida com as seguintes considerações: “a criança ao manusear e explorar os materiais de diversas formas e possibilidades coloca em prática sua imaginação, criatividade e autonomia o que permite a criação de novos brinquedos pelas suas mãos” permitindo que estas tomem a parte de seu processo educativo, caso seja permitido pela comunidade e os adultos que a atendem.

Este breve levantamento aponta que as pesquisas são recentes, no âmbito da temática das instituições de educação infantil nos PPGEd do Mato Grosso do Sul, mesmo sendo importante considerar a juventude da maioria deles. São menos de dez anos, considerando que o PPGEd mais antigo no MS é de 1988 (UFMS), embora as dissertações estejam disponíveis no site a partir de 1999, ou seja, podemos contar que são menos de vinte anos de difusão do conhecimento científico nessa perspectiva.

Outro aspecto a ser destacado é a escassez de pesquisas envolvendo as instituições de atendimento educacional à criança pequena no âmbito da história da educação. Isso reforça ainda mais a importância de se pesquisar essas instituições que fazem parte da história da educação do estado de Mato Grosso do Sul, embora considerando nesta análise a juventude de um estado no qual muitas histórias ainda estão por construir.

Finalmente, apontamos que o atendimento à criança, contemplando os seus direitos na legislação é um cenário recente, se consideramos a LDB/1996 que colocou a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. Portanto, no estado de Mato Grosso do Sul temos um vasto espaço para a investigação da temática da qual ora apresentamos um fragmento de sua história.

2.2 Educação pré-escolar em Mato Grosso do Sul (1980-1995)

Sendo o atendimento pré-escolar parte de um conjunto de ações e políticas sociais, ele reflete interesses da sociedade em que está imerso. Portanto, a implementação deste é determinado pelas relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil.

Na década de 1980, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SEE-MS), atendendo ao que ocorria no país, iniciou a expansão de vagas para a

educação pré-escolar, “[...] a educação infantil, que era ainda um privilégio das crianças de classe média, passa a ser oferecida pelo poder público, o que aumenta as possibilidades de atendimento às crianças das classes populares” (SILVA, 1999, p.42). Nesse sentido, dois programas do governo federal foram implantados no estado visando a ampliação do número de crianças atendidas: o Programa de Atendimento ao Pré-Escolar (PROAPE) e Programa de Educação Pré-Escolar (PROEPRE).

O primeiro Programa a ser implantado foi o PROAPE no início de 1980 e era destinado às crianças 4 a 6 anos de idade. Segundo Silva (1999, p. 43):

[...] era um programa nacional desenvolvido por meio de um convênio entre o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o Ministério da Saúde) e as secretarias estaduais de educação e que se expandiu em 1980 e 81 para vários estados, atingindo cerca de 80 mil crianças de 4 a 6 anos de idade.

Esse programa era de aspecto recreativo e nutricional e funcionou como medida de fácil expansão e de baixo custo, já que utilizava de espaços ociosos da comunidade para seu desenvolvimento. Tais espaços podiam ser galpões, igrejas, associações ou outros locais que pudessem reunir cerca de 60 a 100 crianças sob monitoria de algumas mães (FREITAS, 2011). Dessa forma o governo evitaria despesas com a construção e/ou ampliação de prédios escolares ou até mesmo com a formação de profissionais para atuarem na educação pré-escolar. Para Silva (1999, p.43) “o importante era criarem-se grandes projetos, ampliar o atendimento e, assim, aumentar os números nas estatísticas referentes à educação pré-escolar”. Nesse sentido Rosenberg (1992) acredita que a educação pré-escolar não foi reconhecida como um nível educacional e sim como um pacote de medidas de baixo custo para atender uma demanda. Tais medidas foram implantadas no MS e a autora Silva (1997) elenca algumas de suas características:

- Propostas recreativas e principalmente nutricionais;
- Um programa de atendimento em massa, sem preocupação com sua execução ou condições em que se dava o atendimento;
- Ausência de um direcionamento pedagógico, mesmo sendo elemento inserido no programa.

O aspecto recreativo, embora figurasse no programa não era entendido como parte importante para o desenvolvimento infantil, e acabava sem nenhuma

sistematização o que gerava discussões acerca da importância deste para a educação de crianças pré-escolares.

A tendência do debate sobre a educação pré-escolar era a de criticar o aspecto recreacional das experiências alternativas, denunciando o fato de que esses projetos colocavam a pré-escola *com função em si mesma*, desvinculada do ensino de primeiro grau. A crítica apontava para a necessidade de imprimir um caráter mais sistematizado (leia-se escolarizado) às atividades das crianças de 0 a 6 anos de idade (SILVA, 1999, p. 44).

Por essas e outras críticas, como sendo um programa que fazia parte de um sistema informal de educação pré-escolar, foram realizados diversos debates e ele foi substituído por um programa de base pedagógica sistematizada, entrando em vigor o Proepre.

Após a insatisfação por parte dos profissionais que atuaram no Proape, foi instituído em 1984 um novo programa que visava o trabalho pedagógico junto à educação pré-escolar, o Proepre. Ele foi elaborado a partir da teoria piagetiana sob orientação da professora Orly Zucatto Mantovani de Assis (da Unicamp). A pedido do MEC, este programa elaborado pela pesquisadora foi comprado como um pacote de formação e capacitação aos profissionais da educação pré-escolar de todo o país (FREITAS, 2011).

O seu alcance não foi massivo como o programa anterior. No estado, ele foi lançado primeiro na capital, Campo Grande, para capacitar técnicos e professores. Então estes passariam os conhecimentos e acompanhariam os resultados junto aos demais professores da rede estadual de ensino do restante do Estado todo.

Por ter inspiração piagetiana, logo complexa, demandava estudos mais aprofundados, que faltavam às professoras e sua formação inicial. O programa de treinamento acabou sem sucesso, pois os professores e os técnicos não conseguiam assimilar e passar essa teoria aos demais, dificultando a compreensão dos mesmos, sem contar que em suas cargas horárias não havia tempo para a capacitação (SILVA, 1999).

Outro fator contribuiu para o insucesso do programa é que não existia concurso para lecionar na educação pré-escolar, ou seja, todos os anos havia alta rotatividade entre os profissionais, o que não permitia a continuidade no processo de formação do PROEPRE. Mesmo com tais aspectos negativos podemos afirmar que os dois programas obtiveram avanços significativos. Para Silva (1999, p. 46) são eles:

[...] a incorporação do “pré não formal” ao sistema oficial de ensino; o aumento do número de crianças atendidas e o conseqüente acesso de um maior número de crianças das classes populares; uma maior exigência de formação específica para a profissional que trabalha com a pré-escola; um relativo aumento da responsabilidade do Estado em oferecer cursos de formação para essa profissional; o aumento da preocupação em relação à legislação e à fiscalização das condições de funcionamento das pré-escolas.

Neste contexto mais educacional, a SEE-MS desenvolveu programas para atender essa parte da população, mas como a educação pré-escolar oficialmente não fazia parte somente do ministério da educação, outras ações foram demandadas por outros ministérios no Estado. Tivemos ações de ordem assistencial como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) ligados ao Ministério do Interior e as ações de ordem privada e filantrópica como a Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP), também atuante no estado.

Tais ações também eram mantidas por meio das políticas de convênio, que nesse momento se apresentavam como vantajosas para o estado e as instituições de atendimento, especialmente as não governamentais, pois ambas lucravam ao desenvolverem os projetos. Entre estes temos: Creches domiciliares, Creches casulo e Creches comunitárias.

As creches domiciliares atendiam em domicílio enquanto os responsáveis pelas crianças estavam no trabalho. Esses locais se tornaram lugares de guarda para a infância até os 6 anos de idade. Tal estratégia foi difundida por várias secretarias de promoção social, por ser de baixo investimento e, ao mesmo tempo, suprir as necessidades imediatas dos pais e mães trabalhadoras. Segundo Silva (1999), o projeto estabelecia que uma moradora do bairro assumisse o trabalho, conhecida como “mãe crecheira”. Ela ficava com algumas crianças até os pais retornarem de seus trabalhos. O pagamento era pautado no número de crianças atendidas por essas mães. Além de Campo Grande, Aquidauana e Três Lagoas fizeram parte desse projeto. Tal projeto se apresentava como um paliativo, pois não atendia toda a demanda e as crianças eram atendidas por uma pessoa sem nenhuma qualificação ou formação profissional para a tarefa.

O projeto Creche Casulo ou Projeto Casulo, como ficou conhecido nacionalmente, foi implantado no Estado a partir de 1981, com as características já

citadas anteriormente e foi o único projeto de creches em nível nacional. As crianças passavam cerca de 4 a 8 horas por dia na instituição (FREITAS, 2011). Também feito de forma a atender necessidades básicas, em qualquer espaço físico da comunidade, sem condições de qualidade no atendimento e sendo um projeto, poderia encerrar a qualquer momento sem compromisso com a continuidade e com a sistematização da educação dos pequenos.

As creches comunitárias foram criadas também na década de 1980 em Campo Grande, com convênio estabelecido com o Fundo de Assistência de Mato Grosso do Sul (FASUL), colocando em funcionamento 15 creches na capital. A respeito das creches comunitárias Cruz (2001) afirma que elas foram precariamente instaladas, não oferecendo materiais e brinquedos, nos moldes do improvisado. Segundo Silva (1999, p. 49):

Esse tipo de convênio dificultou ainda mais a expansão dos serviços de creches dedicadas às crianças de 0 a 3 anos de idade, sempre muito restrito em Mato Grosso do Sul, mesmo porque é um tipo de atendimento que requer instalações apropriadas, mais recursos humanos, mais materiais [...].

A concepção de atendimento, em creche com uma perspectiva assistencialista, foi se reforçando a cada projeto instalado pelo governo estadual e federal. Os programas Proape e Proepre reforçavam a proposta escolarizante da educação pré-escolar, separando historicamente em dois tipos de atendimento para crianças menores e maiores, o que futuramente se configurou na educação infantil²⁰. Nesse sentido, as políticas estaduais representadas pelos governos da época optaram por um atendimento precário que ora tinha perspectiva escolarizante, ora assistencialista não levando em consideração a necessidade de uma educação ampla e com foco na criança. As propostas tinham como enfoque meios de poupar gastos materiais, como recursos humanos e infraestrutura.

2.3 Educação pré-escolar em Dourados: as origens institucionais

²⁰ Atualmente o termo educação infantil, conforme já citado, é a primeira etapa da educação básica e é composto por atendimento em creche para idades de 0 a 3 anos e pré-escola para 4 a 5 anos.

Nessa perspectiva, chegamos ao município de Dourados, que não se apresenta diferente dessa concepção nacional e estadual da falta e carência de investimentos na educação dos pequenos. Mas alguns dados históricos nos remetem a analisar a localidade e a região. Dourados foi fundada em 1935, localiza-se na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, Centro-Oeste do Brasil e está há 210 quilômetros de distância da capital, Campo Grande, sendo esse “[...] o segundo maior município do Estado, [...] sua zona de influência nas áreas comercial, financeira, médico-hospitalar, social e educacional, atinge dezessete outros municípios na região sul e sudoeste do estado [...]” (REAL, 2004, p.113).

Tendo origem em 1943 como resultado de áreas desmembradas do município de Ponta Porã e com a criação da Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND), o município se expandiu atraindo para a região imigrantes brasileiros e estrangeiros, inclusive japoneses, que se dedicaram ao cultivo de café (IBGE, 2016).

Figura 2 – O Estado de MS, em destaque o município de Dourados



Fonte: IBGE.

No Mato Grosso do Sul, antigo Mato Grosso (unificado) em especial no sul do estado na região CAND, as instituições escolares surgiram, primeiramente, de iniciativas privadas no âmbito das políticas de implantação de escolas para os filhos dos colonos que habitavam a CAND. Esses colonos vieram de vários estados do país,

incentivados pelo programa Marcha para o Oeste, com o objetivo de povoar e desenvolver o Centro-Oeste do Brasil (BRAZIL E SILVA, 2013).

Tabela 3 – População de Mato Grosso do Sul, 1980-1991

PERÍODO	TOTAL	DOURADOS
1970	-	79.186
1980	1.369.769	106.500
1991	1.780.373	135.984

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010 (1991). Elaboração própria.

A população em Dourados aumentou a cada ano e, com isso, a necessidade de se investir em educação e em outras áreas sociais também. A princípio, a preocupação era com o ensino primário e posteriormente com o ensino secundário e normal, instituições de atendimento à infância não existiam.

Em 06 de abril de 1939 foi fundada a primeira escola de Dourados, a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, de confissão evangélica, mantida pela Igreja Presbiteriana do Brasil em missões estrangeiras norte-americanas que vieram para a região. Na cidade de Dourados havia apenas salas de aulas, onde alguns professores lecionavam, mas não eram consideradas como escolas. Essa escola confessional (em funcionamento até os dias de hoje) até o ano de 1961 funcionou anexa à Igreja Presbiteriana de Dourados (O PROGRESSO, 2014) e depois foi construído prédio próprio.

Figura 3 – Escola Presbiteriana Erasmo Braga, 1960



Fonte: Jornal O Progresso, 2014.

Essa foi a primeira instituição a oferecer a educação pré-escolar em Dourados (MS), ainda na década de 1960. A partir de 1970 atendia crianças no Maternal, Jardim I, Jardim II e Pré-Escola. No entanto, destacamos que essa escola inaugurada em 1939 atendeu primeiramente o 1º grau, ou o primário, hoje Ensino Fundamental.

Quadro 3 – Crianças do pré-escolar da Escola Presbiteriana Erasmo Braga (1969 – 1973)

Ano	Turma	Nº de meninas matriculadas	Nº meninos matriculados	Nº total de matriculados(as)
1969	Jardim	7	7	14
	Pré-primário	18	13	31
1970	Jardim	14	14	28
	Pré-escola	17	13	30
1971	Jardim	14	10	24
	Pré-escola	19	20	39
1972	Jardim	4	9	13
	Pré-escola	24	9	33
1973	Jardim	21	21	42
	Pré-escola	12	18	30
Total de matrículas no período				272

Fonte: Santos (2015)²¹.

Por meio do quadro percebemos que a instituição ofertava jardim e pré-primário, ou seja, recebia crianças de 3 a 6 anos de idade. Com um número de matrículas, relativamente baixo no ano de 1969, um total de 14 crianças matriculadas no jardim e 31 no pré-primário, um total de 45 crianças no pré-escolar, podemos concluir que havia uma sala de atividades para o jardim e até duas para o pré-primário. As matrículas oscilam durante os anos: em 1973, por exemplo, o número de matrículas no jardim passa de 14 para 42 e no pré-primário pouco se difere, passa de 31 para 30. Sendo assim, o atendimento às crianças pequenas por essa instituição não teve uma evolução no aumento do número de vagas, em média de 55 vagas oferecida a cada ano.

Cabe destacar ainda outra instituição, a Escola Franciscana Imaculada Conceição, criada no ano de 1956²² (em funcionamento até os dias atuais), também de caráter confessional, mas católica. Seus registros da educação das crianças pequenas datam da década de 1980, tendo como proposta pedagógica o Método Montessoriano, criado pela médica italiana Maria Montessori (SARAT e SILVA, 2015).

Em pesquisas anteriores orientadas pela professora Magda Sarat, a educação pré-escolar dessa instituição foi marcada por um período profícuo e com método definido. Entre os trabalhos monográficos do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Grande Dourados temos: “História e Memória da Educação Infantil na Escola Imaculada Conceição: o olhar da professora”, de Micheli Adriana Pott; “Uma História da Educação Infantil do Município de Dourados: Escola Franciscana Imaculada Conceição”, de Cristiane Quieregati Ribeiro; “História do Método Montessori e a Educação Infantil”, de Janice Rodrigues Menezes (SARAT e SILVA, 2015).

²¹No quadro o total de matriculados é 272, porém ao recontarmos cada item, esse número passa para 284.

²² Esta data consta no site oficial da Escola Franciscana Imaculada Conceição. Porém temos acesso a uma ata de nº1 referente a abertura da instituição e consta que esta surgiu em 1955.

Figura 4 – Irmãs franciscanas da Escola Franciscana Imaculada Conceição (1956)



Fonte: Escola Franciscana Imaculada Conceição, 2013.

Apresentamos duas experiências iniciais apontando que os primórdios da educação infantil no município de Dourados foram instituições de caráter privado, confessional, direcionadas ao atendimento de determinado tipo de criança pertencente aos contextos mais abastados do município, sendo até o presente assim. Tais experiências eram muito restritas na perspectiva pública e estatal.

No entanto, essa foi uma das características da região que aponta uma forte presença religiosa na abertura de instituições educativas do município. Segundo Sarat e Furtado (2016, p. 38) “religiosos de diferentes denominações e ramos dentro do protestantismo estiveram presentes na região de Dourados tanto com trabalhos missionários como nos trabalhos educacionais, sobretudo com a abertura de escolas”. Desse modo, a ação pública ocorreu de forma morosa, não se instituindo como prioridade.

No entanto, destacamos que no âmbito público o cenário muda depois dos anos 1980. Antes disso vamos ter algumas experiências pesquisadas por Real e Santos no contexto público, mas que não eram diretamente de educação pré-escolar, mas voltadas para a assistência à infância.

Outra instituição de atendimento à pequena infância em Dourados foi o Lar Santa Rita, criado em 12 de novembro de 1965. Este era mantido pela União Espírita de Dourados (UESD), atendia cerca de 50 crianças (REAL, 2004). Suas atividades eram de caráter assistencial filantrópico, tinham como finalidade assistir as crianças menores de Dourados, zelando por sua saúde e bem-estar. Além dos donativos recebidos da

comunidade, o Lar Santa Rita tinha apoio financeiro também dos órgãos públicos (SANTOS, 2015).

Inserido no campo da expansão do atendimento pré-escolar que estava acontecendo nacionalmente, o projeto Casa Escola Infantil do Bom Senso foi desenvolvido em Dourados em 1974, como aponta a pesquisa de Santos (2015). Esse programa foi instituído pelo Decreto 2.328/74, assinado pelo então governador do estado de Mato Grosso (ainda unificado) José Manoel Fontanillas Fragelli. Além de Dourados, outras cinco cidades mato-grossenses receberam o projeto (Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá e Aquidauana). As atividades propostas pela instituição estavam pautadas na metodologia montessoriana.

2.4 O cenário educacional de Dourados - 1980

Na década de 1980, a educação infantil, com a concepção legal que conhecemos não existia, porque o atendimento educacional à criança pequena, segundo a Lei 5692/1971, era apenas uma recomendação. A legislação destinava apenas um parágrafo para a educação das crianças menores de 7 anos apontando: “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças inferiores a 7 anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes” (BRASIL, 1971, p. 1). Só era ofertado o atendimento caso houvesse possibilidade e a legislação não explicitava e nem incentivava a implantação de pré-escolas no Brasil. Os sistemas “velavam”, mas não eram obrigados legalmente a oferecer qualquer tipo de atendimento educativo. O foco nesse momento estava na educação profissionalizante, enfocando o processo de industrialização em vigor no país e o regime político de ditadura militar.

Para Campos, Rosemberg e Ferreira (1995, p. 75) a Lei 5.692/1971 “[...] é praticamente omissa sobre o atendimento pré-escolar, não existem normas nacionais que regulamentem e autorizem o funcionamento de estabelecimentos pré-escolares [...]”. Essa regulamentação era feita através de pareceres e deliberações.

No contexto municipal, a bibliografia nos conta que no início da década de 1980, na cidade de Dourados, a demanda de crianças na faixa etária de 0 a 6 era de 16.641 crianças e com atendimento educacional de 4,55% da clientela (REAL, 2004). Desse número de crianças atendidas na década de 1980 a maior parte do atendimento a crianças dessa faixa etária era feito em instituições educacionais particulares.

Tal fato justifica o baixo número de crianças em escolas públicas. Em 1981 a rede municipal de ensino tinha 22 alunos matriculados²³; na rede estadual esse número era de 213; e na rede particular 463 crianças matriculadas nessas instituições (REAL, 2004). Década de reivindicações dos movimentos sociais locais levaram à criação da Lei Orgânica Municipal de Dourados em 1989, que exigia a abertura de instituições públicas de atendimento à criança pequena no município. Conforme Andrade (2010, p. 145) a:

[...] a eclosão dos movimentos sociais no país é de intensa mobilização política em prol da abertura democrática. A década de 1980 foi cenário de grande mobilização em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes, com ampla participação da sociedade civil, resultando em um novo ordenamento legal e em uma nova doutrina da infância, na qual a criança deixa de ser vista como objeto de tutela e passa a ser considerada sujeito de direitos, dentre eles a educação infantil.

As reivindicações de instalação de creches em Dourados (MS) partiam do Clube de Mães, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTED) e também por parte dos vereadores locais, pois a demanda pela construção de creches era grande e refletia a necessidade e os anseios da população trabalhadora. Real (2004, p. 162) afirma:

[...] a população requereu a construção de creches, tendo em vista o fluxo de indicações sobre o assunto endereçadas pelos vereadores ao poder executivo. Esse encaminhamento coincide com o período em que se concentrou a construção de creches em Dourados, realizada na gestão 1989-1992.

O número de matrículas foi crescendo, mas ainda até meados de 1988 a rede particular atendia mais crianças que a rede pública de ensino. No ano de 1989 os números mudam, colocando a rede pública com 1.584 matrículas (municipal e estadual) e a rede particular com 1.267 matrículas para crianças da faixa etária de 0 a 6 anos, deslocando o cenário de atendimento e priorizando a inserção de crianças de classes trabalhadoras e mais pobres na educação pré-escolar em creches e escolas públicas.

Tal fato pode ser explicado também pelas pressões e as mudanças na legislação que pressionaram o poder público nessa direção. O atendimento educacional às crianças

²³ Não é possível prever o número de crianças matriculadas na rede municipal de ensino, embora Real (2000) cite 22 crianças matriculadas naquele ano.

de 0 a 6 anos passa a ser responsabilidade dos municípios a partir da Constituição Federal de 1988 e vai fomentando mudanças que serão incorporadas nas legislações posteriores.

Efetivamente, a Constituição Federal representou um avanço para o atendimento infantil de 0 a 6 anos [...]. Somente a partir de 1989, período que passou a vigorar a Constituição Federal, o sistema público superou o atendimento realizado na esfera particular. Em 1988 o sistema público obteve 1.191 matrículas, enquanto que a rede privada atendia 1.413 crianças, ou seja, a rede particular tinha um atendimento 15,72% superior ao da rede pública. A partir de 1989, a rede pública passou a atender 20,02% a mais do que a rede particular (REAL, 2004, p. 132).

No município de Dourados, a promulgação da Constituição Federal de 1988 surtiu efeitos quase que imediatos, considerando os números e o período de construção de unidades de atendimento para as crianças pré-escolares. Tal avanço na construção das instituições indica aumento do atendimento público e aponta o quão era alta a demanda e a necessidade da população por essa educação, garantindo oferta pública e gratuita.

No entanto, nem todas as crianças tiveram acesso a essas vagas, pois a demanda era maior do que a oferta. Como afirma Real (2004), a população da faixa etária de 0 a 6 anos em Dourados era de 22.770 em 1996, porém somente 20,27% era atendida em instituições pré-escolares, ou seja, 80% da demanda ficava fora dessa estatística.

Desse modo, o cenário educacional para a educação pré-escolar em Dourados foi sendo constituído nos aparatos legais por meio da reivindicação da população diante da realidade do momento. Antes mesmo da educação para a criança pequena ser formalizada nos textos da lei, os moradores já solicitavam a criação desse tipo de atendimento por meios legais. É dentro desse contexto que surge a Escola Serviço de Educação Integral, em meio às necessidades da época, tornando-se não somente uma necessidade de atender uma demanda populacional dessa faixa etária, mas também se convertendo em um negócio rentável e lucrativo, considerando que a população do município tem uma trajetória histórica desde seus primórdios de oferecer serviços em educação pré-escolar.

3 A ESCOLA SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL (SEI): IMAGENS DA HISTÓRIA E DAS MEMÓRIAS

Neste capítulo, abordaremos a história da Escola Serviço de Educação Integral em diferentes aspectos, destacando origens, documentos e arquivos que apresentam a organização do trabalho pedagógico, os ritos escolares e práticas cotidianas desenvolvidas no pré-escolar no período da pesquisa, qual seja, de 1980 a 1995.

Podemos dizer que na década de 1980 houve um contexto efervescente dos movimentos sociais em prol de diferentes pautas da abertura política e no bojo das mudanças em busca de um atendimento educacional público e gratuito para crianças menores de 7 anos. Tais ações e manifestações repercutiram nos diferentes espaços da educação brasileira, permitindo a abertura de instituições e outras formas de atendimento.

Nesse contexto, a educação privada também passa a compor o cenário educativo, em muitas ações trazendo atendimento para uma parte da população brasileira no âmbito de práticas pedagógicas diferenciadas que ampliavam as perspectivas de um trabalho educativo especializado, destinado a grupos específicos com maior poder aquisitivo e possibilidade de pagar por uma educação privada de qualidade. Tal situação favoreceu a abertura da Escola Serviço de Educação Integral (SEI), com a perspectiva de atender somente crianças de educação pré-escolar utilizando práticas pedagógicas diferenciadas.

Historicamente, a escola SEI foi fundada em 1980 pela professora Ezir Bomfim Estremera Gutierre e seu esposo Jesus Estremera Gutierre com intuito de oferecer educação integral, apresentando um currículo diferenciado que continha um conteúdo de formação da criança centrado em perspectivas como: arte, natureza, música e ludicidade. Segundo seu estatuto e outros documentos elaborados pela instituição, a filosofia educacional dessa escola consiste em “uma educação integral com condições para o desenvolvimento moral, intelectual do aluno, tornando-o consciente de seus direitos e deveres, como cidadão brasileiro, para a construção de uma sociedade cristã mais justa e humanitária” (GUTIERRE e KOLLER, 2005, p. 3).

O ano de 1980 foi dedicado à burocracia e aos atos legais da criação da instituição e, de acordo com Silva (2007), a escola começou suas atividades educativas com crianças em fevereiro de 1981, com salas de Maternal, Jardim, Pré I e Pré II e posteriormente foi aumentando gradualmente as séries de ensino, até concluir por

completo o primeiro grau. Destacamos aqui a preocupação em oferecer inicialmente a educação pré-escolar e posteriormente atender também as crianças em nível primário, o que ocorreu a partir do ano de 1982. Atualmente, a escola atende a educação infantil, as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

A escola completa este ano 37 anos de existência e faz parte da história da educação das crianças pequenas do município de Dourados (MS), formando gerações de munícipes que hoje tem seus filhos e filhas estudando na referida escola. Em termos legais, sabemos que a Educação Infantil começa a ter visibilidade somente a partir da Constituição de 1988, mas a referida instituição já tem uma organização à época que discute, planeja, implanta e desenvolve a educação pré-escolar dando ênfase a esse período antes mesmo de ser assumida legalmente pelo Estado brasileiro.

Sendo assim, iniciaram-se as atividades para as crianças pequenas advindas das classes médias da cidade. O público alvo de pais de alunos era formado por pessoas com condições financeiras que permitiam pagar a escola, entre os quais trabalhadores de diversos setores. Nos registros de matrícula da escola, encontramos as profissões de: motorista, vendedor, pedreiro, lavrador, boiadeiro, saqueiro, cobrador e artesão, entre outras. Algumas atividades da Escola SEI se caracterizaram por fazer parte de práticas pedagógicas diferenciadas e inovadoras, como exemplo: piscina na escola, a pintura na “parede mágica”²⁴, a “noitada”²⁵, as viagens e os passeios pedagógicos destinados às crianças do primeiro grau. Tais práticas serão apresentadas posteriormente como parte do rol de atividade para o pré-escolar.

No período citado, a década de 1980, a escola desenvolvia atividades lúdicas e concretas na educação das crianças de 2 a 6 anos de idade, com práticas pedagógicas centradas na criança, no desenvolvimento da sua criatividade, apresentando muitos conteúdos, de arte, conhecimentos da natureza, linguagens diferenciadas, ludicidade e brincadeiras. Essas propostas passaram a ser o diferencial da escola frente às outras instituições de atendimento educacional à criança pequena no município. A instituição nasceu em meio às preocupações com a educação para a criança pequena. O acervo da escola nos permitiu relacionar escola – criança – experiência de aprendizagem.

O SEI, como é chamado, foi criado pela professora e psicóloga, Dona Ezir e sua família. Ela veio de São Paulo para o Mato Grosso do Sul sem pretensões iniciais de tal

²⁴ Atividade que envolve crianças do pré-escolar, onde desenvolviam pintura em uma parede de azulejos.

²⁵ Atividade para as crianças do primeiro grau caracterizada por uma variedade de tarefas na noite que passavam na escola. Nessas ocasiões, as crianças dormiam e saíam no outro dia após o café da manhã.

empreitada, no entanto os rumos profissionais que a família tomou levaram-na, por conta da sua formação educacional, a cogitar a abertura de uma escola para crianças pequenas. Segundo a documentação, essa hipótese já estaria sendo gestada desde a sua infância. Lemos em um boletim comemorativo da escola que por volta da década de 1940, ainda quando criança, ela já expressava o apreço pela educação, não somente como sendo parte de suas brincadeiras infantis - com suas bonecas e amigas brincavam de “escolinha” – mas nas experiências familiares exprimia o desejo de um dia possuir uma escola.

Tais concepções fomentaram a proposta da abertura da escola, juntamente com o apoio de seu pai, esposo e filhos. Um projeto coletivo e familiar. Sem prédio próprio, a primeira alternativa foi alugar um espaço que pudesse ser adaptado para uma escola. O primeiro endereço da escola foi na Rua Ciro Melo, nº 2.236, conforme do Regimento Interno da Escola (1980), e que ficou conhecida como “Escola das Mãozinhas”²⁶, pois a fachada da escola foi decorada com o carimbo das mãos de cada criança matriculada.

Faremos um parêntese para indicar que foi recorrente, na história da educação da criança pequena, a utilização de um prédio adaptado para as instituições de atendimento no Brasil. Tal contexto vem da concepção de que a educação destinada a crianças pequenas não era um direito e sim “uma doação”, além de custar muito caro. As entidades filantrópicas, religiosas e comunitárias e até mesmo o poder público sempre destinaram recursos escassos para essa área, permitindo um atendimento insuficiente, mas desde que houvesse acesso a itens básicos como alimentação, materiais didáticos e higiênicos, a infraestrutura do local era feita somente com adaptações superficiais (BRASIL, 2006).

Esse aspecto histórico é importante, pois faz parte da história do atendimento a crianças pequenas no Brasil e a primeira experiência de infraestrutura física da escola seguiu essa concepção de adaptar um local para iniciar as atividades.

²⁶ Esse relato encontra-se em uma das fontes disponibilizadas pela escola, o “Informativo de Aniversário dos 25 anos da escola SEI” (2005).

Figura5 –Fachada do primeiro prédio da escola SEI (1981)



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Depois de oito anos nesse local, a escola mudou-se novamente para outro prédio adaptado e, em 1988 passou a funcionar, na Rua Monte Alegre, 2.180. Desse local não encontramos registros fotográficos na documentação. Enquanto ainda funcionava nesse prédio, a partir de 1989, a escola inicia a construção de um espaço próprio destinado somente as atividades educativas e ao atendimento as crianças.

Em 1993, o prédio próprio é finalizado e foi realizado um evento de inauguração. A partir dessa data, a escola passou a ter um endereço definitivo situado à Rua Balbina de Matos, nº 1895, Jardim Universitário, Dourados. Destacamos que a pesquisa foi inteiramente realizada nas dependências da instituição que guarda sua história e seus acervos e documentos no referido prédio.

Figura 6 – Fachada do prédio próprio da Escola SEI, 1993



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Embora a imagem da Figura 6 indique o nome da escola como uma instituição de 1º e 2º graus, ela continuou atendendo somente a pré-escola e o primeiro grau. No novo prédio, o espaço para a educação das crianças foi evidenciado e a construção priorizou o atendimento das necessidades de espaço físico para crianças pequenas. O espaço externo é amplo e aberto com muita área verde e compreende quadra de esportes, parque coberto e aberto, espaços arborizados, local com algumas espécies de animais, conhecido como “fazendinha”, além de duas piscinas, uma mais profunda e outra mais rasa. O novo espaço da escola foi idealizado para receber crianças de todas as idades, priorizando as crianças menores e suas necessidades.

Figura 7 –Vista aérea do prédio próprio - SEI



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Na Figura 7, temos uma visão melhor do espaço escolar, que foi priorizado pela instituição. O investimento na localidade foi alto, tendo em vista que a escola compreende a área total de um quarteirão. Em primeiro plano, vemos o prédio principal, que é a entrada da escola, ao lado dele (à esquerda) funcionava aparte da educação pré-escolar, nele podemos ver as duas piscinas construídas especificamente para a faixa etária, além da parte arborizada (aos fundos). A educação dos pequenos tem a maior área construída da escola, como demonstra a documentação.

3.1 A história da instituição na documentação escolar

A história do tempo presente tem como característica o próprio espaço que separa o sujeito do objeto de estudo, ou seja, o pesquisador se encontra envolvido no mesmo contexto do seu objeto, o historiador do tempo presente é “[...] testemunha ocular de um processo que ainda se desdobra e do que não se conhece o término” (PESAVENTO, 2005, p. 56). Portanto, como historiadoras desse tempo nos sentimos assim.

Neste contexto, nos valem de fontes e documentos que nos permitem dimensionar esse tempo, analisar do modo mais próximo possível e utilizar novas perspectivas documentais que nos permitam a investigação a contento. Assim, com a ampla modernização de técnicas e possibilidade de acesso, entre as novas fontes documentais as fotografias foram cada vez mais sendo introduzidas no cotidiano das pessoas, em especial ao das famílias onde se registravam as particularidades dos eventos domésticos (SANTINI, 2012). Tal repercussão ocorreu também nas instituições, sobretudo as escolares, e passam a registrar os momentos mais importantes, conforme afirma Santini (2012, p. 63):

Até meados da década de 1980 era comum a escola registrar apenas determinados momentos, como formaturas, visitas de personalidades à instituição e determinadas festividades como “feiras de ciências”, festas juninas, desfiles cívicos, entre outros, sendo que na maioria dos casos a escola contratava um fotógrafo para realizar estes registros.

A partir de mudanças tecnológicas que permitiram o acesso e a aquisição das máquinas fotográficas, as escolas passaram a registrar os mais variados momentos. As aquisições de aparelhos celulares com câmeras também revolucionaram a captura de imagens, possibilitando gravar e reproduzir ocasiões como viagens, atividades

desenvolvidas no cotidiano – em sala ou fora dela – em horário de aula ou no horário de intervalo dando maior visibilidade ao cotidiano escolar (SANTINI, 2012).

A facilidade de acesso permitiu o uso da fotografia como importante fonte de registro e por meio dela podemos revelar aspectos da vida social que em outras formas de documentação não seriam possíveis. Esse foi um grande avanço, pois a imagem visual nos traz elementos da sociedade de forma concreta. Segundo Luiz (2012, p. 25-26) “por meio dela podemos situar um espaço físico, social e cultural até pelo esquecimento de como se caracterizava estes espaços, buscando recordações e lembranças por meio das fotografias”. No entanto, o olhar e a interpretação do pesquisador é o que revela tais aspectos, a imagem fotográfica sozinha, guardada em meio a outros objetos, nada nos dirá. Outro ponto evidenciado pela imagem é o “espaço”, pois de acordo com Mauad (1990, p. 7):

[...] a análise histórica da mensagem fotográfica tem na noção de espaço sua chave de leitura, posto que, a própria fotografia é um recorte espacial que contém outros espaços que a determinam e estruturam, tais como: o espaço geográfico, o espaço dos objetos (interiores, exteriores e pessoais), o espaço da figuração e o espaço das vivências, comportamentos e representações sociais.

Além das fotografias, temos como documentação a vasta produção de fontes da época, como jornais escolares, panfletos e comunicados produzidos pela comunidade interna e externa à escola. Esses documentos podem nos apresentar novos dados não existentes nas fotografias. Assim, podem reforçar ou não, o que é descrito nas imagens. E as pesquisas que envolvem as imagens fotográficas estão concentradas em maior número na área das Ciências Sociais – como a Antropologia e a Sociologia – e Comunicação. Apenas recentemente as fotografias foram utilizadas em pesquisas que abordam a História da Educação como área de concentração (LUIZ, 2012).

Portanto, no nosso contexto, de análise iconográfica, nos deteremos no registro visual, ou seja, o conjunto de informações que compõe a fotografia que ora utilizamos. Esclarecemos que análises das origens, das técnicas, das tecnologias utilizadas, dos meios de publicação, entre outros, não serão abordadas, pois não se constituem em estudos acerca da história da fotografia, mas utilizaremos como mais uma fonte para compor a história da referida escola pesquisada.

Para realizar uma análise, organizamos as fotografias respeitando um roteiro de sistematização, inspirado na proposta de Kossoy (1989) –bibliografia da nossa

pesquisa–, e que contempla a referência visual do documento apontando: 1) procedência do documento: 2) local onde se encontra: é parte de um conjunto de fotografias? Há outro tipo de documento no arquivo? 3) conservação do documento: estado de conservação, tipo de arquivo, condições do arquivo; 4) identificação do documento: informações sobre os elementos constitutivos de espaço e tempo; 5) informações referentes ao assunto: aspectos relacionados aos elementos icônicos que compõem a imagem.

Tais elementos podem dar a visibilidade que buscamos na investigação a partir da documentação da instituição. Assim, percebemos na documentação que a professora Ezir e seu esposo tiveram ajuda dos familiares na criação da instituição, especialmente do seu pai Sr. Bonfim, que financiou o projeto da escola. O Sr. Bomfim, se propôs a subsidiar inicialmente a escola e, posteriormente, as despesas de manutenção ficaria a cargo da filha. Segundo a documentação ele fez esse investimento acreditando no sucesso da empreitada educacional e no faturamento que a escola poderia proporcionar, a partir do trabalho da filha, pois ela tinha à época formação necessária para assumir a direção da escola (era professora e psicóloga). O projeto se concretiza e a origem da instituição data do dia 05 de setembro de 1980, como descrito em ata.

Nos documentos administrativos, percebemos que a denominação da instituição se remetia a concepção de seus criadores acerca do que gostariam de propor uma escola integral e tal conjunto de concepções levaria ao nome Serviço de Educação Integral para Pré-Escolar e I Grau – atualmente se denomina Serviço de Educação Integral - SEI.

Como descrito em alguns documentos já mencionados, o serviço oferecido deveria ser total. A educação seria ofertada de forma interdisciplinar entre as áreas de arte, cultura, meio ambiente, música, entre outras, proporcionando uma educação integral às crianças/alunos. Esclarecemos que a escola oferecia uma proposta de desenvolvimento integral e não de turno integral, a concepção de integralidade era restrita à formação e não ao atendimento às crianças e familiares.

Outro aspecto que convém chamar a atenção, é que mesmo a instituição não sendo confessional, ela tem em seus registros e documentos a concepção cristã presente em todos os momentos. Além disso, disciplinas de ensino religioso estão inseridas em sua proposta educacional. Destaco aqui que Dona Ezir e sua família pertencem à confissão protestante Batista, tal profissão de fé da família influenciou as propostas pedagógicas desenvolvidas na escola como parte de seu ideário e formação, embora saibamos que a escola e o Estado em termos legais sejam laicos. No entanto, a visão religiosa

protestante é tão acentuada que antes de qualquer atividade da escola em comemorações e eventos, a oração estava presente bem como cânticos e músicas religiosas.

Outras práticas pedagógicas descritas nos documentos indicam atividades centradas na educação da criança, em especial, a criança menor de 6 anos. Interessante destacar que no período citado, algumas propostas da instituição são diferenciadas no contexto regional, pois a oferta de educação para as crianças menores era muito pequena. Assim, a escola SEI representava na época uma proposta inovadora de atendimento educacional na prática cotidiana.

As mudanças começam a figurar nas discussões das políticas de atendimento do período, mas ainda eram incipientes, a LDB em vigor no período era a Lei nº 5.692/1971, que estabelecia a educação para crianças com idade inferior a sete anos, como recomendação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes, de acordo com a norma de cada sistema de ensino, o que não responsabilizava o estado.

No período que a Escola SEI foi fundada – ainda no regime de ditadura militar – a educação voltada para as crianças pequenas, não era prioridade do governo nem dos sistemas de ensino, a legislação do país apontava de forma vaga, sem obrigatoriedade de atendimento e sem destinação de recursos específicos. A educação dos pequenos ainda estava regulada pelas secretarias de assistência social, embora pelo país houvesse muitas experiências bem-sucedidas de educação pré-escolar em contextos educacionais.

A década de 1980, já desenvolvia práticas pautadas em estudos e pesquisas sobre a temática, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, mas no interior do Brasil, como o caso de Dourados, acontecia de forma gradual e a passos lentos. Tal contexto permite a Escola SEI começar suas atividades - no dia 16 de fevereiro de 1981 - no primeiro ano de funcionamento com uma proposta diferenciada e voltada especificamente ao pré-escolar. No ano de 1981 a escola iniciava as atividades com turmas de maternal, jardim, pré-escola I e pré-escola II, além de uma turma de mini-maternal que surgiu devido a demanda para a idade de 2 anos.

Inicialmente a escola atendeu um total de 159 matrículas, o que mostra uma demanda alta para esse atendimento na região já no primeiro ano de funcionamento. Esse contexto certamente vem do fato de que a educação pré-escolar estava se expandindo gradualmente, pois historicamente foi oferecida pela iniciativa privada e filantrópica.

Na região de Dourados, esse período não era diferente como mostram os dados da pesquisa de Real (2004) sobre a população de 0 a 6 anos em 1980. Segundo a autora, tínhamos cerca de 16.640 crianças, sendo que 95% desse total não tinham nenhum tipo de atendimento em creche ou pré-escola. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi possível aumentar o número de vagas em todo país, mas temos que considerar que ao se passar quase uma década as mudanças foram muito lentas. No entanto, retornando à Escola SEI, destacamos que o primeiro ano foi muito produtivo no sentido de atender um grande número de crianças que demandavam pela educação pré-escolar.

Figura 8 – Crianças do pré-escolar, 1981



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

De acordo com a Figura 8, podemos visualizar o número de crianças matriculadas na escola no ano de 1981, pois essa fotografia compreende todas as turmas do pré-escolar, o que mostra a grande demanda por pré-escola. Outro aspecto é que são crianças maiores e menores, o que atualmente compõe a educação infantil e chamamos de 0 a 3 para os que estariam na creche, e 4 a 5 para os que estariam na pré-escola. Como na época a nomenclatura era somente pré-escola, temos os pequenos das salas de maternal na faixa etária de 3 anos em diante. O registro indica ainda a preocupação da escola em preservar sua história por meio de imagens, pois temos registros de todas as primeiras iniciativas da escola: a primeira turma (acima), os primeiros professores, a primeira criança matriculada na escola, a formatura do pré-escolar no ano de 1981,

ainda a reunião de professores. Todos os registros estão preservados, os fotográficos e outros documentos.

Figura 9 – Primeira equipe de professores, 1981



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Na Figura 9, estão 13 professores e auxiliares de sala com Dona Ezir e Seu esposo Jesus E. Gutierre (abraçados ao centro). Essa foi a primeira turma de docentes ainda no primeiro prédio onde a instituição funcionou. Observamos na fotografia majoritariamente mulheres compondo o quadro de profissionais do magistério, tal aspecto é importante destacar, pois indica o processo de feminização da categoria, tal conceito indica o acesso massivo de mulheres a uma profissão ou ocupação (feminização) (YANNOULAS, 2011). A escola SEI não estava fora deste dado histórico das mulheres na profissão docente. Em outro registro fotográfico vemos um professor que atuou na escola. Acreditamos ser um professor de educação física, pois nas imagens ele aparece nas áreas externas da instituição e com materiais de esporte. Conforme um dos documentos da escola, um “livreto comemorativo” dos 10 anos da escola intitulado “Sentindo a Vida” (1989) há o registro de um professor chamado Edson Martins, porém não temos a informação se era educador físico, mas a fotografia nos permite tal leitura por apresentar áreas externas. Há ainda, o fato de que as raras presenças masculinas no corpo

docente do trabalho com as crianças pequenas nos indicam a histórica participação das mulheres nas atividades docentes.

Figura 10 – Professor de Educação Física com crianças do pré-escolar, 1981



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Na imagem da Figura 10 percebemos um número significativo de crianças (24), sendo atendida por dois adultos. As crianças parecem estar à vontade, algumas estão sem camisetas, descalças e aparentemente sem uniforme. Embora a escola posteriormente tenha adotado um uniforme padrão na imagem aparentemente as crianças estão apenas com uma camiseta que parece igual a todas elas. Na parte acima da fotografia, sentado no muro da varanda da escola, está o professor que mencionamos anteriormente, por isso a imagem nos sugere que ele seja o professor de educação física com práticas ao ar livre. As crianças posam para a foto ao seu redor e no colo dos adultos responsáveis.

3.2 “Baús” da memória: o arquivo escolar do SEI

Os arquivos escolares nos últimos anos vêm se constituindo em importantes fontes de pesquisa para a História da Educação. Esses locais são entendidos, como um “conjunto de documentos organicamente acumulados, cujas informações permitem a trajetória de vida de seu titular” (VASCONCELLOS, 1999, p. 42). São espaços

produzidos pela cultura escolar e nos permitem compreender como se constituiu o cotidiano e o seu fazer pedagógico (BONATO, 2002).

Esses acervos dentro das instituições educativas se constituem em repositórios de documentos e informações que estão em estreita relação com seu funcionamento e “que coloca essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens” (MOGARRO, 2005, p.77). Dizemos isso reconhecendo a importância e a necessidade de preservação e manutenção de tais acervos, pois eles nos dizem muito sobre a instituição e permitem a investigação da história da educação local. No entanto, nem sempre os acervos contam com uma organização que possibilita o acesso à documentação. Os limites e dilemas de acesso aos acervos estão presentes em qualquer processo investigativo.

Figura 11 – Sala de arquivos Escola SEI



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

A Figura 11 nos mostra que o acervo documental da escola está preservado no sentido de estar guardado e acondicionado em caixas. Porém, alguns documentos sofrem um processo de descarte após cinco anos da sua produção como exemplo: planos de aula, diários, registros de atividades, entre outros. Isso ocorre, pois, “muitas escolas ainda não se preocupam em preservar os seus arquivos e nem mesmo salvaguardar seus registros documentais” (FURTADO, 2011, p. 151) tornando tal atividade comum nas instituições.

Essa atitude inclusive é regulada por legislações estaduais. O governo do estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, estabelece que as escolas estaduais salvaguardem documentos como os diários de classe e planos de aula por cinco anos, após esse período a incineração será autorizada, desde que lavrada em ata. Ou seja, o processo de descarte da documentação é legal e isso inviabiliza a utilização de tais documentos. No caso da nossa pesquisa, os documentos dessa ordem, diários de classe e planos de aula, existentes na instituição são de datas mais recentes, não coincidindo com nosso recorte temporal de 1980 até 1995. A escola preservou documentos que na concepção dos seus funcionários eram os mais relevantes e guardaram as imagens fotográficas em maior quantidade.

O local físico onde encontramos a documentação compreende uma sala comprida e estreita, no entanto, arejada e bem iluminada natural e artificialmente. O acervo estava armazenado em caixas de papelão, caixas organizadoras, pastas e prateleiras. Dispostas em armário-arquivo de forma superficialmente organizada, ou seja, apenas guardada sem um planejamento da organização.

A escola busca preservar a história e sua trajetória educacional por meio destes documentos escolhidos pelo grupo para serem guardados. Tal iniciativa nos possibilitou investigar e entender os primórdios da instituição e da educação para as crianças pequenas naquele espaço educativo. Ainda sobre o arquivo, notamos que as fotografias localizadas na escola SEI foram preservadas em caixas de papelão onde pudemos identificar uma infinidade de temas ao longo da sua história.

Havia uma caixa grande somente com fotografias e álbuns temáticos, nenhum outro tipo de documentação. Observamos que o estado de conservação das fotos era satisfatório, embora elas estivessem todas juntas em uma caixa grande e fechada. Eram centenas e centenas de fotografias tiradas em ambientes internos e externos do SEI. Tínhamos fotos de salas de atividades, do pátio, do parque, da piscina, do bosque, do refeitório, e das comemorações entre outras. As fotos selecionadas na investigação compreenderam as décadas de 1980 e 1990. Em algumas delas conseguimos especificar o ano, pela própria fotografia, porém em outras não foi possível, demonstrando que nem sempre a equipe da escola fazia registros organizados das ocasiões em que as fotos foram tiradas.

Figura 12 – Arquivo de fotografias

Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Nessa embalagem, vista na Figura 12 há centenas, talvez milhares de fotos, pois não foi possível realizar o levantamento de todas, então optamos pelos anos iniciais da escola. No entanto, percebemos que o modo como os acervos foram acondicionados e guardados demonstram uma tímida preocupação com os acervos escolares. No caso desta instituição encontramos muito material preservado.

No entanto, a falta de preservação dos arquivos escolares, vem demandando muita preocupação entre os pesquisadores da área da história da educação, pois o interesse pela organização dos acervos de fontes e o seu uso para a pesquisa é parte fundamental no desvelamento da história da educação local. Porém, não se constituiu como espaço importante no cotidiano escolar, e os acervos escolares são desprezados por muitas instituições. Felizmente, no caso da Escola SEI percebemos um esforço em salvaguardar seus arquivos históricos, embora não haja uma organização institucional, formal acerca dos modos de ser e organizar os arquivos. Assim conseguimos fazer um levantamento documental de todos estes registros que descrevemos abaixo:

Quadro 4 – Documentos selecionados no Arquivo Escolar SEI

Documento	Ano/década em que foi produzido	Conteúdo do Material
Livro de matrícula Pré-Escolar	1981, 1982, 1983, 1984 e 1985	Contém informações acerca das crianças matriculadas no mini maternal, maternal, jardim, pré I e II. Nome da criança. Data de nascimento. Naturalidade (Unidade de Federação e país). Nome e Profissão dos pais.

		Endereço.
Livro de Matrícula Mini – Maternal	1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993	Contém informações acerca das crianças matriculadas no maternal. Nome da criança. Quantidades de crianças matriculadas. Data de nascimento. Idade. Sexo. Criança que já estudou na instituição ou não. Observações.
Livro de Matrícula Maternal	1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993, 1994 e 1995	Contém informações acerca das crianças matriculadas no maternal. Nome da criança. Quantidades de crianças matriculadas. Data de nascimento. Idade. Sexo. Criança que já estudou na instituição ou não. Observações.
Livro de Matrícula Pré II	1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993, 1994 e 1995	Contém informações acerca das crianças matriculadas no maternal. Nome da criança. Quantidades de crianças matriculadas. Data de nascimento. Idade. Sexo. Criança que já estudou na instituição ou não. Observações.
Diário de Frequência de Educação Física Jardim	1981	Nome do professor. Turno. Nomes das crianças. Turma. Meses. Indicativos de frequência.
Diário de Frequência Pré – Alfabetização	1981	Turno. Nomes das crianças. Turma. Meses. Indicativos de frequência.
Diário de Frequência Pré – Alfabetização	1981	Nome do professor. Turno. Nomes das crianças. Turma. Meses. Indicativos de frequência.
Solicitação de funcionamento do Pré-Escolar	1980	Contrato social. Estatuto escolar. Capacidade de matrícula por turno. Planta baixa escolar. Justificativa. Semestralidade. Calendário escolar para o ano de 1981. Regimento escolar. Relação nominal de corpo docente e remuneração. Planejamento de atividades para o desenvolvimento da criança. Relação de material escolar e descrição dos espaços físicos. Contrato de Locação do espaço escolar. Informações sobre o trâmite do processo de autorização junto à Secretaria Estadual de Educação. Fotografias dos espaços físicos da escola.
Exemplar Diário Oficial da União	1981	Publicação do estatuto escolar.

Ata de Criação	1980	Data. Pessoas envolvidas. Nome da instituição. Nível de atendimento e clientela. Assinaturas.
Comunicado aos Pais	1987	Período e data de matrículas. Valor de mensalidade. Construção de prédio próprio. Aluguel de mais um espaço. Implantação da 5ª série. Assinatura.
Informativo de 25 anos	2005	Breve histórico. Textos da diretora, do presidente, da coordenadora e de alunos. Fotografias. Atividades desenvolvidas pela escola. Corpo docente.
Livreto Vivendo a Vida	1989	Elaborado em comemoração aos 10 anos da Escola e produzido por alunos da 6ª série traz informações sobre: Nome dos autores, atividades desenvolvidas, nomes de professores, número de alunos matriculados, imagens, hino da escola, poemas, informações sobre festas e rituais da cultura escolar. Principais acontecimentos divididos por ano de 1981 até 1989.
95 Fotografias	Década de 1980 e 1990	Informações acerca de atividades e práticas pedagógicas. Relações entre criança – adulto - criança. Festas comemorativas. Formaturas e apresentações. Fotografia dos espaços escolares. Primeiras crianças matriculadas. Reunião docente. Alunas do magistério. Primeiros professores.

Fonte: Arquivo Escolar Serviço de Educação Integral. Elaboração nossa.

3.3 Histórias e memórias da organização do trabalho pedagógico do SEI

A escola nasce em agosto de 1980 e, com ela, a organização do trabalho pedagógico no momento em que todos os envolvidos no processo de abertura da escola se mobilizaram na organização da chamada matriz curricular – documentos no qual estavam presentes as abordagens metodológicas, a organização do trabalho previsto, o estatuto escolar, entre outras questões burocráticas.

Segundo a documentação, a base teórica pautava-se nas concepções piagetianas de desenvolvimento e aprendizagem que considera a criança como centro e a construção de

suas estruturas mentais em parceria com o ambiente que a cerca. A teoria construtivista, muito em voga nos anos 80 do século XX, partia da valorização dos estágios de desenvolvimento psicológicos da criança; nesse período se criam esquemas de ação que ajudam na compreensão de novos conhecimentos a cada novo estágio e desafios a que ela é submetida Oliveira (1999)

A documentação de criação e abertura da escola no contexto das matrizes curriculares foram elaboradas pela instituição em conjunto com o Conselho Estadual de Educação (CEE/MS), garantindo que tudo estivesse de acordo com a educação infantil legal no período. Os registros nos mostram que a proposta inicial teve ajustes, que foram sendo revistos e foi finalizada após duas revisões.

Entre os conteúdos organizados na proposta pedagógica para o pré-escolar encontramos a auto-educação²⁷, integração social e educação religiosa além de educação artística, educação física, matemática, comunicação e expressão (linguagem oral e escrita) normalmente encontradas em outros currículos escolares.

A atividade de educação física não foi encontrada na proposta educacional inicial e foi questionada pelo CEE/MS a partir do documento: “[...] as especificações das áreas de estimulação (Comunicação e Expressão, Pensamento Operacional, Conceito, Meio Físico-Social e Saúde) não são evidenciados” (Proposta Educacional, 1980, p 58). A educação física seria parte dos conteúdos a serem trabalhados na área da Saúde. E assim, a partir da análise do Conselho a escola acatou suas sugestões e instituiu a disciplina.

²⁷ Nesse bloco seriam desenvolvidas atividades relacionadas à educação das crianças como: relaxamento, aula de silêncio, equilíbrio, atenção, concentração e outras.

Figura 13 – Atividade no pátio com professor de educação física, 1981



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

A Figura 13 nos indica essa inclusão do conteúdo de educação física contemplada no currículo da instituição. Em outro documento intitulado “Planejamento das atividades propostas para o desenvolvimento da criança”, na página 40, há uma sessão chamada de “Auto-educação”, onde encontramos registros de práticas de exercícios de forma dirigida como: flexões, equilíbrio, sentar levantar, transportar, varrer entre outros. Tais itens foram retirados na segunda versão do documento após a análise do CEE/MS. Embora sejam atividades de educação física e motora, é possível tomar como hipótese de que não mantinham o caráter lúdico da proposta por se tratar de atividades direcionadas para algumas ações específicas como varrer, transportar, flexões etc.

A proposta educacional ainda continha uma sessão denominada “Integração Social”. Nela encontramos um rol de atividades que fazem referências a alguns conteúdos, relacionado às ciências sociais. Observamos que a lista de conteúdos e atividades apresenta um trabalho pedagógico que parte do entorno da criança e caminha numa perspectiva do micro para o macro se expandindo. Passando do ambiente da sala, a relação com as professoras, na escola chamada de “tias”, os colegas e indo em direção a própria escola, a família e o bairro. Entre as atividades, destacamos as datas comemorativas e as práticas relacionadas ao plantio de flores, hortas, sementes, árvores e atividades ao ar livre. Esse tema foi revisto pela instituição e se incluiu na disciplina de ciências (PROPOSTA EDUCACIONAL, 1980, p. 42).

Outro destaque observado na proposta está no direcionamento para uma concepção filosófica cristã em todos os momentos educativos, embora seja uma escola laica e não confessional em termos jurídicos da documentação. Desde a origem da

escola estão presentes rituais religiosos como orações, cânticos, estudos bíblicos e músicas religiosas entre outras atividades. No documento da proposta, a seção Educação Religiosa apresenta os seguintes conteúdos: “Deus Criador: água, terra, sol, plantas, etc. Quadrinhas. Cânticos. A vida de Jesus. Histórias bíblicas. Dramatizações (PROPOSTA EDUCACIONAL, 1980, p. 43). Logo abaixo no documento segue a recomendação: “sempre que for conveniente, as atividades poderão ser acompanhadas de música, dramatização, projeção de slides ou qualquer outro recurso facilitador da aquisição, fixação ou verificação da aprendizagem” (p. 43).

O aspecto religioso em uma escola laica é muito interessante, pois está diretamente ligado à confissão religiosa dos administradores e donos das escolas e não a um direcionamento legal de uma determinada organização ou denominação religiosa. Percebemos que o documento fala em aprendizagem sobre os conhecimentos bíblicos, mas não de forma proselitista nos conteúdos apreendidos na escola. No entanto, é importante dizer que ao trabalhar com crianças pequenas, certamente algum benefício virá ao ministrar determinados conteúdos, ainda que não sob a forma de proselitismo. No caso da escola, essa prática contava com a aprovação e anuência das famílias.

Destacamos tal aspecto que nos parece caro à instituição e podemos verificar como um dos objetivos a serem alcançados, pois se mostra no estatuto escolar. No Título I Finalidades, Cap. II Filosofia da Escola no Inciso II diz: “Dar condições aos educandos para que desenvolvam suas potencialidades, visando auto-realização e participação da obra do bem comum, através da formação espiritual e humanística” (ESTATUTO ESCOLAR SEI, 1980, p. 3, grifo nosso). Por formação de caráter religiosos ou espiritual percebemos as atividades desenvolvidas nos diferentes rituais culturais e de datas festivas que a escola adotou ao longo de sua história.

Ainda sobre a organização pedagógica e administrativa da escola apresentamos a clientela, ou seja, quem foram as crianças que frequentaram as primeiras turmas por faixa etária. Como era internamente feita a divisão de modo a cumprir com as diretrizes propostas. Como mencionado anteriormente a escola iniciou suas atividades com turmas de maternal, jardim, pré-alfabetização I e pré-alfabetização II, porém na proposta indicava o seguinte.

Quadro 5 – Organização das turmas do pré-escolar - SEI

Turmas	Idade	Crianças por turma	Período
--------	-------	--------------------	---------

Mini-maternal²⁸	2 – 3	-	Parcial Vespertino e matutino
Maternal	3 – 4	20	Parcial Vespertino e matutino
Jardim de Infância I	4 – 5	20	Parcial Vespertino e matutino
Jardim de Infância II	5 – 6	20	Parcial Vespertino e matutino
Pré- alfabetização	6 – 7	20	Parcial Vespertino e matutino

Fonte: Proposta educacional, 1980. Elaboração própria.

As crianças menores de 0 a 2 anos não foram atendidas inicialmente pela escola. Posteriormente, houve a necessidade de atender uma turma para as crianças menores chamada de Mini-maternal. Tal situação nos revela o contexto histórico do momento quando as crianças menores de 2 anos eram atendidas especificamente pela assistência social, com predominância de atividades de cuidado e higiene.

Neste segundo quadro, podemos perceber que as crianças menores, de 2 anos, aparecem na proposta educacional em 1981. Porém, nas observações e análises dos livros de matrícula, percebemos que em vez de nomearem duas turmas de Jardim de Infância, a escola trabalhou com duas turmas de pré-alfabetização.

Observamos que desde o primeiro ano de funcionamento a Escola SEI teve grande demanda para suas turmas e o número de crianças de um ano para outro crescia muito. A escola atendeu entre os anos de 1981 a 1995 um total aproximado de 2.860 (duas mil oitocentos e sessenta crianças) divididas em turmas por faixa etária nos períodos matutino e vespertino, dados que demonstram a necessidade de atendimento à educação na região.

Quadro 6 – Crianças matriculadas por turma e ano – SEI (1981-1995)

Turma	Ano	Crianças matriculadas
Mini-maternal	1981	21
	1982	20
	1983	21
	1984	47
	1985	23

²⁸ Na proposta inicial essa turma não era sequer cogitada. No entanto, houve a necessidade de implantá-la, pois a demanda do número de crianças exigia no ano de 1981.

	1986	25
	1987	25
	1988	08
	1989	06
	1990	06
	1991	16
	1992	08
	1993	07
	1994	-
	1995	-
Maternal	1981	46
	1982	46
	1983	54
	1984	68
	1985	64
	1986	61
	1987	63
	1988	60
	1989	24
	1990	29
	1991	30
	1992	26
	1993	23
	1994	38
	1995	24
Jardim	1981	46
	1982	66
	1983	65
	1984	71
	1985	63
	1986	63
	1986	63
	1988	63
	1989	63
	1990	63

	1991	63
	1992	63
	1993	63
	1994	63
	1995	63
Pré-alfabetização I	1981	20
	1982	57
	1983	51
	1984	67
	1985	50
	1986	50
	1987	50
	1988	50
	1989	50
	1990	50
	1991	50
	1992	50
	1993	50
	1994	50
1995	50	
Pré-alfabetização II	1981	26
	1982	37
	1983	61
	1984	64
	1985	78
	1986	98
	1987	135
	1988	130
	1989	90
	1990	75
	1991	106
	1992	67
	1993	64
	1994	83
1995	60	

Fonte: Livros de matrícula SEI 1981-1995. Elaboração própria.

No Quadro 6, percebemos um aumento oscilante entre alguns anos, especialmente no decorrer dos primeiros anos, porém a partir do ano de 1989 o número de inscrições cai bruscamente principalmente entre as crianças menores de 2 anos. Tal período coincide com o aumento da oferta de vagas públicas e particulares no município de Dourados e, também com a construção do prédio próprio do SEI.

Neste contexto, podemos justificar essa diminuição do número de crianças dizendo que é possível que as lutas e reivindicações que começam a se estabelecer nos finais dos anos 1980 e, se fortalecem ao longo dos anos de 1990, ampliaram a abertura de vagas promovendo um atendimento maior para outros segmentos da sociedade, que como dissemos inicialmente, embora sendo de caráter privado a escola também atendeu uma clientela de classe média baixa. A escola recebia o pagamento das mensalidades semestralmente conforme aponta a proposta educacional (1980).

As avaliações eram feitas atribuindo conceitos que utilizavam nomenclatura diferenciada: para a pré-alfabetização Ótimo, Bom, Regular e Fraco; para o maternal e Jardim de infância seria Superior, Muito Bom, Bom, Regular e Imaturo. As professoras realizavam os trabalhos e todos eram guardados em pastas onde faziam registros, anotações e aplicavam o conceito. (PROPOSTA EDUCACIONAL, 1980). Um último aspecto dizia respeito a remuneração dos professores que era o mesmo atribuído a secretária e tesoureira (CR\$ 8.000,00) a direção recebia em torno de CR\$ 10.000,00.

3.4 Memórias e imagens das práticas pedagógicas na educação pré-escolar

Ao abordar as práticas pedagógicas, estamos falando de algo que está imbuído em um contexto mais amplo, nas práticas sociais, pois envolve um contexto educativo além da esfera escolar e se constitui também a partir das relações sociais. As práticas pedagógicas são atividades rotineiras, que são desenvolvidas dentro da escola, podendo constituir de duas formas: a primeira de depósito de conteúdo, ou a bancária conforme diz Paulo Freire, como também pode ser planejada visando à transformação da criança/aluno, Souza (2005).

Portanto, não pretendemos nos debruçar na temática, mas queremos considerar a documentação e apresentar alguns vestígios dessas práticas, considerando segundo Veiga (1992, p. 16) que “[...] uma prática social orientada por objetivos, finalidades e

conhecimentos, é inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social [...]”. Como parte do que se aprende socialmente, a escola tem esse aspecto formador, não só intelectualmente, mas também como função de formar o cidadão almejado pelo grupo social e que atenda aos comportamentos pré-estabelecidos por este grupo. A escola como instituição formadora reafirma tais concepções no desenvolvimento de seus ritos cotidianos e suas práticas pedagógicas diárias.

Ao tomar a prática pedagógica, como possibilidade de transformação e reflexo da prática social que acontece fora dos muros da escola, nos reportamos às atividades desenvolvidas na escola SEI para as crianças da pré-escola. E, nesse sentido, podemos dizer que a organização escolar reflete algumas discussões que estavam repercutindo socialmente no país, pautas acerca da educação para a criança menor de sete anos. Assim as propostas de atividades da instituição pesquisada, pelo que podemos perceber nas fontes, tinham o propósito de proporcionar aprendizagem por meio de experiências, tanto sensitivas, exploratórias, quanto imaginárias e lúdicas. Tais práticas cotidianas eram desenvolvidas por todas as crianças do pré-escolar.

Percebemos, a partir das fotos, que as atividades mostram o aspecto da ludicidade como uma característica importante a ser cultivada na proposta da escola. A bibliografia até aquele momento, não indicava na cidade instituições educativas de pré-escolar com atividades que abordassem tais temáticas para a pequena infância. E a escola surge com uma perspectiva de valorização do jogo, do faz de conta, das fantasias, das experiências múltiplas para o desenvolvimento infantil, no sentido de ir ao encontro com a proposta de educação integral proposta pela instituição.

Nesse contexto de práticas diferenciadas podemos pontuar, como já mencionamos, a Parede Mágica, os banhos de Piscina, as atividades artísticas, música, pintura, teatro, jogo (como descrito acima), além das atividades relacionadas ao cultivo da terra e de ações ao ar livre. Tais atividades condizem com um currículo que parte da criança pequena, pois ao tomá-la como ponto de partida exige “compreender que para a criança o mundo envolve afeto, o prazer e o desprazer, a fantasia, o brincar e o movimento, a poesia, as ciências, as artes plásticas e dramáticas, a linguagem, a música e a matemática [...]” (KUHLMANN JR, p. 65, 2003), ou seja, todo o contexto social envolvido.



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

A “Parede Mágica” era (e é) uma atividade simples, mas que contempla essa ligação da criança com as cores, as texturas, o prazer e a descoberta dos sentidos, especialmente tato, paladar e olfato. Elaborada com uma tinta especial²⁹, vinda de São Paulo, permitia às crianças do pré-escolar se expressar de forma livre, executando diversos movimentos com a tinta em uma parede de azulejos, e até mesmo colocar na boca para provar seu gosto. Essa atividade era destinada exclusivamente às crianças atendidas no pré-escolar, ou seja, desde o maternal ao pré-alfabetização (Informativo de 25 anos da Escola SEI (2005).

Segundo a documentação da escola, a tinta era especialmente desenvolvida para as crianças, era lavável e antitóxica e ao que nos parece nas imagens, permitia às crianças provarem, especialmente aos pequenos que tudo levam à boca. As crianças aparecem cobertas com tinta, aparentando prazer e alegria e os professores pareciam não impedir, por entender como uma atividade prazerosa e segura que permitia novas experiências.

As brincadeiras elaboradas na parede mágica estão retratadas em diversas fotografias da instituição, por isso optamos em apresentá-las em dois momentos e anos diferentes. Naquele momento, os docentes também faziam parte das brincadeiras de forma ativa, percebemos nas imagens, as roupas e partes do corpo com tinta. As tintas tinham várias tonalidades, mas, ao ser misturada no momento da atividade ela se mescla em tons mais escuros parecendo um único tom. O sucesso dessa atividade foi tamanho que ainda hoje ao conversarmos com adultos que foram alunos da instituição, estes trazem à memória essa atividade e o prazer que sentiam ao brincar com esse material.

²⁹ Não tóxica, podendo levar à boca.

Figura 15 – Crianças brincando na Parede Mágica, 1990



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Figura 16 – Crianças na Piscina, 1981



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Destacamos que desde a elaboração dos documentos para autorizar o funcionamento da Escola SEI, antes de sua abertura, já estavam previstas atividades na piscina, sendo essa uma das edificações que fazia parte da estrutura física da escola. A documentação indica o interesse da escola em proporcionar tal experiência às crianças, especialmente considerando as altas temperaturas no verão em Dourados e região.

Assim, a piscina no espaço escolar trazia um diferencial para a escola, pois naquele momento apenas essa escola oferecia essa possibilidade. A imagem que escolhemos (Figura 16) mostra que a partir da atividade na água percebemos a relação entre o adulto e as crianças que estão na imagem. Assim, intimidade, igualdade e diversão ocorrem de ambas as partes. O espaço em que a piscina se localizava tinha um gramado ao fundo, era cercado com calçadas e também protegido por um muro baixo, o suficiente para garantir a segurança das crianças.

A princípio, no primeiro prédio, a piscina foi adaptada ao ambiente, ou seja, aproveitaram um espaço “vazio” no pátio e ela foi construída de acordo com o que a proposta recomendava. Embora fosse um local relativamente pequeno, ainda assim podemos considerar que as experiências vividas e desenvolvidas naquele espaço, eram lúdicas e tão importantes quanto as outras nos demais locais. Na água e na piscina as crianças aprendiam e desenvolviam habilidades previstas na proposta pedagógica de forma lúdica e agradável partilhando espaços individuais e coletivos.

Figura 17 – Área externa da Escola SEI, Bosque, 1981



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Outro espaço que a documentação nos aponta como importante para as crianças é uma área arborizada existente dentro da escola desde sua autorização de funcionamento. A experiência com a natureza era e ainda hoje é muito valorizada na escola como parte do aspecto pedagógico para a formação das crianças. No documento redigido pela instituição para a autorização de funcionamento, existe um espaço dedicado a esse local dentro da escola, o chamado “bosque” na época. Atualmente se chama “fazendinha” onde são criadas algumas pequenas espécies de animais. O bosque que encontramos na documentação era um local com vegetação rasteira, grandes árvores e espaço entre elas.

No ano em que começaram as atividades da escola, a comunidade promoveu o Dia da Árvore comemorado em 21 de setembro e nessa experiência foi possível às crianças plantarem mudas de árvores, além de outras atividades lúdicas que ocorreram no espaço.

Destacamos que nos espaços físicos, onde ocorrem as práticas pedagógicas e cotidianas, percebemos um trabalho antes do registro fotográfico. Existe uma

preocupação e cuidado com o bem-estar da criança pensado antes do início da atividade; como exemplo percebemos: o cercado da piscina, a profundidade da água, a limpeza do gramado, a preocupação em despertar a consciência ambiental. Tais ações reforçam o que Veiga (1992) aponta como prática social que se reflete na prática pedagógica.

Assim, aprendemos que em meio as práticas da escola podemos reforçar algumas demandas sociais, pois a relação de interdependência entre a criança e o adulto o professor, a professora, os demais funcionários da escola se configuram em ações que mostram que o aprendizado acontece quando há envolvimento de ambos os indivíduos, aprendendo um com o outro a partir de diversas maneiras de ensinar e aprender.

3.5 Os rituais e celebrações escolares como parte das práticas pedagógicas

Rituais e celebrações fazem parte de qualquer cultura como parte de uma dimensão da vida humana, pois “os rituais concedem autoridade e legitimidade quando estruturam e organizam as posições de certas pessoas, os valores morais e as visões de mundo” (RODOLPHO, 2004, p. 139), e nos rituais escolares tais características estão presentes. Nos estudos da Antropologia, ritual é definido um sistema de comunicação simbólica dentro de uma cultura, constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por vários meios, que podem ser a dança, gestos, músicas, cantos etc., com conteúdo e arranjos característicos durante suas séries.

Podemos entender como exemplos de rituais: o nascimento, celebrado de diversas maneiras entre diferentes comunidades; a circuncisão de meninos ou a excisão das meninas; ou a escolha do nome de crianças. Porém, existem outras formas de rituais que são celebrados institucionalmente por parte do Estado, como a comemoração cívica do dia 7 de Setembro (no caso brasileiro), rituais realizados por igrejas, como casamentos, batizados, ou celebrações escolares, entre outros. Nos interessa aqui, as comemorações que ocorrem dentro da instituição educacional – a escola com suas especificidades.

Veiga e Gouvêa (2000), em uma pesquisa sobre as celebrações e rituais escolares, apontam que no começo do século XX se iniciaram as comemorações acerca da infância. Estas faziam parte de projetos que envolvia a área médica, a assistência, a proteção e o cuidado com a criança pequena, comuns em fins do século XIX e início do

XX. Em tais comemorações estavam em vigor o patriotismo e a instauração da república no país.

Nesse sentido, se idealizava nas crianças o cidadão do futuro com vias a construir uma mentalidade cívica, “no caso da criança, geração nascente, não haveria nada a conservar, tratava-se mesmo de um renascimento físico e mental para compor uma nova raça” (VEIGA E GOUVÊA, 2000, p. 138). O que se pretendia então era desconstruir a identidade antiga e formar uma nova e investir nas crianças permitia esse vislumbrar.

O momento histórico impingia uma nova concepção de civilidade nacional, as crianças nesse processo tiveram de ser subordinadas à vontade dos adultos, a um “mundo nada infantil” (ELIAS, 2012), tendo que ser modelada e conformada a maneiras, normas, condutas e sentimentos que nem os próprios adultos haviam por completo dominado. As crianças não poderiam ser percebidas como adultos em miniatura, “elas vão se tornando adultas, individualmente, por meio de um processo social civilizador que varia segundo o estado de desenvolvimento dos respectivos modelos sociais de civilização” (ELIAS, 2012, p. 469), que ela recebe e interage na sua educação e formação.

Nesse contexto, as crianças passam a ser importantes no processo de constituição de padrões de comportamento, pois, educar as crianças para as sociedades futuras era fundamental no processo civilizador pretendido. Celebrar a infância era necessário, pois tais comportamentos se concretizavam à medida que os ritos se estabeleciam.

A pedagogização da infância e das famílias, presente nos ritos de comemoração da criança e em outras manifestações relacionadas aos processos escolarizados, contribuiu para a constituição de paradigmas de atitudes que marcaram a sociedade brasileira desta época. A produção de uma identidade marcada pelo ideal de criança civilizada com hábitos e valores homogeneizados [...] (VEIGA E GOUVÊA, 2000, p. 144)

A partir de tais concepções, se instauram diferentes manifestações da cultura escolar, que passam a ser consideradas no estudo sobre as comemorações escolares, pois as festividades foram sendo moldadas de acordo com o contexto e realidade de cada escola e seus agentes. Estas diferentes adaptações e representações presentes nas festas

escolares são importantes no sentido da reflexão dos diversos sentidos que as mesmas tiveram em um mesmo período sócio-histórico (CÂNDIDO, 2007).

Neste contexto, apresentaremos algumas celebrações da escola pesquisada, que não foi diferente dessa concepção em voga. Desde o início de suas atividades, alguns rituais escolares foram implantados e se consolidaram tornando-se tradicionais e vigentes até os dias de hoje. Um exemplo é a cerimônia de formatura do pré-escolar, as apresentações da “bandinha” e do “coral”, as festas juninas, o chá do dia das mães, a festa dos pais, e outras datas comemorativas durante o ano letivo.

Figura 18 – Formatura pré-escolar, 1983



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

A formatura do pré-escolar se tornou tradicional na escola desde seu primeiro ano em 1981. Na Figura 18, as crianças se preparavam para cantar a música “Adeus Prézinho” que foi composta por dona Ezir no ano de 1983. O rito é repetido até os dias atuais. Na letra da música temos a exaltação de conceitos como ser “bom aluno”, “bom cristão” e “bom filho”. Em diversos aspectos esta letra apresenta meios que se relacionam com a vida particular, social e religiosa.

A criança que sai da escola precisa se destacar como “bom aluno”, “bom cristão” e “bom filho”. Ou seja, a importância dada às tarefas e etapas vencidas demonstram que ela foi um “bom aluno”. Como no ensina ELIAS (2011), a formação do comportamento disciplinado passa a ser difundido por círculos que estabelecem padrões e disseminam normas através de autoridades e instituições, como a escola por exemplo.

Ser um “bom aluno” informa que a letra agrega um “ideal de criança”, aquela que aprende tudo o que a professora ensina e se comporta como o esperado. Uma criança esforçada e disciplinada, desde a pré-escola. Tal concepção é esperada e imposta pelos adultos na educação das crianças pequenas e a todo tempo tentam moldá-las para que se aproximem ao máximo do modelo previsto e aceito em seu grupo social:

[...] a geração mais antiga, para quem esse padrão de conduta é aceito como natural, insiste com as crianças, que não vem ao mundo já munidas deste [...] padrão, para que se controlem mais ou menos rigorosamente de acordo com os mesmos e conttenham seus impulsos e inclinações (ELIAS, 2011, p. 128).

Assim, a escola como parte de uma instituição formadora e reguladora de comportamentos, torna-se o lugar no qual a criança passa boa parte da infância. A maioria dos indivíduos ao crescer, esquecem ou reprimem seus sentimentos e comportamentos e passam a moldá-los para serem aceitos em determinados padrões de conduta que serão importantes no seu grupo (ELIAS, 2011). Além do mais, uma criança dedicada na escola, e grata a Deus, conseqüentemente é fruto da relação familiar, um “bom filho”, pois seu comportamento traz orgulho à família e as pessoas à sua volta. “A dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e moldagem socialmente requerida dos impulsos e das emoções” (ELIAS, 2011, p. 137). Portanto, ritos e celebrações além de dar a ver esse bom comportamento são auxiliares na regulação da conduta das crianças.

Figura 19 – Crianças da pré-escola rito de passagem para o ensino fundamental, anos 1990



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Na figura 19, podemos observar as crianças com uma espécie de capa, na cor amarela, em uma formatura na década de 1990; algumas crianças, as que estão sentadas, seguram um chocalho, pois elas fazem parte de uma das atividades da escola para a formação integral da criança, a “bandinha”, que se apresentam nessa celebração. A capa amarela não é simplesmente um uniforme ou parte da beca de formatura, ela tem um significado simbólico de passagem para o ensino fundamental.

Ao término da música “Adeus Prezinho” as mães das crianças, e somente elas, são chamadas ao palco e retiram as tais capas amarelas: esse é o momento que caracteriza a formatura das crianças no pré-escolar, indicando que a partir de agora elas saem da bandinha, vão para o ensino fundamental, e lá participarão do coral. Esse momento será a última participação da criança na banda e na pré-escola. A cerimônia é acompanhada de um texto que vai sendo lido por um orador, apresentando os passos da caminhada da criança que, a partir daquele momento, sai da pré-escola rumo ao ensino fundamental.

Adeus prezinho (Sic)
 Foi muito bom estar aqui
 O tempo voa
 Passou correndo e eu não senti
 Os meus amigos
 Minhas tarefas
 Os bons momentos
 Que vivi aqui no SEI

Por toda vida vou recordar
 Vou recordar o que aprendi
 Das minhas Tias
 De quem carinho eu recebi
 Tenho certeza me lembrarei
 E a Deus por isso eu Louvarei

Meu prezinho
 Ilusão, realidade
 E amor
 Crescimento, amizade
 Vida em flor

Mamãe, papai
 Foi uma etapa que eu venci
 E com vocês e por vocês eu consegui
 Tenho certeza que sempre assim
 Terei vocês pensando e acreditando em mim. (SENTINDO A VIDA, 1989, p. 28).

Figura 20 – Primeira festa junina do SEI, 1981



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Outra comemoração cultural, que é tradicionalmente realizada por várias escolas– a Festa Junina – também é realizada na Escola SEI, como podemos ver na imagem (Figura 20), que retrata várias crianças do pré-escolar realizando a dança da quadrilha. Ao fundo muitas pessoas, o que deduzimos ser as famílias das crianças. Em outras fotografias, observamos que os funcionários da instituição também estão vestidos a caráter, e participam com as crianças de todas as danças.

A dança da quadrilha tem origem na Europa na Idade Antiga: é uma celebração promovida pelos povos rurais a fim de garantir boa colheita, além de afastar os maus espíritos e as pestes das plantações. No decorrer da Idade Média, essa festividade foi cristianizada pela Igreja Católica doando como padroeiros os santos São João, São Pedro e Santo Antônio. Os rituais envolvendo fogo, como a fogueira, balões e foguetes, passaram a ter símbolo de afugentar demônios. Mas não é este o motivo para que a escola reproduza a celebração e sim como uma tradição da festa junina no Brasil que surgiu há muitos anos, hoje o sentimento de religiosidade não é muito presente, e sim uma das festividades, que fazem parte do planejamento escolar (CAMPO, 2007).

As festividades, além de constituir o campo educacional, passaram a significar um inventário dos resultados do trabalho e também uma oportunidade de geração de renda para as escolas. Todas as escolas promovem a festa junina como um momento de captar recursos para algum investimento a ser feito no ano letivo. Na escola particular não é diferente, e tal aspecto se tornou mais expressivo. A festa

junina permite muitas possibilidades de renda com a venda de comidas típicas, brincadeiras, brinquedos e desafios que são propostos por “barracas” formando um cenário ideal para tais práticas.

Figura 21 – Festa do Dia das Mães, 1981



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

No ano de 1981, a escola SEI promoveu uma festa do Dia das Mães. Segundo informações do jornal de comemoração dos 25 anos da escola, nesse dia houve vários imprevistos que atrapalharam significativamente a celebração. Uma chuva forte alagou o local da festa que foi realizada às pressas no pátio da escola, como podemos ver na Figura 21. A festa do Dia das Mães é uma celebração que evoca o lugar da mãe e seu protagonismo familiar; em geral, somente as mães participavam e as crianças preparavam apresentações para homenagear, cada um, a sua mãe. Posteriormente, e até os dias atuais, a festa passou a ser somente para as mães sem a presença das crianças, um momento quando estas se encontram para um chá e passam uma tarde com as amigas e recebem algo feito pelo seu filho ou filha que foi produzido durante a semana na escola.

Figura 22 – Festa de Páscoa, década de 1980



Fonte: Arquivo da Escola Serviço de Educação Integral.

Comum em várias escolas, a comemoração da Páscoa também estava presente na escola SEI e, especialmente por ser uma festa de matriz cristã, sua celebração é reforçada: durante a semana as crianças ouvem e aprendem sobre o sentido da páscoa cristã, embora estejam presentes também os mitos pagãos acerca do ovo, do coelho e dos símbolos que envolvem a data. Na Figura 22, temos a presença somente das crianças nos permitindo dizer que tal celebração ocorre no âmbito interno da escola sem a presença das famílias, mas com a comunidade escolar.

Podemos dizer que as comemorações da escola SEI, pelo que observamos na documentação fotográfica, acompanha as celebrações feitas em outras escolas, tendo forte participação das famílias, das crianças e dos professores nos ritos. Algumas práticas desenvolvidas pela escola enfocavam aspectos do ensino aprendizagem no processo educacional e revelavam o lugar da criança na concepção da instituição.

Finalmente, acerca dos aspectos comemorativos e ritualísticos, podemos dizer que estes também tinham uma função social: a de dar visibilidade à escola, a partir das práticas pedagógicas desenvolvidas no seu interior, funcionando como um balanço pedagógico das atividades propostas e respondendo à comunidade. As celebrações têm o objetivo de culminância da prática pedagógica e docente, uma resposta dada, a mostra cultural e educacional das vivências e experiências ao longo do ano. Para as famílias, é o retorno ao seu investimento na educação das crianças, os esforços empreendidos, o reconhecimento financeiro, afetivo e emocional. Ou seja, o modo como as crianças estão aprendendo e o que estão aprendendo são fundamentais na sua formação, e dar visibilidade a tais práticas contribuem na

constituição de uma relação saudável e confiante entre todos os integrantes da comunidade dentro e fora da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando os há.
Mas pode fazer-se, deve fazer-se com tudo o que
o engenheiro do historiador lhe permitir utilizar...
Portanto com palavras. Com sinais.
Com paisagens e com telhas.*

Henri Irene Marrou

À luz da premissa de Henri Irene Marrou, em epígrafe, nos apoiamos e fazemos algumas reflexões na tentativa de estabelecer conexões entre o passado e o presente, respaldada nas imagens fotográficas e registros históricos que aqui apresentamos. Buscamos revelar as concepções de criança e do trabalho pedagógico numa instituição privada de educação pré-escolar do município de Dourados-MS entre os anos de 1980 a 1995, período em que esse atendimento não era prioridade na legislação nacional. Para além dos registros fotográficos, fazendo alusão à metáfora “paisagens e telhas”, de Marrou, utilizamos documentos escritos que tratavam da implantação da escola, os cadernos de matrículas, as atas, o regimento interno, os estatutos, os projetos pedagógicos, os diários de classe, os panfletos, os livretos comemorativos, entre outros.

Gostaria de iniciar enfatizando a relevância deste estudo, considerando os questionamentos recebidos durante o processo formativo por ser uma pesquisa realizada numa instituição privada. Tal resposta se revela em dois aspectos: o primeiro, o lugar que a instituição tem no município, pois não podemos desconsiderar a história de uma escola, com quase quarenta anos de existência em plena atividade e atualmente com cerca de 1000 alunos e alunas somente no ensino fundamental; um segundo aspecto que justifica a relevância desta pesquisa foi o recebimento de fomento institucional, pois o referido projeto foi aprovado na chamada FUNDECT/CAPES nº 07/2015 – Mestrado. Ou seja, tais aspectos nos possibilitaram seguir com a pesquisa, certas de que seria um estudo relevante na história da educação infantil local e para toda a área da grande Dourados.

Dito isso, seguimos pela pesquisa ao apresentar a Escola Serviço de Educação Integral - SEI (1980-1995) que trazia como prioridade o desenvolvimento de suas atividades em um período que se diferenciava das concepções vigentes sobre a criança. A referida escola em Dourados foi uma iniciativa privada, e podemos perceber que

comumente muitas instituições educativas de caráter religioso ou filantrópico, localizadas no interior do país, têm pouca visibilidade nas pesquisas. Portanto, neste momento consideramos nossa investigação legítima, pois a educação das crianças pequenas poucas vezes, na história, foi entendida como importante, e a produção sobre a história da educação infantil no município e no estado são bem reduzidas. Assim, ao nos aproximarmos de uma documentação que foi preservada, nos desafiamos a dar visibilidade a uma instituição que teve grande parcela de contribuição na educação das crianças do município e formou muitos quadros da liderança local. As análises feitas a partir das imagens nos indicaram algumas conclusões:

A escola iniciou os trabalhos com a educação pré-escolar antes mesmo dela ser efetivada legalmente como parte da educação nacional. Foi pensada e planejada a partir das teorias piagetianas na sua educação. A escola priorizou um espaço e um currículo, de forma a oferecer uma educação que promovesse o desenvolvimento da criança, pois segundo o estatuto escolar de 1981, o ambiente deveria ser estimulador. Ainda que a intenção fosse atender o 1º grau e posteriormente o 2º grau, a escola se originou ofertando somente pré-escola, e as demais séries foram sendo instituídas gradualmente a cada ano. Todavia, nunca teve o segundo grau e continuou, até os dias de hoje, sendo uma escola da infância, que atende crianças até o nono ano do fundamental.

As crianças de 0 a 2 anos, segundo o regimento interno da instituição, não eram atendidas pela escola no primeiro ano, porém encontramos registros de crianças matriculadas a partir de um ano de idade em uma turma chamada “mini-maternal”, que foi aberta considerando uma demanda da comunidade, que porém não constava na proposta educacional de abertura da instituição. Anos mais tarde, em 1994, essa turma foi extinta, e não encontramos sequer os registros de matrícula. Tal episódio vai ao encontro da expansão das creches em Dourados, conforme apontado por Real (2004), justificando assim os baixos índices de matrícula para essa faixa etária até sua extinção no SEI.

Ao analisarmos os livros de matrículas, percebemos que no início a maioria das vagas eram destinadas a uma clientela de crianças de 3 e 4 anos de idade, mas a partir do ano de 1985, a maioria da clientela passou a ser crianças de 5 e 6 anos. As vagas só aumentaram com o passar dos anos, exceto em 1989, quando aparece um número baixo diante dos anteriores, mas, se comparados às outras turmas, ainda o índice de matrículas é alto: o que mostra prioridade à fase mais próxima do ensino de 1º grau. Nesse aspecto, há interesse em avançar para o primeiro grau, pois era uma forma da escola dar

continuidade e garantir que a criança permanecesse em seus quadros. Em termos econômicos, mais lucrativo para a instituição, e mais tranquilo para os pais que conheciam a escola e proposta.

A proposta pedagógica e as atividades estavam pautadas em experiências de exploração dos sentidos da criança, que iam ao encontro da teoria piagetiana. Porém a formação e a experiência de dona Ezir, dona da escola, que era licenciada e bacharel em Psicologia estava sempre presente orientando e organizando todas as atividades. Assim, podemos dizer, seguramente, que a inspiração não veio somente de Piaget, mas de seus modos e concepções de criança e educação. Ao entrar na escola se lê uma grande epígrafe de autoria de Dona Ezir “*Nessa escola é permitido errar*”. Tal texto informa um pouco de sua concepção de escola – criança-trabalho pedagógico, pois entende que a criança aprende no seu tempo, sem o peso de acertar sempre e competir com os demais para se sentir segura. Sua inspiração e orientação partiam de atividades de arte, literatura, dramatização, exploração sensorial, que oportunizavam às crianças múltiplas experiências de aprendizado e de desenvolvimento integral, conforme o slogan da escola.

Para o SEI, o desenvolvimento integral não significa que as crianças ficassem em período integral na escola, mas tivessem uma aprendizagem completa em todos os sentidos. Destacamos que, mesmo a escola oportunizando mais vagas para a crianças de 5 e 6 anos – que em tese estariam na fase da pré-alfabetização –, ao observamos as fotografias percebemos a ausência de decorações com alfabetos direcionados e restritos. Nas imagens, vemos variadas formas de letramento e uma linguagem lúdica mais favorável à educação das crianças pequenas. Embora haja, e certamente houvesse à época, pressão social e familiar para antecipar a alfabetização restrita às crianças pequenas, ao nosso ver, a escola conseguia trabalhar tal perspectiva com linguagens lúdicas e artísticas diferenciadas, o que certamente agradava mais às crianças.

No aspecto das celebrações escolares, segundo os documentos, principalmente iconográficos, percebemos um envolvimento e participação de toda a equipe escolar (administrativo, professores e crianças) com enfoque na participação da família. A partir das celebrações e dos ritos escolares, se apresentavam os resultados das atividades desenvolvidas pela instituição, principalmente nas comemorações que envolviam a presença da família e da comunidade. Temos como exemplo o Dia das Mães, festas juninas e as festas de encerramento do ano letivo.

Nessas festas aconteciam as apresentações da “bandinha”, do coral e as formaturas dos diferentes níveis. No caso da comemoração da festa junina, a documentação aponta que também era uma forma de arrecadar fundos para algum investimento a ser construído na escola. Portanto, a vitalidade das celebrações funciona como culminância de todas as práticas pedagógicas realizadas na escola e também como demonstração dos resultados obtidos pela comunidade escolar.

A organização do trabalho pedagógico está presente e é observada principalmente no documento da proposta educacional de abertura da escola. Através deste, percebemos a preocupação em planejar e discutir, junto ao CEE-MS, uma proposta educacional voltada para as crianças menores de 7anos, que estivesse de acordo com a legislação e os critérios legais. A proposta foi revisada algumas vezes pelo Conselho, devolvida e acatada pelos dirigentes e equipe da escola até ficar de acordo para aprovação. Tal preocupação estava alinhada às diretrizes da legislação que se faziam necessárias para manter todo o processo legalizado em acordo com os parâmetros nacionais e regionais.

Concluimos apontando que as imagens fotográficas e a documentação concretizam as práticas pedagógicas da referida escola. Tais ações valorizaram a proposta inicial com relação a tempos, espaços físicos e organização curricular. Ao buscarmos respostas, para nossa pergunta inicial, qual a concepção de criança e trabalho pedagógico presente na escola SEI em seus primeiros quinze anos de atuação no cenário educacional de Dourados, temos perspectivas de respostas. A documentação nos informa – ou nossa leitura – que a concepção de criança presente nas práticas da Escola SEI estava embasada no sentido de tomar a criança como o ponto de partida, colocá-la como o centro do planejamento e das atividades, buscando seu desenvolvimento a partir de diferentes linguagens, enfatizando a ludicidade própria das crianças. Sabemos que muitos percalços e meandros da documentação escondem outras leituras, outros problemas e outros dilemas, mas por ora, apontamos a contribuição desta instituição à formação de gerações de indivíduos que compõem a comunidade que a história da educação do SEI ajudou a construir e, a partir de agora, abrirá novas perspectivas de investigação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary B. P. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ARRUDA, Arlei Guedes de Souza. **Educação Infantil**: dos direitos legais à prática cotidiana em um CEI da rede pública municipal de Corumbá-MS. 2011. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2011.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Jardim de Crianças: O pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.p. 31-80.

_____. Educação Infantil e ensino Intuitivo: a contribuição de Marie Pape-Carpantier (1815-1878). **Conjectura: filosofia e educação**, Caxias do Sul, v. 15, n. 3, p.14-46, set./dez. 2010.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 38-63, 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/1971**. Brasília: 1971.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Nacional de Educação Pré-Escolar**. Brasília/DF, 1981

_____. IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.v.1, t.4, n.1.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Educação Infantil no Brasil**: situação atual. Brasília, MEC/COEDI: 1994.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/1996**. Brasília: 1996.

_____.**Características gerais da população e instrução**. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, n.1.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**,1994, v. 54, 1994.

_____. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. **Histórico do município de Dourados**. IBGE, 2016. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500370&search=mato-grosso-do-sul|dourados|infograficos:-historico>>. Acesso em: 20 fev. de 2017.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BRUNO, Rosangela Sueli. **Ensino da Leitura e da escrita na Educação Infantil em Paranaíba/MS (1989-2006):** prática de alfabetização ou de letramento? 2013, (Mestrado em educação) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Paranaíba, 2013.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMPOS, Judas Tadeu. Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 589-606, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete e WIGGERS, Verena. A qualidade da Educação infantil brasileira: Alguns resultados de pesquisa. In: **Cadernos de Pesquisa**. v. 36, n.127 , p. 87-128, 2006.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia e FERREIRA, Isabel M. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. Culturas da escola: as festas escolares em São Paulo (1890-1930). In: **30 Reunião Anual ANPED**, Caxambu – MG, 2007.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPPART, Jean. et al. **Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.p. 295-316.

CHAVES, Alessandra Muzzi de Queiroz. **Professores iniciantes da educação infantil: percursos e aprendizagens da docência**. 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

CRUZ, Silvia Helena, Vieira. As creches comunitárias na visão das professoras e famílias usuárias. **Revista Brasileira de Educação**. n. 16, 2001.

DOSSE, François. História do tempo presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.

EDUARDO, Lara de Paula; EGRY, Emiko Yoshikawa. Estatuto da Criança e do Adolescente: a visão dos trabalhadores sobre sua prática. **Rev. esc. enferm. USP**. São Paulo, p. 18-24, 2009. Acesso em: 27 dez 2016.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador vol. I: uma história dos costumes**. Trad. Ruy Jungman, 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. A civilização dos pais. **Revista Sociedade e Estado**. v. 27, n. 3. p. 469-493, 2012.

FERREIRA, Eliana Maria. **“Você parece Criança!” Os espaços de participação das crianças nas práticas educativas**, 2012. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

FREITAS, Marcos César e BICCAS, Maurilane. **História social da educação no Brasil (1926 – 1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, FÉ de Souza. **A leitura da literatura infantil e o letramento literário: perfil docente na Rede Municipal de Ensino (REME) do Município de Três Lagoas - MS**. 2011. 159 fls. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2011.

FURTADO, Ana Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, 2011.

GUTIERRE, Ezir Bonfim Estremera e KOLLER, Telma. Um conto com final feliz. **SEI: informativo especial de aniversário da Escola SEI**. Dourados, 2005.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. OLIVEIRA, Eliane de Christo e KUHLMANN JR, Moysés. A promoção da Educação Infantil na obra e pensamento de Anália Franco. Goiânia, 2006.

IV ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE COLETIVOS ESCOLARES E REDES DE PROFESSORES QUE FAZEM INVESTIGAÇÃO NA SUA ESCOLA. SOUZA, Maria Antônia. Prática Pedagógica: conceito, características e inquietações. Lajeado, **UNIVATES**, v. 1, p. 1-7, 2005.

IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. MACEDO, Lenilda Cordeiro de. e DIAS, Adelaide Alves. **A educação da primeira infância no Brasil entre os séculos XIX e XX**. João Pessoa, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1988.

_____. Os jardins de infância e as escolas maternas de São Paulo no início da República. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 68, p. 57-60, 1988b.

_____. A Pré-Escola na República. **Pro-Posições**, v. 1, n. 3. p. 55-66, 1990.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

KRAMER, Sônia. Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 42, p. 54-62, 1982.

_____. **Com a pré escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 1989

_____. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMANN JR, Moysés. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos. **Educação da infância brasileira 1875-1983.** Campinas: Editora Autores Associados, 2001. p. 3-30.

_____. Educação Infantil e Currículo. IN: FARIA, Ana Lúcia e PALHARES, Marina (Orgs). **Educação Infantil pós - LDB.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. p. 99-112.

_____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2004. 3 ed.

LIMA, Ana Cristina Cantero Dorsa. **A ação do coordenador pedagógico no Centro de Educação Infantil de Campo Grande-MS.** 2014. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro, Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina(Orgs). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

LUIZ, Marilda C. Leão. **Retratos da escola: a organização do acervo fotográfico e a utilização de imagens como fontes em história da educação.** 2012. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

MARCELINO. Eliane C. A. O jardim de infância anexo a escola normal de São Paulo: análise do modelo didático pedagógico. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v.4, n.1,p. 103-116, 2004.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem:**a produção fotográfica e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. 2v. Tese (Doutorado em História)– Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em:<<http://www.historia.uff.br/labhoi/tesdis.htm>>. Acesso em: 23 out. 2016.

MELHORANÇA FILHO, André Luiz; SEGIMOTO, Andrea; INAREJA, Adriana dos S, ET all. **Sentindo a vida.** SEI, Dourados, 1989.

MATHIAS, Elaine C. Bio; e PAULA, Sandra Nazareth. A educação infantil no Brasil: avanços, desafios e políticas públicas. **Revista Interfaces:** ensino, pesquisa e extensão, n. 1, p. 13-16, 2009.

MOGARRO, M. J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-posições**, Campinas, v. 16, n. 46, p. 103-116, 2005.

OLIVEIRA, Magda Sarat. **Lembranças de infância:** que história é esta? Dissertação. 1999, (mestrado em educação) 209 fls. Piracicaba: 1999.

O PROGRESSO. Escola Erasmo Braga completa 75 anos: instituição referência na educação em Dourados prepara lançamento de livro. Dourados, 2014. Disponível em:<<http://www.progresso.com.br/caderno-a/escola-erasmo-braga-completa-75-anos>>. Acesso em: 20 fev. de 2017.

PEIXOTO, E. M.; SCHUCHTER, T. M.; ARAÚJO, V. C. de. O tempo integral na educação infantil: financiamento, gestão e projeto político pedagógico em questão. In: ARAÚJO, Vânia Carvalho de. (Org.). Educação Infantil em jornada de tempo integral: **dilemas e perspectivas**. Vitória: EDUFES, 2015, v. 01, p. 125-160.

PEREIRA, Josafá Machado. **Educação x crescimento econômico**: um estudo sobre os investimentos governamentais em educação na região norte do Brasil no período 1994 - 2004. 2008. 62 f. Monografia (Graduação)– Palmas, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PROENÇA, Michelle Alves Müller. **Ludicidade na educação infantil**: relações da prática docente no processo de aprendizagem da criança no município de Coxim-MS. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

REAL, Giselle Cristina Martins. **Educação infantil**: políticas públicas e ação institucional. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

RODOLPHO, Adriane Luisa. Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. **Estudos Teológicos**. v. 44. n. 2. p. 138-146, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.82, p.21-30, 1992.

SÁ, Elizabeth Figueiredo. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SANTINI, Poliana Gianello. **Contando histórias**: a Escola Estadual Dom Bosco por meio de seu acervo fotográfico (décadas de 1950 a 2000). 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

SARAT, Magda e FURTADO, Alessandra Cristina. História da educação protestante em Mato Grosso do Sul: aproximações com a pesquisa. In: VIEIRA, Cesar Romero Amaral.

VILAS-BÔAS, Ester Fraga (Orgs.) **Contribuições do protestantismo para a história da educação no Brasil e em Portugal**. Piracicaba: Editora Unimep, 2016.

SARAT, Magda e SILVA, Anamaria Santana. A educação infantil em Mato Grosso do Sul: história das práticas montessorianas. In: FURTADO, Alessandra Cristina e SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Orgs.). **História da Educação do Centro-Oeste**: instituições educativas e fronteiras. Cuiabá: EdUFMT, 2015.

SANTOS, Carla Graciete Lima. **As relações pedagógicas e sociais no contexto da educação infantil**: o papel/lugar da criança na perspectiva do professor. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

SANTOS, Ronise Nunes. **A história da “Casa escola O Infantil do Bom-senso” em Dourados (1973-1986)**. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre a Filosofia e seu método**. São Paulo: Hedra, 2010.

SECCHI, Leusa Melo. **Um tempo vivido, uma prática exercida, uma história construída**: o sentido do cuidar e do educar. 2006. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

SEI. **Proposta Educacional SEI**: Autorização de Funcionamento. Dourados, 1980.

SILVA, Anamaria Santana. **Política de atendimento à criança pequena em Mato Grosso do Sul (1983/1990)**: Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. Educação e assistência: direitos de uma mesma criança. **Pro-Posições**, v. 10, n. 1 (28), p. 40-53, março/1999.

SILVA, Michelly Fermino da. **História e Memória da Educação Infantil**: Os 25 anos de atuação da escola SEI – Serviço de Educação Integral (1980 – 2005) no município de Dourados: Trabalho de Graduação. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, 2007.

SILVA, Carlúcia Maria. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a rede de proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente: reflexos sobre seus eixos norteadores. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 141-157, 2010.

TAKEMOTO, Denise Tomiko Arakaki. **Educação infantil e tecnologia**: um olhar para as concepções e práticas pedagógicas dos professores. 2014. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto e HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A região Centro-Oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no período pós-1960. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos brasileiros**. Três Lagoas, v. 1, n. 3, 2006, p. 52-66.

VASCONCELLOS, Faria de. **Lições de pedagogia experimental**. Lisboa: Antiga Casa: Bertrand, 1999.

VEIGA, Cyntia Greive e GOUVÊA Maria Cristina Soares. Comemorar a infância e celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.1, p.135-160, jan./jun. 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1992.

VEIGA, Georgea Suppo Prado. **Formação em serviço:** a construção de profissionalidade de agentes educacionais de um centro de educação infantil do município de Paranaíba-MS. 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

VICONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. SARAT, Magda. **Memórias da infância e histórias da educação de imigrantes estrangeiros no Brasil.** Uberlândia, 2006.

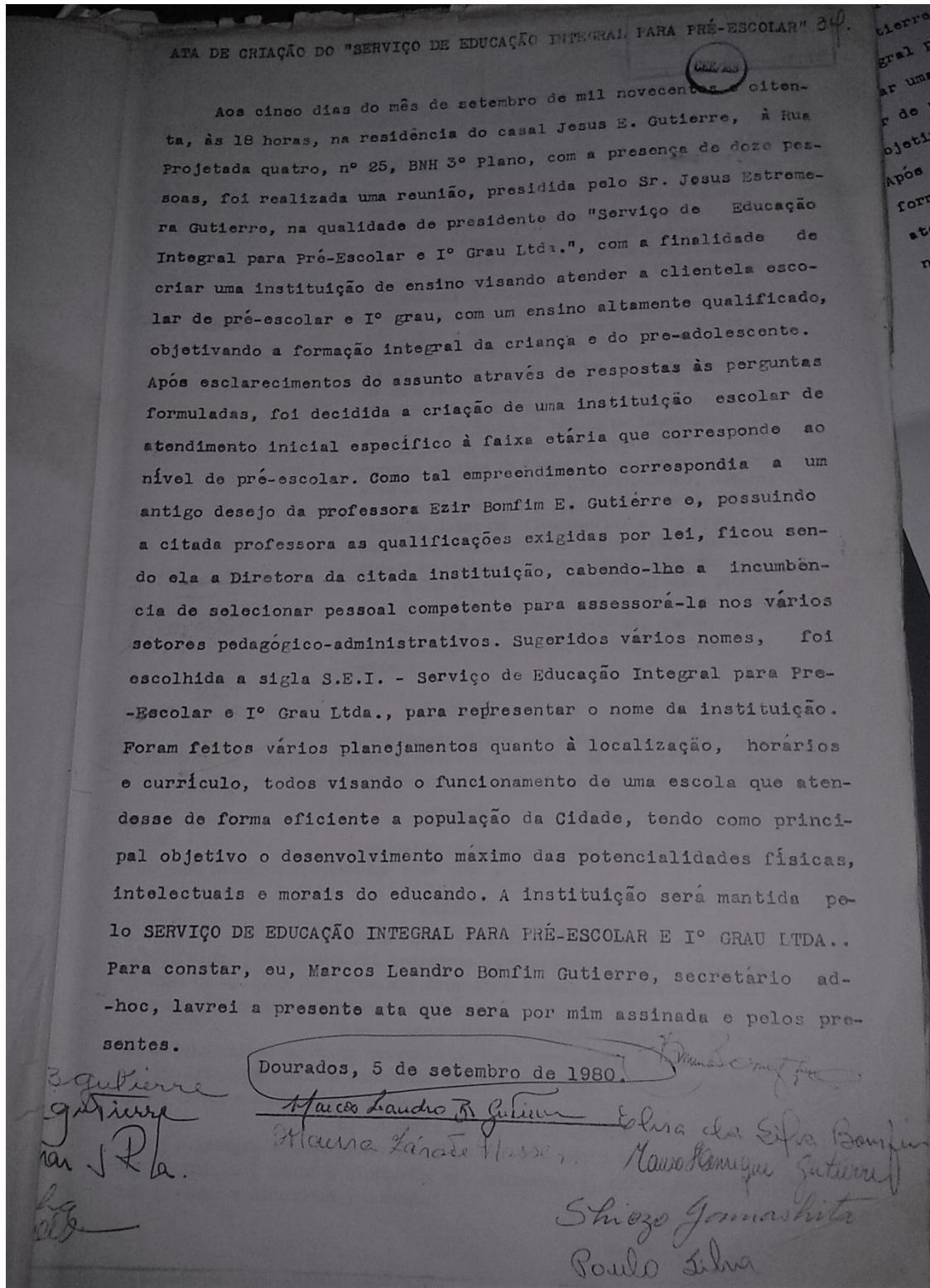
X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. LEITE, Lilian Ianke. **História do tempo presente e história da educação:** reflexões necessárias. Curitiba, 2011.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Conhecimento histórico e diálogo social. BRAZIL, Maria do Carmo e SILVA, Wilker Solidade da. **História e Educação em Dourados/MS: Grupos Escolares no Sul de Mato Grosso (1963-1974).** Natal, 2013. Disponível em:<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327760_ARQUIVO_ANPUH-WILKERSOLIDADEDASILVA.pdf>. Acesso em: 08 maio 2015.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou Feminilização?Apontamentos em torno de uma categoria. In: **Temporalis**, Brasília, ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Ata de criação, 1980



Anexo 2 – Comunicado SEI, 1987.

Dourados, 12 de novembro de 1987.

SENHORES PAIS:

O período de matrículas para as crianças que já são alunas do SEI, irá de 16 (2ª feira) a 30 de novembro. Após essa data estaremos liberando as vagas restantes para as crianças de fora. Em outras palavras: Não há garantia de vagas após o dia 30 de novembro.

Na matrícula: Cr\$ 1.500,00.

DUAS NOVIDADES PARA VOCÊS:

- A primeira é informá-los de que enquanto aguardamos a construção do nosso prédio próprio, alugamos uma grande casa para acomodar todas as nossas crianças. Ela fica à Rua MONTE ALEGRE, nº 2.150, esquina com a Rua Bahia. A partir de janeiro você poderá visitá-la.

Para acompanhar o grande crescimento do SEI, em 1988 teríamos que locar mais uma casa (além das 2 que já alugamos) e isso, como vocês podem perceber, não é o ideal, principalmente em termos administrativos. Por isso, e também para oferecer mais conforto às nossas crianças, vamos deixar o nosso velho e querido prédio onde durante 7 anos trabalhamos com muito empenho e dedicação.

Vocês que nos conhecem e compartilham dos nossos princípios, sabem que a aparência exterior nunca teve ou terá destaque na nossa escala de valores.

Vamos mudar para um prédio mais novo e mais bonito, mas a filosofia do SEI continua a mesma: formar crianças livres mas responsáveis. Crianças que aprendam, desde cedo, que a área física não é o mais importante mas o que conta realmente é o lugar que elas ocupam junto aos que trabalham com elas.

Agradecemos porque vocês nos gratificam com sua confiança e amizade.

- A segunda novidade é que em 1988 será implantada a 5ª série em nossa escola.

O processo de autorização já está sendo trabalhado, os professores já estão sendo contactados e os planos já estão sendo analisados para o funcionamento de uma 5ª série muito eficiente e prática, com muitas excursões, pesquisas e experiências.

As matrículas para esta série também estarão abertas a partir de 2ª feira, dia 16.

A Secretaria da Escola estará funcionando normalmente até o dia 18 de dezembro/87.

ATENCIOSAMENTE,

SEI - SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL



Anexo 3 – Informativo de 25 anos SEI p. 1- 2005



Anexo 4 – Informativo de 25 anos SEI p. 2 – 2005

02

Jubileu de prata



"PALAVRA DA ORIENTADORA"

Para mim, falar do SEI, é falar de fé. Fê num Deus que promete ajuda, encorajamento e presença constantes. Num Deus que, quando erramos, não recrimina ou "fica de mal" mas que perdoa e oferece a segunda chance. E esse o Deus no qual acreditamos. Ele separou pessoas que nos ajudam com boa vontade e dedicação. Ele conforta o nosso coração quando ferido por ingratidão ou injustiça e se alegra conosco em cada vitória, em cada êxito.

Para mim, falar do SEI é falar de um filho. Filho sonhado, desejado e recebido como um presente de Deus.

Hoje, na plenitude dos seus 25 anos, enfrenta dificuldades e colhe vitórias, não com a imaturidade dos 5 ou com o cansaço natural dos 50 anos, mas com a motivação de quem tem experiência de vida e com a certeza inabalável de uma esperança eterna.

Para mim, falar do SEI é, também, falar de ação efetiva.

Nesta escola há um trabalho ininterrupto. Trabalho de um amor sem pigreza. Um amor que exige muito porque tem objetivo elevado, que não se exhibe porque crê que a sinceridade ultrapassa a demonstração. Muitas vezes, sob quietude aparente, elaboro idéias, mudanças, ajustes, planos de crescimento e melhoria que são postos em prática com a adesão de toda a equipe.

Professora Ezir
Professora e psicóloga
Coordenadora Geral do SEI

"SEI, muito mais que uma escola"

Foi em 1992 que tive a sorte de entrar no SEI. Tinha apenas 11 meses de idade e, por isso, fui aluna da Tia Neusa (maternal) por três anos. Aprendi a andar com ajuda de meus coleguinhas e professores.

O "pré" para mim foi realmente importantíssimo, pois com as professoras Erica, Tatiane, Jane, Márcia e Clarisse aprendi a ler, escrever, fazer contas...

O primário foi o máximo! Esta fase de meus estudos foi dividida com meus colegas e com as professoras Rosana, Cida, Cidinha, e Arlete, pessoas que me ensinaram muitas coisas

com dedicação e com gosto.

O ginásio foi especialmente "divertido". Ter vários professores foi novidade para mim. Tudo parecia novo, diferente e mais difícil. Passei a ter mais responsabilidade e aprendi a lidar com elas.

Hoje já estou aqui! Com o pé no ensino médio! As vezes eu "caio" nesses pensamentos e fico até assustada. Não me vejo sem o SEI onde não aprendi somente conteúdos e conteúdos. Aprendi muito mais que tem um valor incalculável para mim: respeitar, esperar, amar o que faço, viver o pre-

sente pensando no futuro, prosperar, acreditar em Deus e em mim.

Sou fruto da família maravilhosa que é o SEI. Agradeço infinitamente pela dedicação e pelo amor de todos os membros desta escola que confiaram em mim e caminharam comigo até hoje.

Tudo que aprendi e que vivi aqui, ficará gravado em minha memória e guardado em meu coração.

Bianca Palhano
Ishy de Mattos
8ª série

SEI



SEI... Falar de um sonho que se tornou realidade é simplesmente emocionante!

Ao longo desses 25 anos, enfrentamos muitas dificuldades que, encaradas com bom senso e determinação, foram superadas com total êxito.

Quando comecei a estudar no SEI, percebi que estava em uma escola perfeita.

Todos eram doces feito mel. Todos eram alegres feito céu. Enfim estava em um jardim. Onde cada um era uma flor perfeita e especial.

No SEI aprendi que para conseguir as coisas, nós temos que lutar. Lutar para chegar onde pretendemos.

Aprendi a seguir o caminho do bem e conhecer as coisas boas da vida. Enfim, tudo isso eu aprendi e entendi aqui no SEI.

THAÍS CARVALHO DAMBRÓS
6ª SÉRIE

SEI, nove anos estudando aqui. Escola com funcionários sempre muito atenciosos com os alunos e dedicados ao trabalho. Passei a infância inteira aqui, aprendendo com as nossas "lãs", professoras assim chamadas normalmente até a quarta série.

Nos meus primeiros anos aqui, eu só sabia chorar de saudades da minha mãe. Mas as professoras sempre amorosas e os colegas sempre me ajudando, faziam eu me sentir muito bem e à vontade.

É uma escola diferente, onde podemos expressar nossas opiniões sem medo, porque estão sempre ali, prontos para nos ouvir e melhorar a cada dia.

Aqui fiz muitas amizades, e vou carregá-las em meu coração pelo res-

to da minha vida. Só agradeço a essa escola por ter me ensinado tudo o que sei. E é por isso que hoje tenho a certeza de que eu...AMO O SEI!!!

CLAUDINE ZAIA DE ASSIS
7ª SÉRIE

Eu era uma criança em busca de algum lugar que me quisesse também.

"Ele" me acolheu. Eu era uma criança em busca de um conhecimento que quisesse me conhecer também.

"Ele" me ensinou. Eu era uma criança em busca de pessoas para amar e que me amassem também.

Eu o amei e "ele" me amou. Eu era uma pessoa em busca de lembranças para guardar e não serem esquecidas em momentos... Os dias fantasia em que nos transformávamos em outros seres;

as noites claras que passávamos a brincar;
os viagens a outros mundos;
os cantos;
os leatros;
saber o que eu sei, ou saber o que é o valor!

Cuidando do espaço à nossa volta, competindo com harmonia e serenidade, pensando todos juntos, nos formamos como seres humanos. Chorando e rindo, brigando e desculpando... Assim, agora eu sou parte dele! Parte do SEI!

JULIANA GUSMAN
7ª SÉRIE

chegar até o presente estágio.

Novos desafios iremos enfrentar, porém, com coragem e muita luta venceremos todos eles.

Queremos continuar a ser muito mais que uma escola: uma escola de gente feliz.

Jesus Gutierrez
Diretor do SEI

Há pessoas que dizem que quando encontramos algo muito especial nos completamos, seja com alegria, com felicidade. Há outras que dizem que quando vemos algo que nos completa, não nos interessamos por outras coisas, só queremos nos dedicar

àquilo que realmente nos interessa. Quem nunca deixou de fazer algo para ficar juntinho daquilo que nos completa?! Quem nunca sonhou com aquilo que nos completou?! Quem nunca quis o melhor para aquilo que nos completa?! Quem nunca quis estudar em uma escola que sempre completou os alunos... Seja com sabedoria, respeito, educação... Quem nunca se imaginou estudando em uma escola que fizesse tudo isso e muito mais para seus alunos?! Afinal de contas, quem nunca quis estudar no SEI?! Uma escola como esta só tem resultados ótimos. Alunos, professores, ex-alunos, coordenadores, zeladores, seja lá quem for, nunca se esquecerá desta escola MARAVILHOSA!!!!

MAITÉ
CASTILHO FERREIRA
5ª SÉRIE

EXPEDIENTE

sei

Informativo especial de aniversário da Escola SEI

Diretor da Instituição

Professor Jesus Estremera Gutierrez

Coordenadora Geral da Instituição

Professora Ezir Bomfim E. Gutierrez

Coordenador do Projeto

Aluno Alex Nantes de Araujo

25
anos

Projeto Visual

Judson Yamasaki

Fotolito e Impressão

Jornal Diário MS



Quilên de prata

03

Era uma vez...

... uma criança que vivia brincando de "escolinha" com suas bonecas como "seus alunos" ...

...uma menina que brincava de "escolinha" sendo as suas amiguinhas "suas alunas" ...

...uma jovem que sonhava, como todas de sua idade, com um mundo melhor para si e para todos, e foi professora...

Por muitos anos essa criança, essa menina, essa jovem foi uma alfabetizadora, porém, o sonho de "fazer", de "ter" a escola dos seus sonhos ficou ali, latente e insistente...e, como não poderia deixar de ser, o sonho foi tomado de vulto e envolveu toda uma família: o seu pai, a sua tia, o seu esposo e os seus filhos... Essa sonhadora é a tia Ezir, que depois de muitos percalços vê a concretização do sonho da criança, da menina, da jovem, da professora...

A escola SEI nasceu no dia 5 de setembro de 1980 e, em fevereiro do ano seguinte começava a sua caminhada. Inicialmente foram 156 alunos distribuídos entre as salas da Educação Infantil.

Esta escola, embora não tenha e não seja ligada a nenhuma denominação religiosa, tem o seu alicerce fincado na formação cristã, sendo a sua filosofia: uma educação

integral com condições para o desenvolvimento moral intelectual do aluno, tornando-o consciente de seus direitos e deveres, como cidadão brasileiro, para a construção de uma sociedade cristã mais justa e humanitária.

Inicialmente a escola funcionou, em local alugado, na então rua Bahia e ficou logo conhecida como a "escola das mãozinhas", pois a pintura dos seus muros tinha como destaque as mãos de cada aluno. Como o local se tornou



areia (uma delas com areia azul), as piscinas e a capelinha, para quem quiser ali se recolher.

A implantação da escola SEI trouxe algumas mudanças na visão educacional até então praticada na cidade: o resgate de festas como formaturas e encerramento do ano letivo; a parede mágica; a Noitada; a Diada; o Pensando Juntos!

atividades envolvendo crianças fora das aulas normais, com orientações específicas; encontros pedagógicos e envio de professores para outros centros para aprimoramento; atividades que envolvem pais como orientadores e receptores de conhecimento de áreas específicas (conheSEImento); o Chá das mães; o Café com o papai... Projetos variados como: SEI SABER; Abril Brasil; ECO SEI; Dia Maluco; Eu SEI construir o trânsito; Simpósio de Saúde SEI; Olimpíada da Matemática; Culinária; Jardinagem (específico para Educação Infantil); Semana do Conto; Coral; Bandinha, além de uma atenção especial à prática esportiva. Temos também, a cada ano, excursões para os alunos de 3ª e 4ª séries e de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

Hoje a escola funciona com turmas do Maternal (2 anos) a 8ª série do Ensino Fundamental, com uma característica própria: todos os alunos são chamados pelos seus nomes, por qualquer funcionário.

Aqui é uma escola de gente feliz!!!

Professora Telma Koller

Todos os anos há uma semana dedicada aos contos. Eis como a diretora explica a implantação dessa atividade:

Um conto com final feliz

Professora Ezir *

Era uma vez uma menina de 08 anos.

Como a família mudou de cidade, ela foi estudar numa nova escola. Prédio grande, cores neutras, sala escura. Nenhum sorriso, nenhum afago.

Rostos severos, filas, ordens secas.

Ao entrar na sala a menina sentiu todo o impacto que um ambiente novo pode causar numa criança que troca o calor do lar pela frieza de uma escola simplesmente escola. E então, ela sonhou:

Que bom seria ter um lugar no qual houvesse ordens, exigências, deveres, mas que também tivesse alegria, risos, parceria com as famílias, liberdade de escolher... Um lugar onde ela não fosse apenas um número, mais um na fila, na carteira. Ela gostaria tanto de ser chamada pelo nome, de receber um sorriso, de ouvir que estavam contentes com sua presença, de se sentir segura...

A menina cresceu e o sonho foi, com a ajuda de al-

guns, se tornando real.

No SEI há filas, comandos, castigos mas, há também muito respeito e muito amor.

A escola é diferente. Os professores são diferentes. A administração é diferente. Os pais são diferentes!!!

Qualquer solicitação da escola é atendida com alegria e presteza.

Nenhuma criança sente só. Ela está cercada pela atenção de professores e pais que trabalham em conjunto porque têm objetivos idênticos.

Hoje, na escola daquela menininha assustada, há até a "Semana do Conto". Pais tomam conta das salas, contam histórias, aguçam fantasias, espalham conhecimentos. E as crianças se encantam, sentem orgulho dos pais e até dos avós, que formam, com as professoras, uma equipe educativa de primeira qualidade. Uma equipe amiga!

Este conto não tem fim. Ele vai continuar indefinidamente enquanto pais como vocês tiverem o mesmo ideal e o mesmo conceito do que vem a ser uma escola de verdade.

* Professora, psicóloga, uma menininha que, há muito tempo, estuda numa escola triste...



Anexo 6 – Informativo de 25 anos SEI p. 4 e 5 – 2005

25 anos reinventando o aprender...

O SEI VIAJA

ALÉM DE VIAJAR ATRAVÉS DO CONHECIMENTO, OS ALUNOS DO SEI JÁ ESTIVERAM EM MUITOS LUGARES INCRÍVEIS. EIS ALGUNS:

CAMPO GRANDE
 Assembleia Legislativa
 Marada dos Bois
 Parque das Áves
 Museu Dom Bosco
 TV Educativa

REGIÃO SUL (PARANÁ E SANTA CATARINA)
 Fica do Iguaçu
 Hidrelétrica de Itaipu
 Parque das Áves
 Vila Velha
 Paranaguá
 Teatro de Aracê (Curitiba)
 Beto Carrero World

MINAS GERAIS
 Ouro Preto
 Mariana
 São João Del Rei
 Congonhas do Campo
 Antiga mina de ouro
 Belo Horizonte

BAHIA
 Em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil fomos a Porto Seguro e Trancoso, onde tivemos palestras sobre:
 Meio Ambiente (secretário municipal do meio ambiente)
 Descobrimento (coordenadora das festividades Brasil 500 anos)

BRASÍLIA E GOIÁS
 Câmara dos Deputados
 Senado Federal
 Palácio da Alvorada
 Caldas Novas

SÃO PAULO
 Museu do Ipiranga
 São Vicente (réplica da vila de São Vicente)
 Estação Ciência USP
 Museu de Antropologia USP
 Boneca Camila (uma viagem pelo corpo humano)
 Zoológico
 Mostra Brasil 500

O SEI É PIONEIRO

O SEI É PIONEIRO EM ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES QUE APRIMORAM O CRESCIMENTO E A SOCIALIZAÇÃO:

- DIADA
- NOITADA
- SEI SABER
- CONHE-SEI-MENTO
- ABRIL BRASIL
- FISCAL DE BOAS MANEIRAS
- PENSANDO JUNTOS
- DIA DO CONTO
- DIA DA FRUTA

- ECO SEI
- CHÁ DAS MÃES
- CAFÉ COM O PAPAI
- DIA MALUÇO
- EU SEI CONSTRUIR O TRÂNSITO
- SIMPÓSIO DE SAÚDE SEI
- OLIMPIADA DA MATEMÁTICA
- CULINÁRIA
- OLIMPIADA SEI
- SEI LER

CORAL

O CORAL DO SEI JÁ SE APRESENTOU EM VÁRIOS LOCAIS DA NOSSA CIDADE CANTANDO E ENCANTANDO A TODOS.

BANDINHA

A BANDINHA DO SEI MOSTRA ALEGRIA E ANIMAÇÃO EM TODAS AS APRESENTAÇÕES

FORMATURA

O SEI RESGATOU AS FESTAS DE FORMATURA NO ENSINO FUNDAMENTAL

04

04

Anexo 7 – Informativo de 25 anos SEI p. 6 – 2005

eei

Jubileu de prata

06

O infantil do SEI



Ênfase na educação afetivo-social com conteúdos adequados às várias etapas do desenvolvimento infantil. Professoras especializadas trabalham com competência e amor. Suas palavras demonstram um pouco da ligação afetiva com seu local de trabalho.

THAIS DE BRITTO LOPES CORREA
PROFESSORA DO PRÉ 1

Estar no SEI é como estar numa grande família. É rir, é chorar, é se emocionar... sempre juntos. É falar boa tarde e sentir que as pessoas querem que você realmente tenha uma boa tarde. Penso que, a maior felicidade em comemorar 25 anos, é olhar para trás e ver quantos sucessos podem ser lembrados, quantas alegrias podem ser lembradas, quantos momentos de angústia puderam ser superados... É assim que eu me vejo no SEI, caminhando e aprendendo, a cada dia e acreditando que tudo pode dar certo.

NEUSA NESPOLO
PROFESSORA DO MATERNAL E COORDENADORA

Comecei em educação com a escola SEI. Sou feliz em compartilhar com ela do seu crescimento. Sou professora do maternal e há 25 anos cuidando com amor dos pequeninos. Parabéns pelo seu Jubileu de Prata.

DANIELE NANTES MEURER
PROFESSORA DE JARDIM E PRÉ 1

Ao chegar em Dourados fiquei um mês sem trabalhar e no início de abril, imprimi alguns currículos e sai para entregá-los em algumas escolas. A primeira escola que eu visitei foi o SEI. Na 2ª feira seguinte de manhã, fui chamada para uma entrevista e desde então estou no SEI, uma escola maravilhosa e excepcional, onde trabalho com pessoas excelentes e faço o que gosto.

MARLI AP. DE SÁ SOARES MELHORANÇA
PROFESSORA DE PRÉ 2 E COORDENADORA

Parabéns à escola SEI! Você começou como um lindo sonho e hoje completa 25 anos. É com muito orgulho e alegria, que vejo como você cresceu e o quanto aprendi fazendo parte de sua equipe de professoras.

O fundamental I do SEI

Concilia os conteúdos humanísticos tradicionais com a tecnologia e globalizações voltadas para o futuro. Professoras competentes orientam a aprendizagem com empenho e paciência. São delas as palavras de parabéns que se seguem.



TATIANE SILVEIRA DOFFINGER BRUNETTO
PROFESSORA DE PRÉ 2 E 1ª SÉRIE

Encontrei o SEI por acaso. Quando terminei o ensino fundamental procurei uma escola para cursar o magistério e por coincidência o SEI estava oferecendo pelo primeiro ano o curso de magistério. Comecei a trabalhar no mesmo dia em que comecei a estudar no SEI. Aqui aprendi o que é SER uma professora e o papel primordial que temos na vida de cada criança que passa pelas nossas mãos. Compreendi que educar é uma missão que não podemos escolher mas que somos escolhidos para realizá-la. Agradeço a Deus porque o SEI faz parte da minha história e porque eu faço parte da história do SEI.

APARECIDA MARIA MENDES DO NASCIMENTO
PROFESSORA DA 2ª SÉRIE

Iniciei minhas atividades na escola SEI no ano de 1989, onde atuei em várias séries, me identificando com a 2ª série. Ministrando aulas nas 2ª séries em dois períodos, o SEI tornou-se para mim mais que um local de trabalho, onde cresci profissionalmente e espiritualmente. Tenho 17 anos da minha vida dedicados ao SEI. Hoje posso dizer que, muito mais do que professora desta instituição, sou aluna. Digo isso porque todos os meus filhos aprenderam com o SEI e eu continuo aprendendo.

MARtha ALEXANDRA DA SILVA PITZSCHAK
PROFESSORA DA 4ª SÉRIE

Crianças possuem uma natureza singular; São seres que pensam e sentem o mundo de um jeito muito próprio. Esse é um dos aspectos que me faz gostar tanto da profissão. Sou professora há 15 anos. Logo que escolhi esse caminho, resolvi investir nele da melhor maneira possível. Essa é uma das razões por estar hoje aqui no SEI. Agradeço a Deus, pela oportunidade de trabalhar ao lado de profissionais, criativos e competentes. Admiro a maneira responsável e comprometida, como o SEI encara a grande missão de ensinar a aprender.

FLAVIA DE OLIVEIRA PARENTE
PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E RECREAÇÃO DE 1ª A 4ª SÉRIE

Desde o mini-maternal à oitava série foi no SEI que dei os primeiros passos, e hoje ensino um pouco das lições que aprendi. De aluna a professora, hoje só tenho a agradecer aos amigos que fazem parte do dia-a-dia SEI. Pelos 25 anos de lutas e glórias, meus sinceros parabéns!

ROSANA PALHANO TAVEIRA MATTOS
PROFESSORA DA 1ª SÉRIE

Ao entrar no SEI há 19 anos passados, trabalhei como auxiliar da professora de uma 1ª série. No ano seguinte, assumi uma 1ª série "minha". Tive oportunidade de dar aulas de 5ª à 8ª séries, pois concluí minha especialização e passei no concurso que prestei. Só que não assumi porque me apaixonei definitivamente pela iniciação escolar dos pequeninos. Com eles aprendi tudo que sei. Amo o que faço e encaro o meu trabalho como uma missão. Agradeço à família SEI a acolhida que me deu e o apoio que me dá. Parabéns SEI!

Anexo 7 – Informativo de 25 anos SEI p. 7 - 2005



Quilên de prata

07

O fundamental II do SEI

Prática pedagógica e dinâmica exercida com consideração e respeito havendo espaço para a correção, o incentivo e o amor.
Alguns professores do fundamental II nos cumprimentam pela festa que também lhes pertence.



NÁDIA BARBOSA DA SILVA PROFESSORA DE CIÊNCIAS

Lutas e aflições são constantes em nossas vidas, mas maior que elas é o Deus que amamos.

Em meio a essas lutas, um dia pedi a Deus que me desse uma colocação em Dourados, numa escola onde houvesse paz, amor, companheirismo e sua mão na direção.
Ele me deu. Trabalho no SEI.

ÉRIKA MOREIRA PROFESSORA DE PORTUGUÊS DAS 6ª SÉRIES

A minha trajetória aqui, no SEI, começou há 24 anos atrás. Tinha apenas 3 anos de idade e mal sabia que teria tantas coisas a aprender. Quando cheguei na 8ª série, comecei a trabalhar como auxiliar para pagar meus estudos. A partir daí, minha vida mudou. Muito além dos conhecimentos adquiridos, eu consegui desenvolver a minha personalidade.

Só tenho a agradecer cada desafio que a escola me proporcionou, cada degrau que eu subi e, o mais importante, diante dos meus tropeços, esteve sempre ao meu lado.

MARIA CECÍLIA DE OLIVEIRA PARENTE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DE 1ª A 7ª SÉRIES

Por mais de 25 motivos que eu tenho para sorrir;

Por mais de 25 lembranças boas com os alunos;

Por mais de 25 festas e comemorações que tenho presenciado.

Mais de 25 palavras que e escrevo aqui, não seriam suficientes para expressar a emoção em comemorar, junto com a fa-

mília SEI, os 25 anos do dever cumprido com amor, dignidade e, principalmente, com DEUS. Parabéns!!!

MIRIAM CÉLIA FRANTZ PROFESSORA DE ESPANHOL

O SEI e eu temos uma 'história' de 11 anos. Fazer parte desta equipe é um privilégio e uma honra muito grande, pois é sinônimo de trabalho, dedicação, perseverança e profissionalismo.

Parabéns a todos que colaboraram e colaboram na construção da história desta escola!

MARIA ALAÍDE VASCONCELOS SEIXAS PROFESSORA DE DESENHO GEOMÉTRICO

Sou feliz por pertencer ao quadro docente da escola SEI há 3 anos e poder estar presente nesta data de comemoração dos 25 anos. Trabalho na área de matemática e já me sinto da família SEI. Agradeço a professora Eliana que me convidou e a Tia Ezir e família que me dão tanta coragem.

ANDRÉ LUIS DE OLIVEIRA PROFESSOR E COORDENADOR DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Como é bom fazer parte da história de uma escola como o SEI.

Uma escola que ensina a seus alunos, não só as matérias básicas, mas, acima de tudo, a serem cidadãos conscientes!

Faz apenas cinco anos que trabalho neste estabelecimento educacional, mas a alegria de estar comemorando 25 anos junto com a família SEI é muito grande.

Parabéns SEI, você vale ouro!!!

Uma escola diferenciada, onde os resultados aparecem não só nas salas de aula, mas também na área esportiva:

O SEI TEM AULAS DE TÊNIS PARA A ED. INFANTIL E TREINAMENTO DE HANDEBOL DE 3ª A 8ª SÉRIES. NESTE ANO CONQUISTAMOS:

- JOPREM Dourados : Campeão Masculino
- JED Dourados : Campeão Feminino
- JEMS Estadual : 3º Colocado Feminino
- 2ª Copa SEI : 1º Colocado Feminino e Masculino
- 4ª Copa Anglo : Vice Campeão Feminino
- JED Dourados : 3º LUGAR Tênis de mesa
- Campeão Estadual Handebol – mirim masculino – FHMS
- Campeão estadual Handebol – infantil feminino – FHMS



EDUCAÇÃO ALIMENTAR



Alimentos naturais e menos calóricos farão a maior parte do cardápio.

O Infantil estuda sobre alguns alimentos e suas propriedades.

A Escola SEI está envolvida num projeto pioneiro em nossa cidade:

O Projeto Escola Saudável, supervisionado pela Dra. Luciana A. de Almeida Secchi.

Pouco a pouco está sendo modificado o lanche oferecido na cantina da escola.

08 *Jubileu de Prata*

Jubileu de Prata da escola SEI, em Dourados, é festejado com solenidade marcada por apresentações artísticas

25 anos de educação

Foto: Marcia Pádua

Alfredo Barbara Neto

Uma cerimônia repleta de momentos emocionantes marcou o passado, os 25 anos de existência da escola SEI (Serviço de Educação Integral). A festa aconteceu no ginásio de esportes da Unigran, que ficou lotado de alunos e familiares. As apresentações artísticas deram o tom da noite, que terminou com chuva de balões de gás.

A abertura foi feita pela aluna Carolina Yaginuma. Em seguida, houve balé de abertura com as estudantes Luiza Doff Sotta e Liziane Flores Zarpelon. O aluno Marco Antonio Sometunda Veloso, da 2ª série, teve participação especial.

A partir daí, teve início a série de números artísticos criados pela equipe de professores com os alunos da escola. A apresentação, em formato de jogral, teve a participação das alunas Juliana Magalhães Ribeiro Gusman, Mariana Suzuke Pimenta dos Reis e Paula Caporicci Calça Sevilha, além de

Marcos Leandro Bomfim Gutierre.

As turmas, do maternal até a 4ª série, usaram de humor, criatividade e muita música, colorindo o palco. Destaque para o número de balé exibido pelas alunas condutoras da festa.

Indo para o encerramento, 25 casais (pais de alunos) entraram no ginásio de esportes levando velas acesas que foram entregues ao casal de proprietários do SEI, Ezir Bomfim e Jesus Estremera Gutierre. Os dois se emocionaram e choraram.

A chuva de balões de gás deu o ar festivo da programação. Ao final, todos aplaudiram em pé. Pais ouvidos pelo Diário MS comentaram sobre a dedicação e empenho da família Gutierre à frente da escola. Todos foram unânimes em frisar o grau de competência exercido pela proprietária.

"Tia Ezir", emocionada, agradeceu a participação dos alunos, elogiou o empenho dos professores e lembrou que a "força de Deus" está presente nas ações desenvolvidas durante o ano todo.



Anexo 9 – Planta baixa SEI, 1980.

